

Os Homens do Segundo Vilamento do Rio Grande

ANTENOR DE O. MONTEIRO

A 16 de Dezembro de 1751, o Ouvidor Geral de Paranaguá, Manoel José de Faria, procede á medição da Praça da nova Vila que se ia criar, no chamado Campo do Moinho de Vento, ou seja hoje, na Praça Barão de São José do Norte. Não tendo sido observadas certas formalidades, foi ordenada a sua reinstalação, por Alvará de 27 de Abril de 1809, que determinava a "regulação das Vilas na Capitania de São Pedro", esclarecendo:

"Na criação de todas as Vilas fareis a eleição dos officiaes das Camaras com Pelouros para tres anos e com elles e com os homens bons de cada uma delas, procedereis a formar Acordãos e Posturas para o bom governo e nos comuns dos Povos e que mais uteis parecerem para o aumento da Lavoura e Comercio do Paiz".

E terminava: "Sou servido ordenar-vos que passando á sobredita Vila (Porto Alegre), procedais á nomeação de tres vereadores e um Procurador do Conselho, fazendo eleger almotaces na forma das Leis do Reino, nomeando um escrivão dos orfãos, um da Camara, que servirá tambem de Almotaceria e de Inquisidor dos Tabeliães do publico, Judicial e Notas, um Distribuidor que servirá tambem de Contador, e um Alcaide com seu escrivão, para executarem as diligencias... Passareis a erigir as Vilas de Rio Grande de São Pedro e do Rio Pardo e nomeando para cada uma delas os mesmos officiaes acima designados para a Vila de Porto Alegre, nomeareis mais dous Juizes Ordinarios e um de orfãos para cada uma das sobreditas Vilas e assinando para termo da do Rio Grande de São Pedro do Sul a Freguezia deste nome, com todas as das respectivas Capelas Filiaes, e as das povoações do Estreito e de São Luiz de Mostarda..."

No dia 12 de Fevereiro de 1811, "nesta nova Vila do Rio Grande de São Pedro do Sul, onde foi vindo o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, Antonio Monteiro da Rocha, em consequencia da Provisão Retro e sendo ahi, por elle farão convocadas ás pessoas da Nobreza, e Povo e estando todos presentes e se levantou o Pelourinho, em que estavam todas as insignias competentes que denotam a Jurisdição Real a cujo ato se alternarão por tres vezes a palavra — Viva o Principe Re-

gente Nosso Senhor, e levantando-se assim com esta Solenidade do dito, houve o Ministro por formada esta Vila e mandou fazer este Auto em que assinou com a Nobreza e Povo que a este ato assiste; eu Guilherme Ferreira de Abreu, Escrivão da Ouvidoria que escrevi e assinei — Rocha”.

Assinaram a Ata, militares, padres, nobres e povo, num total de 46 pessoas.

No mesmo dia, na casa da Camara, procede-se á eleição e nomeação dos cidadãos que iriam servir os cargos publicos.

“E sendo ai — diz a Ata — depois de feitos os Pelouros e presentes todos, estando os Pelouros num sacco fechado, por um Menino de menos de sete anos, foi tirado um Pelouro que abriu e se achou estarem nele nomeados os seguintes:

Para Juizes, onde servir neste presente ano de mil oitocentos e onze: Afonso Pereira Chaves e Nicolau Ignacio da Silveira.

Vereadores: Tenente Antonio Rodrigues Fernandes Braga, José Baptista de Carvalho e Tenente José Vieira Lima.

Procurador da Camara: Manoel Gomes Guimarães.

Juiz de Orfãos, trienal: Capitão Nicolau Cosme dos Reis.

Tesoureiro da Camara: Antonio José Medeiros.

Tesoureiro dos Orfãos: José de Barros Coelho”.

“E publicada assim esta eleição, mandou o Ministro fazer este Auto em que assinou com os que se achavam presentes...”

Seguiram-se as nomeações:

“Para escrivão da Camara: José Pedro Fernandes.

Tabeliães: Joaquim José de Oliveira Braga e José Raymundo de Andrade e Almada.

Escrivão de Orfãos: Serafim dos Anjos França.

Contador e Distribuidor do Juizo: João Luiz Lamas.

Almoçaces eleitos: Manoel Albino Rodrigues de Carvalho e Antonio Caetano Machado Pinto.”

Pelouros, bolas de cera em que eram metidas as listas com os nomes dos que iriam servir nos cargos.

Metidos os Pelouros em um “saco de seda encarnada”, era, como vimos, um deles tirado á sorte, por um menino e os outros voltavam, com o sacco de seda, metido em um outro sacco, para dentro de um cofre com tres chaves, que ficavam em poder de dois Vereadores e do Procurador, aguardando nova eleição, que se fazia sempre na presença da Nobreza e Povo.

Os primeiros Pelouros que elegeram esses “homens bons” que dirigiram a Vila na sua infancia, foram feitos pelo Ouvidor Antonio Monteiro da Rocha. Duraram eles até 4 de Abril de 1821, quando a Camara comunicou á Sua Magestade, que o “Meretissimo Dezembargador, Juiz de Fora, se achava servindo com os Officiaes da Camara e que já se achavam feitos os Pelouros trimensais, por cujo motivo seguirão os deste ano; que estão servindo, havendo ainda para o ano futuro de 1822, um

Pelouro". Desta forma se procederam as eleições, até que a Provisão do Príncipe Regente, de 7 de Dezembro de 1821, veio alterar essa disposição, indicando ele os nomes dos cidadãos que exerceriam os cargos.

Em Camara de 9 de Fevereiro de 1822, é aberto o officio do Dezembargador do Paço, "com a Pauta em que eram indicados pelo Príncipe, os officiaes que devem servir neste presente ano". Eram eles: Para Vereadores: Miguel da Cunha Pereira, Domingos Vieira de Castro e José Vieira Viana.

Procurador: José Antonio Gonçalves Cardoso.

Tesoureiro da Camara: Francisco José da Silva.

Tesoureiro dos Orfãos: Antonio José Machado de Souza.

Tomaram posse no dia 13 desse mesmo mes e ano.

Eram esses benemeritos, ao mesmo tempo, juizes e administradores.

Os Juizes Ordinarios, eram os que presidiam as reuniões do Conselho e era sempre o vereador mais velho.

Nomeado o primeiro Juiz de Fóra para a Vila, o Dezembargador Dr. José Teixeira da Matta Bacelar, em officio de 4 de Abril de 1820 explica que não tomava posse do cargo, por não ter recebido suas Cartas de titulos.

No dia 22 comparece habilitado, toma posse do cargo e começa a presidir as reuniões do Conselho, cessando assim as funções dos Juizes Ordinarios.

A 2 de Março de 1821, ausentando-se por alguns dias, o Dr. Matta Bacelar baixa Portaria autorisando o Vereador mais velho a assumir a presidencia do Conselho.

Matta Bacelar em Novembro de 1821 é chamado a Porto Alegre para assistir, como vogal, á Junta de Justiça que se iria abrir e não voltou mais. Em 17 de Setembro de 1822 é assinado em Camara mandado de pagamento a esse Dezembargador, da quantia de 160\$000 da sua aposentadoria, vencida desde 22 de Abril de 1820.

Ficaram os Vereadores exercendo o juizado até que em Camara de 1. de Maio de 1823 é lido: "Um officio do Juiz de Fora, Prudencio Giraldes Tavares Cabral, datado de 30 de Abril findo, de bordo do Bergantim "Belisario", surto no porto da Povoação de S. José do Norte, no qual officio participava a esta Camara ter chegado áquele lugar na qualidade de Juiz de Fora desta Vila e Termo, nomeado por Sua Magestade".

No dia 14 de Junho, presidiu pela primeira vez a reunião do Conselho.

Que faziam esses respeitaveis homens, alguns de avançada idade, escolhidos por Juiz austero entre os "homens bons da Vila" e eleitos pela mão inocente de uma criança?

Nas suas duplas funções, cabia-lhes, como Juizes: nomear os Almotaces, os jurados, os Alcaldes, carcereiros, capitães do mato, juizes de medições, juizes de Sesmarias, avaliadores de campos e animais, de propriedades, de testamentos, pilotos e arruadores e outros cargos, todos com seus escrivães.

Informar ao Governo Provincial e Geral, sobre os pedidos de sesmarias e terrenos, atender ás petições e representações do povo da Vila e seu termo. Atender aos interesses do Reino para as cobranças dos impostos reais de dizimos, subsidios literarios e outros impostos; atender aos cobradores e tesoureiro da subscrição voluntaria para o aumento da marinha de guerra e para as despesas da guerra na Provincia, criados em 1824; nomear presidentes das mesas eleitorais e tudo que se relacionasse com a direção judiciaria da Vila e os de Canguçu, Jaguarão, S. Francisco de Paula, (Pelotas), Serrito, Lagoa, Povoação do Norte, Mostardas, Estreito e Povo Novo.

Como administradores, não eram menos arduas as suas funções. Tinham de atender a tudo: desde a licença para negociar, até o serviço de engenharia, pois não havia engenheiros da Camara, apenas arruadores e desses havia falta, sendo em Setembro de 1820 nomeado arruador o mestre carpinteiro, Francisco Gonçalves Lima.

Nem sempre o Procurador ou o Almotace resolviam assuntos das suas atribuições. Exemplifiquemos: O artigo 29 das Posturas aprovadas em 22 de Fevereiro de 1811, mandava que a Camara “estabelecesse dos primeiros rendimentos que tivesse, duas cacimbas em lados opostos”. A 30 de Outubro de 1813, “o Ouvidor Geral e a Corporação Municipal, foram ao Largo denominado Praça Nova e á Geribanda e ahi examinada a agua e foram marcados com estacas os lugares onde se deveriam construir as cacimbas ou poços, que suprirão a população de agua potavel, porém, cuja despesa a população voluntariamente concorrerá”.

Estando em vereança em 8 de Julho de 1820, “saiu em Corporação a Camara a alinhar e demarcar uma nova rua no caminho que segue para a Mangueira.”

O mesmo succedeu em 1822, quando foi demarcada a nova rua que recebeu o nome de Boa Vista, hoje Riachuelo.

A 7 de Abril de 1821, a Camara recebe do Governo a copia do Decreto, “em que Sua Magestade foi servida aprovar a Constituição que se está fazendo em Lisboa.”

Na vereança seguinte, do dia 11, é ordenado ao escrivão, para publicar editais.

Não havendo jornais nessa época, os editais eram afixados á porta da Camara, mas como se tratasse de assunto de relevancia, resolvem que a Camara saísse “a fazer publico esse mesmo edital.” E lá foram eles ao rufar dos tambores, parando aqui e ali, pelas ruas da Vila, — que por sua felicidade eram bem poucas—, a proclamar o edital.

Com frequencia saiam a fazer “corridas” pela Vila, isto é, visitas, em que eram observadas as necessidades e as correções a fazer-se nas ruas e predios.

Todos os dias Santos de guarda, festas da Patria ou aniversario real ou nascimento de uma Princeza, iam de estandarte a frente, assistir a Missa ou Te-Deun, na Matriz, onde, junto ao arco cruzeiro ocupavam as

cadeiras que lhes estavam destinadas. E iam uniformizados de “capa e volta e cabelos apolvilhados”.

Os eleitos ou nomeados, não podiam recusar ou faltar às vereanças, sob pena de multa de seis mil reis e prisão, Vereadores moradores na Povoação do Norte, ou em Pelotas, tinham de comparecer às vereanças que se realizavam quasi que diariamente. O Vereador quando substituido pela eleição de um outro, ainda não ficava isente, pois adoecendo ou ausentando-se algum dos que estavam em exercicio, era chamados para o substituir.

Os indicados para levarem o Estandarte, quando a Camara saia incorporada, procuravam esquivar-se. Em 15 de Setembro de 1821 é recebida a noticia da proxima chegada do Governador. Convidado o ex-vereador, Apolinario José de Medeiros, para levar o estandarte, alega que estava doente “e entretanto foi visto a passear pela Vila”.

Manoel Joaquim Caldeira, que fôra avisado para ir como vereador substituto, alega que já estava avisado “para ir de farda e que não sabia dos atafais ou capa e do bacalhão”.

“Bacalhão”, eram tiras de pano ou renda, que certos magistrados levam pendentes ao peito.

As rendas da Camara eram insignificantes, limitando-se ao arrendamento do cargo de aferidor e do açougue da Vila, que em Novembro de 1811 foi arrematado “pelo donativo á Camara da quantia de 100\$000 reis, obrigando-se a vender a carne a cento e sessenta reis a arroba.”

Em Setembro de 1815, o donativo passou a 130\$000.

Em 29 de Janeiro de 1817, a renda da Vila foi arrematada por Thomé Teixeira Pinto, por 251\$000 reis.

Tão curtas eram as rendas, que o Governo da Provincia, atendendo ao pedido da Camara, em 19 de Setembro de 1821, comunica que “os terrenos que existem desde o Beco do Albino até o Beco do Exmó. Tenente-General Manoel Marques de Souza, os dá a esta Camara para por em hasta publica e o seu produto para as necessidades do Conselho.”

Esses terrenos formam hoje o quarteirão em que está a Prefeitura Municipal, desde a rua General Neto (Beco do Albino), á Pinto Lima (Beco do Tenente General), com fundo ao canal, que a esse tempo ia até a hoje rua General Osorio, que só muitos anos depois foi demarcada com os aterros feitos pelos proprietarios e pela Camara.

Com tal pobreza, os vereadores e o Procurador, viam-se na contingencia de cobrir certas despesas de sua algibeira particular. Algumas festividades patrioticas foram feitas á custa dos Juizes, Vereadores e Procurador.

Em 30 de Outubro de 1819, “acordaram que atendendo as necessidades em que estão prezos da Justiça para se sustentarem e não se lhes fazer suprimimento pelo Conselho, na forma do Provimento de Correçam, visto não haver rendimento, que fossem socorridos por conta dos Juizes Presidente e mais officiaes atuais, até o fim do presente anno.” Este en-

cargo ainda passou no ano seguinte aos novos vereadores, que angariaram donativos.

Em tais aperturas de rendas, como acabamos de vêr, os alugueis das casas onde estavam insatadas a Camara e a Cadeia, — esta, pardieiro que rendia cinco mil réis por mês —, andavam sempre em atraso e o mesmo sucedia aos ordenados dos poucos funcionarios municipais.

Em Camara de 3 de Julho de 1822, é ordenado o pagamento de 91\$630 réis a Manoel José da Costa, “metade do seu salario de Alcaide da Vila, desde 25 de Fevereiro de 1811 a 30 de Outubro de 1821.” A 11 de Dezembro de 1822, manda-se pagar ao porteiro dos Auditorios, José Maria de Jesus, 127\$924 réis, salarios desde 2 de Março de 1811 a 31 de Outubro de 1821. O Secretario foi um pouco mais feliz, pois recebeu 439\$703 réis de salarios desde 7 de Julho de 1817 a 30 de Outubro de 1821.

As amas que criavam os engeitados que eram deitados á roda, que estava sob a administração da Camara, tambem sofriam atrasos nos seus vencimentos.

A's solenidades do dia de Corpo de Deus, a Camara a elas se associava em gastos e representação. E'ra tão precario o estado financeiro da Camara, que a 28 de Maio de 1825, “acordaram que, como a Camara não podia concorrer para a festividade do dia do Corpo de Deus, pela falta de rendimento que nem chegam para as despesas da comedoria dos presos e das amas, que o Procurador do Conselho participasse á respeito á Irmandade do Santissimo Sacramento esta impossibilidade, mas que a Camara prontamente assistiria a este ato de Religião, caso se fizesse a referida festa.”

O vocabulo — Povo —, era sempre escrito com P maiusculo, pois o Povo era, nessa época, soberano e atendido. Todas as deliberações de maior importancia eram tomadas com a assistencia da “Nobreza e Povo.” As representações de alguns cidadãos eram tomadas em immediata consideração. A 1.º de Agosto de 1821 é feita uma representação pedindo “expulsão da Vila, do tabelião João Nunes da Silva. A ata não dá o motivo, mas o Conselho reúne-se e o tabelião é expulso.

Alguns cidadãos denunciavam “um português” que andava aliciando civis e militares para um levante na Vila.

A Camara a 2 de Novembro de 1821, faz uma reunião a que compareceram 54 pessoas de todas as classes e convidando o Marechal comandante da Vila a comparecer á reunião, pedem-lhe que mande prender o acusado.

Esses homens beneméritos, com que solicitude cuidavam do bem estar do povo!

O artigo decimo das Posturas, aprovadas a 22 de Fevereiro de 1811, rezava: “Que a ninguem fosse licito ter nas suas janelas vasos com vrapeiros ou outras quaisquer plantas, para evitar qualquer dano que possa resultar a quem passar.”

Na reunião de 22 de Janeiro de 1825 é ordenado ao Juiz Almotace, “que fosse proceder a exame nas farinhas de trigo que constavam estar danificadas, desde o porto em que embarcaram e feito o exame, participasse, para deliberação, conforme achasse.”

Depois do exame a que assistiu o Sub-delegado do Fisico Mór, ou Procurador-Mór da Saúde, foram as barricas de farinha argentina, entregues ao seu consignatário, o negociante inglês Daniel Whittaker.

Os seus cuidados pelo bem publico não se circunscreviam apenas á Vila, iam até a fronteira. Na reunião de 13 de Agosto de 1825, o Juiz de Fóra, presidente do Conselho, Dr. Prudencio Giraldes Tavares Cabral, “lembrou que nas atuaes circumstancias seria conveniente ao bem publico, que não só se exigisse dos Vintenarios de Jaguarão e Freguezias proximas, por onde se extrema esta Provincia com a Cisplatina, qual era o estado dos viveres de primeira necessidade naqueles lugares, como até se officiasse aos comandantes dos referidos Distritos, indagando se sofriam algum inconveniente os bravos militares que saíam para a Campanha, afim de que esta Camara providenciasse quanto coubesse nas suas forças e requisitasse ao Exmo. Presidente da Provincia, no caso de assim o exigir o bem publico, para exterminio dos rebeldes que ora ameaçam a nossa Fronteira e mandaram que no mesmo sentido, seu Escrivão, expedisse os officios com a maior prontidão possível.”

Aos Almotaces cabia a fiscalização geral da Vila; ajudar o arruador nos alinhamentos e embargar as edificações. que não obedeciam ás Posturas.

Assistirem no Açougue á passagem da carne; fazerem “corridas”, ou visitas nas tavernas e padarias, applicando multas; verificar tudo que fosse para o asseio e boa ordem da Vila e do povo. Não lhes cabia a verificação dos pesos e medidas, para o que havia um Aferidor, que arrematava esse serviço em pregão publico.

Severos no cumprimento das leis e ativos na fiscalização. A primeira arrematação do imposto de aferição teve lugar no dia 9 de Março de 1811 á porta da Camara, “tendo o pregoeiro apregoado e afrontado em altas vozes aos que na Praça se achavam e por ela passavam.”

Foi lançador na maior oferta de reis 203\$000, Antonio Luiz da Silva; que deu dois fiadores e foi aceito depois do porteiro do Conselho “ter cumprido com as palavras do estilo, deu um ramo verde que na mão trazia, em sinal de uma rematação e por esta fôrma houveram a dita rematação por feita”.

Ao criar a Vila, em 12 de Fevereiro de 1811, o Ouvidor Antonio Monteiro da Rocha, abriu e rubricou varios livros para a escrituração do Conselho. Um deles, aberto no dia 7 para os “Termos de Correições”.

A primeira “corrida”, ou seja, a primeira visita de fiscalização que consta desse livro, foi feita na Povoação do Norte, pelo primeiro Juiz Almotace eleito, Antonio Caetano Machado Pinto, em 5 de Março de 1811.

No dia 8 do mesmo mês de Março de 1811, toca a vez da “corrida” ao commercio da Vila do Rio Grande, feita pelo mesmo Almotace, que era ativo e inflexível, tendo nesse dia feito boa colheita. Foram multados: José da Rosa Lisboa, em 600 reis, por não ter tina na sua venda. João Batista Vitto, taverneiro, em 1\$600, mil reis por ter imundície ao lado da porta e seiscentos reis por ter agua e tina sujas. Antonio Silveira Nunes, por não ter o pão no pezo determinado nas Posturas, 1\$600 reis. Francisco José Gonçalves da Silva, em 1\$520, seiscentos reis por ter o balcão sujo, seiscentos reis por ter da mesma fôrma a balança e trezentos reis por estar vendendo frutas sem bilhete, contra as Posturas. — Miguel Joaquim Gonçalves, em 1\$800, seiscentos reis por ter o balcão sujo, seiscentos por ter a tina com lama e seiscentos por ter queijo misturado com açúcar. — João Antonio Lopes, em 2\$200, seiscentos por ter a balança com verdete, seiscentos por ter a tina suja e mil reis por ter um cano de sua casa que desagoa para a rua, sem limpeza.

Muitos outros, aqui e no Norte, foram multados por motivos identicos, inclusive por deixarem escravos “parados em suas tavernas.”

A's vezes, os casos se revestiam de sérias formalidades. Em 28 de Janeiro de 1814, o Almotace Carlos Cosme dos Reis, autuou o taverneiro João Antonio Lopes, da forma seguinte: “Nesse dia em casas de moradia de João Antonio Lopes, esse Juiz deferiu juramentos aos Santos Evangelhos, ao Cirurgião Francisco Antonio Duarte e ao boticario Antonio Godinho Ramos, por mim ambos notificados para que bem e verdadeiramente, sem dolo, malicia, amor ou odio, debaixo do mesmo juramento, fizessem o exame que por ele Juiz, lhes ia ser determinado, declarando o seu parecer e estudo do que lhe fosse apresentado”.

O Juiz encontrára uma porção de pão branco e de rala, que lhe pareceu não estar em boas condições e determinou o exame pelos peritos mencionados, que acharam o pão “encruado e azedo e que por mal fabricado o reputavam danoso á saúde pública a vista do que o Juiz mandou que o pão fosse lançado ao mar e dito João A. Lopes por mim notificado para se ver condenado na primeira audiencia, pelo motivo exposto, o que assim pratiquei e depois o Juiz mandou recolher á Cadeia, o que se executou...”

Esse processo teve estas Custas:

Juramento	300	reis
Auto de Raza	145	”
Notificação	600	”
Alvará	20	”
Conta	80	reis
Soma	1.145	reis

Deram-se outros casos semelhantes.

Ai do funcionario que não cumprisse seus deveres.

A censura vinha de logo.

Ao tempo em que a carne alcançara o elevado preço de 560 e 600 reis a arroba, pois já valera 160 reis, os Almotaces tinham no açougue, que á época do ocorrido era só um, uma cadeira sobre um estrado, de onde fiscalizavam o magarefe.

A 30 de Julho de 1825 a Camara officia ao Almotace "para que esse cumprisse com o Regimento acerca da distribuição da carne ao Povo, pois têm chegado queixas á Camara da falta de exatidão no peso e má repartição da mesma carne, esperando do zelo do dito Juiz o completo desempenho da sua obrigação a bom do publico..."

Exerceram o cargo de Almotace os mais destacados homens da época e que occuparam cargos de Juiz Ordinario e Vereadores e foram Sargentos e Capitães-Mores de Ordenanças.

Ha na cidade, por uma feliz idéa, um monumento aos "obreiros desconhecidos", em que foi aproveitada a cruz de granito que em 1834 foi collocada no centro do Cemiterio do Bomfim, quando inaugurado.

Que fiquem aqui registrados os nomes desses benemeritos que durante o primeiro decenio do Vilamento, deram toda a sua atividade e desvelos ao progresso da Vila e bem estar do povo, exercendo os cargos de Juizes, Vereadores, Procuradores e Almotaces.

Além dos já mencionados, acrescentemos outros de igual valia: Custodio José de Souza Reis, Capitão José da Rosa Gomes, José Duarte Nunes, Capitão Manoel Joaquim Caldeira, José Joaquim Bezerra, Matheus da Cunha Telles (Sargento-Mór e Comendador); Francisco Antonio Duarte, Antonio Teixeira Magalhães, Antonio José Afonso, Fernando José da Rocha, Capitão João José Teixeira Guimarães, Antonio José Gonçalves Chaves, Francisco de Miranda Ribeiro, José Luiz Teixeira Lima, Antonio José da Costa, João Francisco Vieira Braga, Manoel Pinto de Moraes, Carlos Cosme dos Reis, José Joaquim Quadrado, Francisco da Costa Marques, João José Pereira da Silva, Manoel Ribeiro da Silva Louzada, João José de Barros, Antonio Soares da Silva, Manoel Gonçalves Guimarães, Manoel Placido de Paiva, José Bartholomeu Sandim, Luiz Antonio Pereira da Costa, Tenente Coronel José Antonio de Oliveira Guimarães, Cypriano Rodrigues Barcellos, João José da Rosa, Anacleto José da Medeiros, Francisco José de Barros, Rodrigo Fernandes Duarte, Joaquim Martins de Freitas, Antonio José da Rocha, José Antonio Gonçalves Cardoso, Miguel Luiz Vieira, Justino José de Oliveira, Custodio José de Souza Reis, Manoel Raymundo Galvão, Custodio José Antunes Guimarães, Valerio Satiro da Cunha, Francisco José Gonçalves, José Gonçalves Ferreira, Francisco de Paula Couto, Antonio José Afonso Guimarães, Joaquim de Magalhães Garcez, José da Rocha Leão, Antonio de Sá Araujo, Domingos Rodrigues Teixeira, José Joaquim Gomes da Costa e Silva, Antonio de Magalhães Vasconcellos, Angelino José Pereira, José Antonio Alvarez Chaves, Francisco Ferreira Soares, Manoel Pereira Bastos, Vicente Manoel de Espindola, José Maria de Paiva, Joaquim

Vieira Braga, Manoel Rodrigues da Silva, João de Miranda Ribeiro, Ignacio José de Oliveira Guimarães, José Maria Rodrigues, João Antonio Dourado, Anselmo José Pereira, Francisco José da Cunha, Joaquim José de Oliveira Gonçalves e outros mais que lhes sucederam com o mesmo devotamento e amor a este torrão que eles souberam engrandecer.

O Visconde de São Leopoldo

Dr. Eduardo Duarte

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, houve por bem designar o mais humilde dos seus membros para seu interprete na celebração desta efeméride que assinala o centenário do falecimento de um dos grandes filhos da nossa Pátria, essa aureolada figura de José Feliciano Fernandes Pinheiro.

Não havia como declinar deste imperativo, muito embora seja eu o primeiro a reconhecer, em mim próprio, apoucados méritos para o desempenho, com o necessário brilho, de tão honrosa tarefa.

Sobre o excelso homem de Estado, cuja vida e feitos encheram de glória a nossa Pátria no decorrer de longo período do século passado, muito se tem escrito, mas, em verdade, a sua biografia ainda não foi feita. Outras figuras da nossa história têm tido os seus biografadores; aqui mesmo, no seio deste Instituto, quantos trabalhos, nêsse sentido, têm aparecido, o que muito honra a entidade e seus autores. E porque daqui não saiu ainda a biografia do Visconde de São Leopoldo?

E' um dever que impera sobre nós, pois, conquanto nascido fora desta então Província, aqui teve o excelso Visconde a maior atuação de sua vida de homem público e a qual legou seus despojos há pouco recolhidos em meio de carinhosa e justa homenagem ao Panteon dos nossos maiores, um gesto de alta benemerencia levado a efeito pela direção da Santa Casa de Misericórdia cultuando, assim, a memória do seu primeiro provedor.

O INICIO DE UMA CARREIRA

José Feliciano Fernandes Pinheiro, nasceu em Santos, a então vila de Santos, terra do padre voador, Bartolomeu e Alexandre de Gusmão, dos tres Andradas, remarcadas figuras cuja memória a história pátria guarda e reverencia com o merecido respeito e carinho.

Em 9 de maio de 1774 abria os olhos ao sol da vida o grande lu-

(*) Trabalho lido em sessão de 6-7-47, data centenária do falecimento do Visconde de S. Leopoldo.

tador. Em 1792, com dezoito anos apenas, um adolescente, atravessava as salsas ondas para se matricular na Universidade de Coimbra, o que efetivou, alcançando a laurea de doutor em cânones quando contava vinte e quatro anos, conquista por bem poucos vencida em tão juvenil idade. Era uma dádiva da Divina Providencia a quem tantos triunfos deveria vencer no decorrer de sua longa existencia.

Voltando à Pátria, em 1800, foi despachado por decreto real de 15 de Junho desse mesmo ano, Juiz da Alfandega das Capitanias de Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande do Sul. E não só isso; era encarregado da criação e a administração dessa repartição das suas duas provincias, como também da Auditoria das Tropas. Foi nesse tempo que, pelo bom desempenho dado ao exercicio de cargo de tanta relevancia, que obtinha a real mercê do Hábito de Cristo. Assim reconhecia o governo de então os elevados méritos do futuro visconde, outorgando-lhe a primeira condecoração das muitas que ao peito ostentaria, mais tarde, o fundador e primeiro magistrado da nossa Alfândega.

E não só isso. Por êsse tempo, creio que em 1801, foi creada a junta da Fazenda, em substituição da Provedoria Real, realisação de 1752, de Gomes Freire de Andrade, repartição que prevaleceu até o ano de 1834, para dar lugar á Inspetoria de Fazenda.

Quero informar a todos vós que me honrais com a vossa delicada atenção que estou escrevendo de memória, citando fatos e datas que julgo fieis, pois na familiaridade do convivio com velhos e poeirentos papeis por mim selecionados e catalogados no nosso Arquivo Histórico, muita cousa gravei no espirito, que jamais se apagará.

Essas tres repartições, Provedoria Real, Junta de Fazenda e Tesouraria, essas tres repartições, não é demais citar, encheu um século de vida do Rio Grande. E toda essa preciosa documentação, em paciente catalogação, está guardada com o merecido carinho no Arquivo Histórico. E' um precioso manancial onde se dessedentam os estudiosos do nosso passado; é um conjunto de cento e vinte tres mil peças que condensa o esforço de longos anos de paciente pesquisa, de esforço beneditino, como bem podem avaliar os garimpeiros dos velhos arquivos, aqueles que estudam as cousas do nosso Rio Grande dantanho.

Mas, retomemos o nosso têma. Instalada a Junta da Fazenda, na Provincia, foi José Feliciano Fernandes Pinheiro aproveitado no cargo de Procurador da Corôa, acumulando as funções de Juiz Conservador do Contrato do Quinto, dizimo e Inspetor do Papel Selado.

A investidura de tão elevados cargos concorria o reconhecido mérito, o dinamismo impar da grande figura; e não só isso, curioso é de notar, diz um papel que tivemos em mão, **por ser o unico bacharel então existente na Provincia!**

E tudo isso se desenvolvia no começo do sééculo, numa época tão conturbada pelo dissidio com nossos visinhos de Castela, em que os tratados se sucediam com rapidez, que os lindes meridionais da Pátria eram guardados a ferro e fogo, quando o secular inimigo ora avançava

va, ora retrocedia a custa de sangrentos entreveros no cimo das nossas cochilas, nas varzeas, nos descampados.

Recordam esses cruciantes tempos a figura dos Pinto Bandeira, Corrêa da Camara, Marquese de Souza, Borges do Canto, Gabriel Ribeiro e quantos outros fronteiros que de imarcessiveis glórias encheram páginas e páginas da nossa história.

Foi nesse começo de seculo que veio a campanha do

EXÉRCITO PACIFICADOR

Foi pelos anos de 1811-1812 que as lutas no Rio da Prata tomaram maior incremento. As colónias espanhólas, exaustas do dominio de Castela, aos poucos iam se libertando do pesado jugo do seu cativo e por todos os recantos deste lado da América campeava a rebelião em demanda da emancipação, da vida autónoma.

Artigas, o indômito pioneiro, á testa do seu exercito de **montoneiros**, constituia um sério perigo á estabilidade de dominio da Espanha sobre as terras platinas.

O conflito repercutiu até nós: os ideais de liberdade, de emancipação, agitaram a nossa gente, que também tinha o seu senhor, a dominação lusitana.

Foi quando o governo de D. João VI resolveu fazer uma penetração nas bandas de Castela.

D. Diogo de Souza, Governador e Capitão-General do Rio Grande do Sul, organisou poderosa expedição, aparelhando fortes colunas que, sob o comando de Curado e Marques de Souza, valerosos cabos de guerra atravessaram a fronteira, indo acampar junto dos muros de Montevideu.

Fernandes Pinheiro fez parte dessa expedição. O Capitão-General convidara-o para desempenhar as funções de Auditor das Tropas e, nesse carácter, graduado no posto de coronel, fez toda a campanha. Quem compulsa o precioso arquivo que trata dessa expedição — e as peças mais importantes foram já publicadas na Revista do Arquivo Historico, frequentemente encontra papeis com importantes pareceres e informações as mais diversas, que terminavam sempre com o **Fiat Justitia**.

Pode parecer, aos que neste momento me honram com sua atenção, que tendo o então futuro Visconde de São Leopoldo exercido outros cargos de elevada monta, o de Auditor das Tropas, nessa expedição, não teve grande importancia.

Atentai, senhores. José Feliciano Fernandes Pinheiro, foi um homem de uma actividade sem par, parecendo, algumas vezes, possuir o dom da ubiquidade. O moço que apenas penetrava na Universidade, onde pesados eram os encargos para vencer o seu curso academico, era empregado oficialmente, pelo Conde de Linhares, tradutor de lin-

gua ingleza. O Auditor de Tropas não limitava sua atividade sómente aos encargos da sua auditoria.

Atravessando a então Província, percorrendo grande numero de localidades do nosso interior, José Feliciano soube tirar o necessário proveito util e pratico, tomando notas e apontamentos, elementos preciosos para o livro que mais tarde publicaria, os **Anais da Capitania de São Pedro**, estampado em 1819, livro que constitui, até hoje, um subsídio magnifico para o estudo do Rio Grande do Sul em seus primórdios.

A campanha do Exército Pacificador, ou seja a penetração que o exercito português fez nos dominios do Prata, é hoje conhecida dos nossos estudiosos através da sua documentação, pois o Arquivo Histórico do Estado fez essa publicação em sua Revista, e quem consulta aqueles preciosos papeis felizmente salvos da destruição dos tempos e da traça dos arquivos, sente quão grande e justa é a admiração que lhe inspira a figura de José Feliciano Fernandes Pinheiro.

ANAIS DA CAPITANIA DE SÃO PEDRO

Este livro revela o historiador consciente, meticoloso, sábio, escrevendo em estilo simples, amparado sempre pela verdade, descrevendo aquilo que seus olhos viram e seu coração sentiu, fatos que tanto honram a nossa terra e a nossa gente.

Escrevendo esse precioso livro, o Visconde de São Leopoldo, salvou do esquecimento lances gloriosos que aurifugem em grandes páginas da história pátria, carreando, assim, com tão valiosa contribuição, inestimavel material subsidiário ao estudo das cousas do passado remoto do Rio Grande do Sul.

A par das funções da Auditoria, desempenhava ainda o insigne brasileiro outros cargos de elevada natureza, pois a sua capacidade de trabalho não conhecia limites.

A DEPUTAÇÃO

Veio o ano de 1820 e com êle a revolução constitucionalista na séde da Metrópole e consequente eleição de deputados ás Côrtes de Lisboa; José Feliciano é escolhido pelo Rio Grande do Sul para desempenho da honrosa investidura.

São Paulo igualmente, não esquecendo o filho dileto, embora há longo tempo ausente, elege-o também seu representante. Era preciso escolher; optou pela representação da terra do seu nascimento.

E' curioso notar que nos dias presentes o mesmo fato se deu com um dos nossos candidatos a senatoria da Republica. O mesmo candidato, os mesmos Estados, e a preferencia pela representação da terra natal!

A história se repete; afinidades históricas entre São Pedro e São Paulo...

— A sua atuação no Reino não foi devidamente apreciada no seu tempo; é certo, entretanto, que êle soube desempenhar o seu mandato

com honra e dignidade, jamais esquecendo os seus deveres como brasileiro e patriota, conduzindo-se com grande habilidade, e inteligência, o que despertou aplausos de homens do seu tempo, como Hipólito José da Costa, destemido jornalista residente em Londres.

No exercício do seu mandato não conheceu vacilações nem esmorecimentos; foi até o fim e só voltou à Pátria após a proclamação da nossa independência.

Aqui chegando, foi eleito deputado pela Província á Constituinte Brasileira e, ainda outra vez, pelas duas Províncias, o que deu lugar á nova opção pela terra do seu nascimento.

Dois anos mais tarde é despachado para a

PRESIDENCIA DA PROVINCIA

Foi neste Estado que o insigne brasileiro teve a maior atuação da sua vida; foi aqui que êle alcançou o melhor e a maior de suas láureas, notadamente no elevado cargo de Presidente da Província.

Assumindo o cargo a 8 de março de 1824, teve desde logo voltadas as suas vistas para o problema da colonisação.

No Faxinal do Courita, terras então ocupadas pela Feitoria do Linho Cânhamo, que havia sido transferida, anos anteriores, do município de Canguçu, pensou ali fundar a colônia de alemães recentemente creada pelo Governo Imperial.

Nesse trabalho empregou o maximo de sua atividade, não teve vacilações nem esmorecimentos; êle mesmo, em pessoa, foi escolher o local para o estabelecimento, demarcar prazos, distribuindo famílias, iniciando, portanto, essa surpreendente obra que de tanta consolação havia de encher-lhe a existencia, o que não ocultava, como se vê de suas **memorias** escritas no crepúsculo final de sua existencia.

“A fundação da colonia alemã de São Leopoldo é um dos fatos mais salientes de minha administração; e ser-me-á permitido confessar, que muito me desvanço de vêr o meu nome ligado a uma criação de resultados tão extensos, cuja realisação promovi com maximo empenho. Por mim mesmo procedi ao exame e reconhecimento de local mais apropriado para assento da colônia; e assim passei os dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1824, percorrendo todo o campo situado a um e outro lado do RIO DOS SINOS, pertencente á antiga REAL FEITORIA DO LINHO CANHAMO. Organizei as instruções, pelas quaes se devia reger o inspetor interino, que nomeei; e cada dia que passa, acrescenta a minha satisfação, assistindo ao florescimento e prosperidade d'este auspicioso nucleo de colonisação, o primeiro e mais importante de todo o Brasil.”

São suas estas palavras e essa florescente colônia, cujo desenvolvimento foi verdadeiramente assombroso, foi talvez o que de mais belo e mais acertado fez o insigne brasileiro.

Apenas vinte anos após sua instalação foi a colônia elevada á ca-

tegoria de vila, municipalisada, ainda em vida do seu excelso fundador, cujos olhos se cerravam para sempre um ano depois.

* * *

Digno de nota é ainda o fato de ter sido em sua presidencia que foi inaugurada a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, da qual foi ele o primeiro Provedor.

Espírito eminentemente cristão, dotado de sentimentos sempre inspirados no Evangelho de Cristo, esse ato deve ter sido altamente consolador para quem empregou sua inteira existência espalhando o bem, o amor ao próximo, a caridade.

Ainda sobre a inauguração da Santa Casa disse num escritor da época:

“Sendo presidente do Rio Grande, no dia 1.º de janeiro de 1825, aquele respeitável cidadão abriu o nosso Hospital de Caridade, e trasladou os enfermos duma casa velha para o novo e amplo estabelecimento; toda a cidade de Porto Alegre, o viu, cheio de unção, com a sua farda dourada, carregando às costas um doente deitado em sua rede, e dando este exemplo de humildade evangelica, que foi por todos seguido.”

Vêde, senhores, como êste gesto é significativo, revelando em sua singeleza o homem, o cristão, aquele que possuía um coração tão cheio de bondade, doçura, mansidão evangelica, um galardão de sua inteira existência.

O seu governo durou, entretanto pouco tempo. Em 1825 é nomeado Conselheiro da S. M. I. e nesse mesmo ano é endossado no cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Imperio, função que lhe proporcionou a grata oportunidade de referendar o Decreto que instituiu os cursos juridicos do Brasil.

Foi nessa ocasião que o Governo Imperial reconhecendo os valiosos serviços prestados à Pátria pelo grande brasileiro, agraciou-o com o titulo de Visconde, com grandeza, fazendo-o, ao mesmo tempo, Conselheiro de Estado e nomeando-o Senador por São Paulo, em cuja triplice lista constava seu nome em primeiro lugar.

Pouco anos depois a vida politica do Visconde sofre um hiato em consequencia da abdicação de D. Pedro I. Afastou-se do mundo e no retiro de sua chacara nos arrabaldes desta cidade, dedicou-se inteiramente ao estudo e educação dos seus filhos, no que era extremamente zeloso.

Dois meses antes de morrer, dizia em carta a seu sobrinho, conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro:

“Ainda na proxima sessão não poderei ir ao senado; arrasto com muito custo o peso de setenta e tres anos; sinto a passos largos fugir-me a vida, o desfalecimento das minhas faculdades fisicas e moraes a todo o momento me adverte que não pode estar longe a hora do trespassse; eu o espero sem horror, resignado, como pode estar um cristão,

e um filosofo; si melhores serviços não prestei á patria, prestei-lhe os que se deveriam esperar duma educação acanhada, mas com honra e probidade, despedi-me do Instituto, e renunciei o titulo de seu presidente perpétuo, agradecendo a nomeada, que com isso me deu; não continuo porque eu mesmo desconfio da minha cabeça, não desejo comprometer os negocios publicos. Conta-se que Napoleão dizia que a **roupa suja lava-se em casa**. Não tenho o remorso de disipar o patrimônio de meus filhos; uma rebelião na qual eu mais padeci pelo meu aferro e devoção á monarquia, dissolou, e incendiou a minha chacara. Duas vezes o Imperador parou diante dela indo para Viamão; nada tenho pedido, senão a indenisação do meu officio d'alfandega do Rio Grande, o que não é uma graça, é uma justiça; porque era uma propriedade, que eu creei, e exerci por mais de vinte anos, com honra e sem nota, e ninguém m'o negará."

E assim, na singelesa destas frases que podem ser consideradas como palavras testamentárias, fechava os olhos á luz da vida e baixava ao tumulto o insigne José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no dia 6 de Julho de 1847, na idade de setenta e tres anos, um mês e vinte e cinco dias.

A esta cidade, que êle tantos amou, legou seus despojos, que ainda aqui repousam e que, como dissemos linhas atrás, novas homenagens recebeu a sua memória, que não foi esquecida e que aqui se reverencia, no centenário do seu falecimento.

Povo que não cultua a memória dos seus maiores, dos que foram grandes, honrando com seus feitos a sua terra e a sua gente, esse povo não é digno de figurar entre as nações civilisadas.

E o Instituto Histórico e Geografico do Rio Grande do Sul, levando a efeito esta sessão, cultua a vida e obras de um dos maiores filhos do Brasil. Dentro e fora de nossa Pátria o Visconde de São Leopoldo, soube honrar a sua terra, elevando-a sempre, tão alto quanto possível, legando ás gerações que se vêm succedendo, uma após outras, sábios exemplos dignos de imitar, e que jamais se apagarão, seculos em fóra, que serão sempre reverenciados para glória da nossa terra, para grandeza do Brasil.

Ele passou, mas a sua memória é imperecível, e numa profunda admiração, respeito e carinho, êste Instituto a celebra, no dia de hoje, seu falecimento, uma centúria transcorrida. — DISSE.

NOTA — O Visconde de São Leopoldo era membro das seguintes associações; Sócio Correspondente da Instrução Elementar do Rio de Janeiro; sócio e vice-presidente da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional; sócio correspondente do Real Gabinete Português de Leitura; presidente honorario da Sociedade de Instrução Liberal das Cachoeiras de Macacú e mais das seguintes sociedades estrangeiras; sócio corespondente da Academia Real das Ciencias de Lisbôa; membro da Sociedade de Agricultura de Carlsruhe, em Baden, socio da Real Aca-

demia dos Amigos Curiosos da Natureza, de Berlim, socio corespondente da Sociedade Filomatica de Paris, membro correspondente do Instituto Historico da França, membro correspondente da Sociedade Real Borbonica, da Academia das Ciencias e da Academia Pontomaria de Napoles, membro honorario da Sociedade Etnologica de Paris, membro corespondente da Sociedade Renana de Historia Natural, de Maiença e da Sociedade Real de Antiquarios do Norte e, finalmente, da Associação Maritima e Colonia de Lisboa.

Foi, alem disso, fundador do Instituto Historico Brasileiro, em 1838 e seu primeiro presidente em cujo cargo foi perpetuado.

E' a seguinte, relação dos trabalhos deixados pelo Visconde de São Leopoldo.

CULTURA AMERICANA — (Trad. do inglês) — Lisboa, 1799 2 tomos. (Sobre terenos, clima, produção e agricultura das colonias britannicas do norte da America e Indias Ocidentais).

DISCURSOS — apresentados a Mesa de Agricultura sobre objetos relativos á cultura, etc. — (Trad. do inglês) — Lisboa, 1800.

HISTORIA NOVA E COMPLETA DA AMERICA, 2 volumes — Lisboa, 1800; 2.^a edição — Lisboa 1801.

COLEÇÃO DE MEMORIAS sobre o estabelecimento de humanidades, etc. (Trad.) Lisboa 1801.

RELAÇÃO circunstanciada sobre um estabelecimento formado em Munich a favor dos pobres. (Trad. do alemão) Lisboa 1801.

SISTEMA UNIVERSAL DA HISTORIA NATURAL — (Trad. do inglês). Lisboa, 1801.

ANAIS DA CAPITANIA DE SÃO PEDRO — Tomo I — Rio de Janeiro, 1819.

DA VIDA E FEITOS DE ALEXANDRE DE GUSMÃO E DE BARTOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO — Rio de Janeiro, 1841.

MEMORIAS DO INSTITUTO HISTORICO — Rio de Janeiro 1839 — 2.^a edição — Rio de Janeiro, 1901.

DIVERSAS — CARTAS ao 1.^o Secretario do Instituto dando conta de seus trabalhos. Rev. do I. H./G. B. — IX, pg. 428.

CARTA a José Rodrigues de Oliveira, sobre a Nobiliarquia Paulistana de Pedro Taques de Almeida Paes Leme — Rev. do I.H.G.B. — XXXII p. 177.

MEMORIAS DO VISCONDE SÃO LEOPOLDO, compilados por Francisco Inacio Marcondes Homem de Melo — Rev. do I.H.G.B. XXXVII — 2.^a parte p5 e XXXVIII p5.

QUAIS SÃO OS LIMITES NATURAIS, PACTEADOS E NECESSARIOS DO IMPERIO DO BRASIL? — Rev. do I. H. G. B. — XXV, p. 341.

RESPOSTAS AS "BREVES ANOTAÇÕES" DO CONSELHEIRO JOSE MARIA DA COSTA E SA' — Rev. do I. H. G. B. — LXV, p. 497 — (Estas anotações á memoria "Quais os limites naturais"... etc., foram publicadas pelo Conselheiro J. M. da Costa e Sá — na Rev. do I. H. G. B. — LXV, p. 495.

Graciano Alves de Azambuja

OTHELO ROSA

A idéia que corentemente se faz de um Instituto Historico e Geografico não é, de todo, uma idéia amavel e consoladora...

Certa vez, nesta "leal e valorosa" cidade de Porto Alegre, fui testemunha de um episodio, que jamais esqueci: um cavalheiro, que a estas terras arribara com renome e fama de historiador de coturno, ou mesmo de sociologo mais penetrante do que uma verruma, anunciara uma conferencia, em uma de nossas instituições culturais.

O titulo, que o sabedor itinerante déra ao seu trabalho, era de uma amplitude e profundidade tremendas e alarmantes: no angustiado espaço de uma palestra o viajante insigne ia indicar, examinar e destrinçar todos os problemas de natureza historica que porventura existissem na curva imensa e vacilante da evolução brasileira.

Confesso que me levou á conferencia, não a notoriedade excessiva, apregoada em tons altos e repetidos demais, do sabio peregrino, mas a curiosidade, talvez maliciosa, de ver como se sairia êle da empreitada, esmiuçando e elucidando, a vôo de passaro, questões historicas que haviam atormentado, em longos e pacientes estudos, honestos e prestimosos investigadores do nosso passado.

Como era de esperar, — pois que o homem vinha de fóra, — havia na sala uma assistencia numerosa, psicologicamente predisposta a achar, em tudo que ele dissesse, o extranho sabor de coisas novas, acertadas, indiscutíveis e lapidares. Tanto assim que o cavalheiro, que apenas repetiu frivolidades e logares comuns, demonstrando, desde logo, que apenas lhe faltava um pequeno requisito, que era saber história, foi ouvido, por espaço de quasi duas horas, com atenção e encanto, que chegaria ao entusiasmo, no passo que vou relatar.

(*) Conferencia realizada em 9 de agosto de 1947, em sessão solene do I. H. G. R. G. S., comemorativa do 1.º centenario do nascimento do dr. Graciano Alves de Azambuja.

Embora se tivesse lamentavelmente atrapalhado em aspectos elementares da formação nacional, o famigerado sociólogo, em certa altura, deliberou deblaterar contra todos aqueles que, como Porto Seguro, Rio Branco, Rocha Pombo, Capistrano de Abreu e tanto mais, se haviam atrevido a tratar da história do Brasil, sem aguardar as conclusões definitivas d'ele, conferencista, e exclamou: "Como é feita, afinal, a nossa história? Por uma dúzia de velhotes que, nos Institutos Historicos, vivem a procurar datas e nomes proprios em avalanches de papeis empoeirados e velhos."

A sala veio abaixo, com o estridor das palmas. O conferencista, desvanecido e orgulhoso, teve de interromper a dissertação erudita, aguardando que os aplausos serenassem. E eu sai de lá pensando, menos no que dissera o sabio caminhante, que em rigor não dissera coisa alguma, e mais nessa idéia, tão pouco amavel e consoladora, que se faz entre nós dos Institutos Historicos, e cuja generalização estava eloquentemente documentada no calor daqueles aplausos, e ainda nos conceitos que o presidente da instituição tecera, ao encerramento, acentuando a procedencia e a sagacidade da critica do conferencista, cuja palavra classificou, — muito bem me recordo, — de "palavra amazonica"....

Avivou-se-me o lance na memoria no dia em que deliberamos, nesta casa, numa consagradora unanimidade de intenção e de voto, realizar uma sessão publica de homenagem á memoria do dr. Graciano Alves de Azambuja, no primeiro centenario do seu nascimento.

Iriamos, os "velhotes" do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul, contrariar, até certo ponto, a idéia preconcebida e dominante, sobre nós creada e disseminada. Estariamos, hoje, reunidos aqui, para exaltar os méritos de um homem que, não sendo propriamente um historiador, no conceito comum, e algo desprimoroso, foi uma alta expressão cultural, desenvolvendo, no Estado, uma obra relevante e notavel, toda de intelligencia, no sentido da compreensão e da interpretação da terra e do povo gauchos. E dariamos, assim, uma idéia mais justa e mais exata da natureza e da finalidade da nossa instituição.

Convenhamos, meus prezados confrades, que para o juízo que fazem de nós termos contribuido um tanto. Tempos houve em que se teve da história uma concepção estreita, confinada, e que desse peccado eramos, nós proprios, um pouco peccadores, legitimando a crença de que, n'um Instituto Historico, viviamos à margem das realidades e da vida, no tedioso e cansativo mistér de verificar se o herói tal nascera ao meio dia tarde ou já á sombra do crepusculo, se tal batalha se iniciara ás onze horas da manhã, ou ás duas e meia da tarde; se o personagem tál disséra isto, e não escrevera aquilo — deixando de lado a interpretação da missão social e politica do heróe; a significação da

batalha e as consequencias que dêla decórreram; e as atitudes e a linha de conduta do personagem, que mais o esclareciam e situavam na historia, do que aquilo que porventura ele houvesse dito, ou escrito, ao imperio de certas e determinadas circunstancias.

Não era essa a concepção que da ciência historica tinha Graciano Alves de Azambuja. E o fato de estarmos hoje rendendo esta homenagem á sua memoria, demonstra que os "caturras" deste Instituto, a que ha dias se referiu, neste mesmo recinto, o meu presado confrade Eduardo Duarte, dela tambem não participam mais, — si é que algum dia participaram, — e estão dispóstos a integrar de vêz a nossa instituição nos seus verdadeiros destinos, e nas suas finalidades superiores. Evocando, respeitando, cultuando o passado, não estamos, não queremos estar, imobilizados dentro dêle. O que nêle buscamos, é estímulo e orientação para viver o presente, lançando alicerçes e bases para o futuro. A tradição, para nós, não é uma lembrança, desanimadora e infecunda, de coisas mortas; é uma condição de vida, de vida equilibrada, conscienciosa e util; pois só nos elementos eternos e fortes da tradição é que a evolução humana poderá apoiar-se e firmar-se, estruturando harmonicamente, sem saltos e sem desgarres perigosos e graves, a existencia nacional. A historia, para nós, não é memoria, não é cronica, não é narração, — áridas, frias, quasi inuteis, porque limitadas aos fatos e ás datas, sem o remate científico e esclarecedor da interpretação e da conclusão: a historia, para nós, é uma ciencia social, integrada no quadro das ciencias correlatas ou afins, que estuda e examina a vida, na sua maravilhosa plenitude, dando a essa vida um sentido mais puro e mais profundo, mais largo e mais humano. Para isso, teremos de estudar a terra, que é a base física da historia, e teremos de estudar o homem, que é o seu agente humano, detendo-nos na geografia, no seu conceito moderno, na antropologia, na etnografia, na etnologia, para chegar, mais seguros de nós proprios, nas fronteiras da sociologia, que alguns consideram mesmo a irmã siamêza da historia.

Graciano Azambuja, que pôde, neste terreno, ser considerado um precursor entre nós, assim pensava. O seu "Annuario", que realizou o milagre de manter por tantos anos, prova-o decisivamente, pois que o transformou em um verdadeiro e inegualavel repositório de dados, elementos e informações que são hoje de consulta indispensavel e essencial a quem se dedique ao estudo da historia do Rio Grande do Sul. Nêle desbravou campo vastissimo, com uma inteligencia e um criterio notaveis. Publicou, e republicou, numerosos documentos antigos, que ia obtendo, com uma pertinacia comovente, aqui e ali, mediante solicitações reiteradas, teimosas, insistentes. Nêle abrigou os nossos primeiros trabalhos etnograficos, mais ou menos sistematizados, amparando e estimulando os autores e, não raro, corrigindo-os com a sua critica serena, comprehensiva, alentadora. Compreeheu o valor dos es-

tudos climatologicos, e ano a ano divulgava quadros que lhe deveriam ser dificeis e penosos, dada a carencia de fontes, na época; e aos aspétos geologicos deu tambem o seu exato significado, parecendo-me mesmo que um de nossos confrades, já falecido, o dr. Francisco Rodolpho Simch, foi no "Annuario" que iniciou a sua prestimosa actividade. Aliás, dois outros confrades nossos, tambem já desaparecidos, os padres Teschauer e Haefkmayer, publicaram no "Annuario" numerosos trabalhos.

Tendo uma clara visão das coisas, Graciano Azambuja acumulou valiosissimos dados estatisticos sobre o Rio Grande do Sul, annualmente revistos e coordenados, permitindo hoje, aos que pretenderem estudar os aspétos economicos da nossa evolução, chegar a conclusões menos aleatorias e arbitrarias sobre a nossa produção, a nossa industria e o nosso commercio.

Tinha um senso agudissimo dos problemas, — os problemas vitais do Rio Grande. Sobre a industria carbonifera, não cessou de chamar a atenção de seus concidadãos, e dos poderes publicos; e no "Annuario" encontrareis diversas contribuições sobre as quedas d'água do Estado, não apenas como um encanto da paisagem, mas como um poderoso elemento de vida e de progresso, como força motriz, na ante-visão de um futuro que já chegou...

Reduzindo, quanto possivel, dada a heterogeneidade de seus leitores, a parte puramente recreativa, Graciano Azambuja deu ao seu "Annuario" o carácter predominante de uma publicação cientifica. E mesmo quando parecia pretender apenas recrear, ele estava instruindo e amalhando... ..oi o que se deu com o folklore: o "Annuario" contém a mais rica e mais vasta coletanea de nossa poesia popular, que Graciano conseguiu, assim, salvar de um extravio total. E tanto isso é verdade que, no proprio "Cancioneiro guasca", de Simões Lopes Neto, encontraremos um imenso material extraído das paginas do "Annuario".

Ha uma parte do "Annuario" em que se revela um aspéto interessante da personalidade de Graciano Azambuja: a correspondencia. Esse homem, que dá sempre a sua actividade um carácter científico, sabia ser alegre, ás vezes, um pouco ironico, tendo mesmo uma dicacidade de espirito que me parece se havr transmitido a algum de seus descendentes em linha directa...

Um dia, um poeta de Cachoeira manda-lhe uns versos. E Graciano responde:

"Sim, snr., eis que o se chama uma poesia de nervo! E' dura de roer! Valente deve ser a mão que empunha a pluma produtora de tão duros versos! V. Sa., que diz dedicar-se à

poesia, errou a vocação. Quem possui tão forte musculatura aplica-se á lavoura, á industria, á trabalhos braçaes, donde lhe pode advir proveito e ser util ao torrão que o sustenta: mas meter-se a fazer versos... **Non licet omnibus adire Corinthum**...

Um outro enviou-lhe certa vez uma pagina literaria intitulada "Um passeio a Belem". E Graciano comenta:

"Que poetica é esta sua narrativa! Que opulencia de linguagem! Que luxo de estilo! Como é inimitavel na descriptiva! Aquela **passarada a chilrar seus amores** nas franças do arvoredo, e V. Sa. **embaixo apanhando o cantico dos plumosos seres**, assim como quem apanha pitanga, é deslumbrante!

Apesar de tudo, quer nos parecer que o snr. apreciaria melhor a natureza em campo aberto. Talvez se coadunasse mais com o seu genio o descrever a vastidão de uma campina, a belleza de suas aguadas, a sua fertilidade graminea; como não experimenta isso?"

Oriundo da tradicional familia Azambuja, um dos troncos principais do nosso povoamento, Graciano Alves de Azambuja nasceu nesta capital em 9 de agosto de 1847, e aqui viria a falecer, em 7 de Julho de 1911. Feito o seu curso de humanidades, seguiu para S. Paulo, em cuja Faculdade bacharelou-se em 1866.

Durante os seus primeiros quatro anos de estudo de direito, foi companheiro do barão do Rio Branco, colega que jamais esqueceria e de quem publicou um excelente estudo biografico no "Annuario" de 1896. Rio Branco foi sensivel á homenagem do antigo condiscipulo.

Segundo se vê do "Dicionario bio-bibliografico brasileiro de diplomacia", o Itamaratí possui, encadernadas em separata, as paginas da edição do "Annuario" em que saiu a biografia. E no mesmo "Dicionario" o autor acrescenta esta nota:

"Bom retrato de Rio Branco, fóra do texto, colado pelo proprio Barão, com o uniforme diplomatico, quando enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão nos Estados Unidos da America do Norte (1893-1895). O biografado prezava a biografia, tanto que a preservou do esquecimento na sua biblioteca e a fez preceder de uma cuidadosa epigrafe, do seu proprio punho."

Retornando a Porto Alegre, Graciano Azambuja abriu aqui a sua banca de advocacia, impondo-se sempre como profissional competen-

te e distinto. Exerceu, mais tarde, a escrivania dos feitos da Fazenda, com escândalo publico, narra um seu biografo, pois ao tempo ninguem compreendia um bacharel em função de tal ordem. Foi professor de filosofia, havendo, em 1897, publicado as "Lições de filosofia elementar" sobre as quais Carlos Maximiliano escreveria serem elas "o unico tratado de filosofia moderna que foi feito no Brasil."

Em 1893, com as habituais correção, criterio e saber, representou o Brasil na Exposição de Chicago — missão de que, logo depois, prestaria contas ao publico brasileiro, em publicação referta de justos e ponderaveis comentarios.

Já em 1881, nesta cidade, fôra membro da Exposição Brasileira-Ademã; e em 1902, fazia parte da comissão diretora da Exposição estadual.

Dado o seu natural pendor para os estudos scientificos, Graciano Azambuja manteve relações com sabios estrangeiros, como Branner e Lindman, e mesmo com instituições, aos quaes, conta o mesmo biografo citado, Graciano não faltava com as suas corrigendas e as suas sugestões, sempre que se tratava de assuntos referentes ao Brasil e ao Rio Grande.

Da atividade multiforme e fecunda de Graciano Alves de Azambuja, destaca-se, sem duvida, o "Anuario do Rio Grande do Sul". Quiz fazer dele um livro do Rio Grande e para o Rio Grande, nestas palavras textuais, escritas em 1900, e cujos ultimos periodos documentam ainda a nossa assertiva sobre o senso admiravel que tinha Graciano dos nossos problemas:

"Quando, ha 16 anos, apresentamos ao publico o primeiro volume do **Anuario**, dissemos que era nosso intento fazer um livro anual, especialmente dedicado ao Rio Grande do Sul, reunindo quanto pudesse o util e o agradavel e por meio do qual, ao lado das informações do calendario, das efemerides astronomicas, das tabélas, indicações e leituras amenas, usuais em publicações congeneres, se procuraria dar aos seus leitores alguns estudos sobre assuntos de interesse local e pequenos ensaios de vulgarisação científica destinados á instrução popular, bem como dados estatisticos sobre a nossa vida economica, comercial e financeira, observações meteorologicas, etc., formando do "Anuario" um repositorio de informações sobre assuntos rio-grandenses.

Ultimamente temos dado ao "Anuario" uma **feição agricola**. Mas assim procedemos muito conscientemente, acompanhando um movimento auspicioso que ora surge em nosso país.

Procuramos contribuir assim, dentro de nossas forças liliputianas, para a regeneração de nossa patria, que só podera vir com o levantamento das populações rurais do marasmo, da estagnação da rotina e do quasi embrutecimento em que tem vivido.”

Graciano Alves de Azambuja realizou o seu patriotico e esclarecido proposito. Fez, do “Anuario”, graças a um esforço, que jamais cansou, de uma intelligencia limpida e penetrante e de uma cultura do melhor quilate, o livro do Rio Grande. Nós os desta casa, sabemos bem o quanto nos vale, nas nossas investigações, nas nossas duvidas, nas nossas incertezas, esse mestre pretimoso que é “o velho Graciano”.

Quizemos, por isso, demonstrar-lhe, hoje, o nosso respeito e o nosso reconhecimento.

E seria de certo grato ao “velho Graciano” verificar que esse Rio Grande, que ele tanto amou e que tão bem serviu, não lhe esqueceu o amor, nem a memoria.

A Independência do Brasil (*)

(Ensaio de interpretação sociológica)

Dr. Armando Dias de Azevedo

O impedimento ocasional de nosso eloquente e erudito orador levou o nosso ilustre presidente a designar o último dos sócios deste Instituto para versar a efeméride da próxima magna data nacional, cumprindo, assim, o preceito estatutário.

Entendi que o máximo facto histórico de nossa nacionalidade tem sido estudado, também em seus antecedentes, com notável proficiência por vários de nossos consócios, em trabalhos que honram nossa corporação e brilham nas páginas de nossa Revista.

Pareceu-me, porisso, menos desinteressante tentar, em breve esquematização, um ensaio de interpretação sociológica do fenómeno histórico de nossa independência, como manifestação da consciência nacional.

Infelizmente, porem, não me restou tempo para dar ao tentame a amplitude e a forma que merecia tão sedutor tema.

Relevai-me, pois, que eu aponte apenas algumas idéias, à guisa de esboço para um estudo posterior de mais fôlego.

O Brasil, no princípio do século passado, chegara à sua madureza, que o tornava apto para o *self-government*. O filho-família entendia estar em condições de se dirigir, mas o *pater-famílias*, apegado, ainda, ao rígido conceito romano, recalcitrava em lhe reconhecer a plena capacidade.

O Brasil tinha consciência de sua missão civilizadora e reclamava a liberdade, que viria permitir-lhe, no dizer do sociólogo francês padre Delos, conservar e acrescer o patrimônio de valores de civilização de que era depositário e de que queria fazer beneficiar seus filhos (1). E embora, no dizer do mesmo sociólogo, nem sempre necessária, para tal, a independência política era, no caso brasileiro, imprescindível para que cumprisse frutuosamente sua missão, como os fatos estavam demonstrando e viriam, ainda, a fazê-lo, de modo mais acentuado, no decurso de sua vida de nação independente.

Não imagineis que eu seja um adepto do organicismo, a tal ponto que queira estabelecer identidade completa entre a vida do homem e a da sociedade. Emprego o vocabulário organicista tão somente pela conveniência dialética e pedagógica que oferece tal analogia, coadjuvando tais comparações à compreensão dos fenómenos de natureza social.

O Brasil já era uma nação e se tornava consciente desse fato. E essa consciência não se fez sentir *ex-abrupto*, mas foi o produto duma longa estratificação, duma lenta sedimentação.

(*) Conferência realizada na sessão de 4 de setembro de 1946.

(1) Apud TROUDE, *Précis de Sociologie*, pg. 283.

Encontramos precocemente um como acordar da vocação histórica da nacionalidade brasileira, ao repelir o invasor holandês, pela metade da segunda centúria de sua existência como colônia.

Há quase três séculos, pois, tinham já os brasileiros compreendido que, como bem disse o nosso grande Assis Brasil, "caso os holandeses tivessem feito desta terra um país bem governado e feliz, não seríamos nós que aqui estaríamos gozando êsses bens, mas sim os holandeses e seus descendentes" (2).

Sem me deter em várias outras manifestações de consciência nacional durante a história colonial da América Portuguesa, lembrarei apenas a Inconfidência Mineira, em que o sangue generoso do proto-mártir Tiradentes lançou no solo fecundo a semente que germinou mais tarde, dando óptimos frutos.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil foi o fator com que operou a Providência, sempre amiga do Brasil, preparando o terreno para que a independência se realizasse com economia de sangue e sem que soffresse a unidade nacional.

O Brasil, tornado séde da monarquia lusitana, teve a plena consciência de ser uma nação, e, quando a mentalidade obtusa de alguns liberais d'alem-oceano, de posse do poder, numa incoerência de pasmar, pretendeu reduzir o nosso país à categoria de colônia, êle reagiu e teve como seu porta-voz o próprio príncipe regente, identificado com as aspirações nacionais e instigado por sua esposa e por José Bonifácio, essa figura admirável de sábio e de estadista.

O Brasil já era uma nação — insisto — e, consciente de o ser, queria tornar-se um Estado independente.

"Nação — ensina o nosso illustre confrade, o professor Darcy Azambuja — é uma sociedade de indivíduos que se sentem unidos, não somente pelos laços jurídicos do Estado, mas pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns" (3).

Os mestres da ciência política consideram elementos constitutivos duma nação — o povo, o território, a alma comum, a raça, a língua e a religião.

E', pois, grandemente complexo o fenómeno nacional. Entram nêle, em dosagens diversas, aqueles elementos e, segundo vários autores, ainda outros. Ernest Renan considerava essencial a dinastia (4), no que era acompanhado por René Johannet, que dava também papel relevante aos grandes homens.

Prefiro ater-me aos elementos geralmente aceitos, sem que isso importe em desprezar o fator dinástico que tão importante papel teve na nossa independência e posteriormente, (5) nem tão pouco os grandes homens que, em todos os povos, desempenham tão insigne função.

Entendo, porem, que, assim como êsses, outros fatores pôdem influir na consciência nacional, sem que possamos considerá-los elementos constitutivos da idéia de nação.

E' certo que, para a existência duma nação, não é necessário que concorram os seis clássicos elementos que há pouco enumerei. Dois

(2) Apud EDUARDO PRADO, *Coletâneas*, vol. IV, pg. 69.

(3) DARCY AZAMBUJA, *Teoria Geral do Estado*, pg. 16.

(4) Apud RENE' JOHANNET, *Le principe des nationalités*, pg. 382 e ss.

(5) "A missão da Monarquia no Brasil não tem exemplo na história das dinastias. O primeiro Imperador criou a nacionalidade, o segundo constituiu a Nação, e sua Filha, numa curta regência, aproveitando o que ela mesma havia iniciado, realizou a abolição, fundando a igualdade social.

"Um criou a Pátria, outro a Nação, e a terceira pessoa dessa Trindade nacional, criou o Povo" (JOAQUIM NABUCO, apud AFONSO CELSO, *O Imperador no exílio*, pag. XXIII).

dêles, sim, são essenciais e jamais pôdem faltar — a alma comum e o território.

Há nações que compreendem mais de um povo, isto é, mais de um grupo humano sujeito às mesmas leis.

Há também nações em que se falam várias línguas. A Bélgica tem o francês e o flamengo. A Suíça tem o francês, o alemão, o italiano e o reto-romano. Na Rússia são falados 141 idiomas diversos.

As aberrações racistas do nazismo e de seus precursores nos deixam sempre com receio de abordar o fator raça, tão relativo, e já de si tão complexo.

Vemos, ao contrário do que pregam os entusiastas da pureza da raça, e do sangue, nações formadas dos grupos étnicos os mais variados. São disso exemplos flagrantes os Estados Unidos e o Brasil (6).

A religião é um elemento importantíssimo, muito embora o mundo moderno nos apresente nações com grande variedade de confissões religiosas.

O Brasil é uma nação em que coexiste a quase totalidade dos elementos constitutivos dessa entidade moral.

O povo brasileiro, mau grado as diferenças secundárias, é um todo homogêneo, composto de cidadãos que obedecem às mesmas leis fundamentais. As peculiaridades locais, que existem em seu seio, não infirmam o princípio assinalado. (7) A tradição descentralizadora e federalista merecia — é certo — várias correções no sentido do fortalecimento da unidade nacional, mas, para isso, não havia necessidade de chegar aos absorventes excessos centralizadores consagrados na carta de 1937, que estão sendo emendados na Constituição em elaboração, como, por exemplo, a abolição dos símbolos estaduais e municipais, que a Assembléia Nacional Constituinte resolveu, em uma de suas sessões de ontem, possam novamente coexistir, como foi pleiteado pelo nosso Instituto.

Mercê de Deus, o território brasileiro, desde o período colonial, teve sua conformação traçada homogêneamente em suas linhas gerais. Salvo o enxerto da Cisplatina, artifício de que cedo nos libertamos, adquirindo a amizade de um povo irmão, o uruguaio, tivemos nossas fronteiras invariáveis, resolvidas as dúvidas de nossos limites pela diplomacia clarividente e patriótica de Rio Branco. O território do Acre foi o acréscimo sensível, habitado, aliás, por brasileiros, e fruto de conquista pacífica, honesta, mesmo generosa.

A homogeneidade territorial foi, por certo, para nós um factor extremamente propício, e jámais devemos crear barreiras artificiais contra os nossos interesses comuns, mas, ao contrário, devemos incrementar, cada vez mais, os meios de comunicação.

(6) "A solução do nosso problema étnico se situa no plano moral: está na fidelidade às nossas origens históricas. O português traçou, decisivamente, a fisionomia social e moral do nosso povo. Todo o elemento imigratório deve ser organizado e distribuído racionalmente, para que não venha a mudar ou deformar essa fisionomia, que já é a fisionomia caracterizada do Brasil. Não desprezamos as virtudes de outras raças, mas já possuímos as nossas e elas nos satisfazem — diz-nos uma já multi-secular experiência histórica. Os deveres de fraternidade nos obrigam a renunciar ao nosso próprio ser. Não no sentido zoológico, mas biopsicológico e social, somos de raça portuguesa e ninguém poderá levar a mal que nos recusemos a renegar o que somos" (ERNANI FIORI, *A contribuição do português à formação nacional*, apud ESTUDOS ano I, n.º 5, pgs. 29-30).

(7) "Uma Pátria, afinal, não é uma criação artificial, abstrata; é sempre uma soma de regiões, com as suas peculiaridades inseparáveis, com os seus usos, com os seus feitos, com lutas e sacrifícios isolados, que se associam e se justapõem à inspiração de um ideal maior, que a todos compreende e acolhe, definindo a todos e um maravilhoso compromisso de unidade moral, social e política" (Parecer da comissão de história e geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a 8 de maio de 1946, relatado por Othelo Rosa, a respeito da indicação de Luiz Carlos de Moraes pelo restabelecimento da faculdade de terem símbolos próprios os Estados apud Revista, XXVI, pg. 323).

A objeção de Renan, de que “um *Zollverein* não é uma pátria”, responde vantajosamente René Johannet que “hoje em dia não ha pátria sem *Zollverein*”, pois “a pátria implica, com efeito, uma solidariedade cada vez mais rigorosa dos interesses que nela se movem” (8).

Temos tambem uma língua comum, outro elo de unidade nacional, e — permitam-me um desabafo — não vejo em que precisemos, para constituirmos uma nação independente e cônica de seus foros e direitos, de proclamar a independência lingüística, creando o artifício de uma língua brasileira. Acaso a Bélgica, a Suíça, o Canadá, por falarem francês, os Estados-Unidos, por falarem inglês, e os países hispano-americanos, por falarem castelhano, ficam diminuídos? Não, o que prejudica a unidade nacional, denotando má vontade de assimilação, é a teimosia de certos elementos em quererem conservar, por várias gerações, com intuito de perpetuidade, como língua materna, o idioma de seus antepassados alienígenas, desprezando a língua da terra, que já tem sua cultura formada, e que não é um país “onde outra cultura — outra língua inclusive — possa instalar-se com os mesmos direitos da de Portugal quando colonizou certa parte da América e firmou nos trópicos uma civilização com elementos predominantemente europeus e cristãos” (9), na frase feliz de Gilberto Freire.

A língua é, como bem disse o eminente sociólogo francês Troude, um meio de aproximação e de entendimento, “o espelho da história dum povo, o tesouro em que se acumulam as aquisições de seu gênio” (10).

A unidade religiosa é outro elemento importantíssimo para uma nacionalidade (11). O Brasil teve a ventura de ser colonizado pelo português católico e de ter recebido o salutar influxo dos beneméritos jesuítas. O fato de, atualmente, existirem outras religiões, em minoria, não tirou ao catolicismo o seu papel de religião da maioria e de importante factor para a ideal é o Direito, que é absoluto. Ou ainda, este ideal é o reconhecimento público do Direito aplicado à Nação, à honra nacional” (15).

É a alma comum da Pátria que nos tem sustentado em todas as vicissitudes que atravessamos como nação independente, quando, durante a Renacionalidade, para cuja formação contribuíu decisivamente (12).

Deixei de propósito para o fim — *the last but not the least* — o referir-me à alma comum, elemento essencial para uma nação.

(8) RENE' JOHANNET, *Le principe des nationalités*, pg. 292.

(9) GILBERTO FREIRE, *O mundo que o português criou*, pg. 37.

(10) TROUDE, *Précis de Sociologie*, pg. 262.

(11) “Acreditais, se não fosse o catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que val das Guianas do Amazonas ás Missões do Paraná? Acreditais, se não fosse o catolicismo, que esse território não se teria pelo menos dividido em tres ou quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, o quarto, apenas, brasileiro, como o somos hoje? Isso quanto ao território, o soberbo, incomparável apanágio português na América, intacto, enquanto o morgadio espanhol se desmembrou, e que faz deste país uma das tres ou quatro maiores casas da terra. Quanto á população, acreditais que, sem o catolicismo, tivesse sido possível fundir, pelo modo por que o foram, em uma nacionalidade homogênea, o indígena, o português e o africano? O indígena? Duvidais de que, sem a ação do catolicismo, o indígena teria sido exterminado pelo mais bárbaro dos cativos, após as mais terríveis de todas as razzias. O branco? Duvidais de que a raça branca e os seus cruzamentos, adquiririam, nessas atrozes correrias, nesses costumes de rapina humana, instintos que fariam do brasileiro o igual do caçador de escravos sudanês? O africano? Supondes, se não fôra o catolicismo, que o negro bárbaro da África daria em pouco tempo esse sublime tipo de resignação e docura que foi tanta vez o nosso escravo, o qual, escravo pelo cativo e pelo castigo, achava ainda meio de fazer-se escravo voluntário pela gratidão e pelo amor? Ou pensais que tudo isso se teria dado mesmo sem a Companhia de Jesus?” (JOAQUIM NABUCO, *Escrítos e discursos literários*, pgs 127-128).

(12) “Não ha outro molde em que se possam fundir para sempre raças, sociedades, individualidades mesmo, senão o molde religioso. Se o Brasil tivesse sido lançado em outra forma, ha muito que se teria feito em pedaços. Qualquer que seja o nosso modo de pensar sobre a verdade da religião, em um sentimento estaremos sempre acordes: que ela é o traço moral permanente, o traço por excelência” (JOAQUIM NABUCO, *Escrítos e discursos literários*, pg 138).

Foi a alma comum que deu consciência ao Brasil de ser uma nacionalidade, fadada pela Divina Providência a grandes destinos.

Essa alma comum é um **quid** indefinível, que exige identidade de tradições, paridade de sentimentos, conformidade de pensamentos, semelhança de costumes, união de vontades, comunhão d'esperanças...

Na célebre carta pastoral do Natal de 1914, com que afrontou o bárbaro opressor de sua Pátria, o imortal Cardinal Mercier, escreveu essas memoráveis palavras:

"A Pátria não é sómente uma aglomeração de indivíduos ou de famílias, habitando o mesmo solo, trocando entre si relações mais ou menos estreitas de vizinhança ou de interesses, recordando as mesmas ocorrências felizes ou infelizes: não, ela constitui uma associação de almas, ao serviço de uma organização social, que, por qualquer preço, mesmo pelo preço de seu sangue, deve ser salvaguardada e defendida, sob a direção daquele ou daqueles que presidem aos seus destinos" (13).

E, depois de proclamar que a guerra é um crime e que só encontra justificação na necessidade de garantir a paz, (14) acrescentou:

"Os interesses de família, de classe, de partido, a vida corporal do indivíduo, estão, na escala dos valores, abaixo do ideal patriótico, porque este gênio, a unidade nacional periclitou com as revoluções regionais, durante o Segundo Império, quando, provocados pelo tirano Rosas, ajudamos um povo irmão a derrubá-lo, quando, agredido por outro tirano, López, tivemos de nos defender e libertamos o povo que ele escravizava, durante a República, quando, por duas vezes neste século, agredidos pelo militarismo germânico, o enfrentamos sobranceiros, chegando, por ocasião da última agressão, a do nazismo, a ir combater nos campos da península itálica, coadjuvando a libertação da Europa.

E' a nossa alma comum que nos deve amparar nest'hora pressaga em que surge para a civilização ocidental uma nova ameaça totalitária, saída das estepes e desdobrada em coleios satânicos, tendo a seu serviço uma nova quinta-coluna.

O Brasil, em 1922, conciente de seu valor, seguro do patriotismo de seus filhos, confiante em seus destinos, guiado pela mão da Providência, proclamou a sua independência, pelo grito de "Independência ou morte", que, no dizer de D. Aquino Correia, não é "o grito da anarquia infame que espuma e brame contra Deus", mas "o cântico da Liberdade, que não evade os muralhões da lei" (16).

Cultores da história pátria, estamos hoje aqui reunidos para comemorar a data de nossa emancipação política, facto histórico que nos colocou em posição de grande responsabilidade no seio do novo mundo, responsabilidade essa de que todos nós, brasileiros, nos devemos compenetrar, nas vésperas de ser promulgado um novo estatuto político que deverá reger os destinos da nacionalidade.

(13) Cardinal MERCIER, *Patriotisme et endurance*, pg. 24.

(14) Cfr. CÓDIGO SOCIAL de Malinas, art. 173:

"A guerra só é justa quando é feita para garantir o direito pela força. E' legítima, unicamente se existe a violação de um direito e se falham todos os outros meios de restaurar o direito violado. A guerra deve ser um meio eficaz para obter o fim que é a justiça, isto é, o restabelecimento da ordem. Deve ser conduzida com moderação".

(15) Cardinal MERCIER, *Patriotisme et endurance*, pg. 26.

(16) D. AQUINO CORREIA, *Odes*, vol. II, pg. 9.

TOMADA DE CURUZÚ

CAPITÃO HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN

Dos Institutos Histórico e Geográfico do Pará, de S. Paulo e do Rio Grande do Sul, do Instituto Genealógico Brasileiro e do Instituto Hans Staden, de São Paulo.

Repelidos os paraguaios em 24 de Maio de 1866 na 1.^a batalha de Tuiuti, os exércitos aliados (argentinos, brasileiros e uruguaio) organizaram-se defensivamente no acampamento que ocupavam desde pouco antes daquela batalha, pois as perdas sofridas, o pessimo estado sanitário e a falta da remonta, ligadas à pouca audácia operativa do comandante-em-chefe aliado brigadeiro-general D. Bartolomé Mitre (1821-1906) impediam qualquer ação ofensiva contra as posições do ditador-presidente da República do Paraguai, o marechal Francisco Solano López (1827-1870). Também os preparativos da esquadra e a relutância de alguns chefes brasileiros em se subordinarem à autoridade de colegas da armada ou mesmo do exército tidos como mais modernos de antiguidade de posto, influíram na inação das operações, retardando uma ação conjunta.

Desde meados de Julho o popularissimo e bravo comandante do exército imperial brasileiro em Tuiuti, o então barão do Herval, general Manuel Luis Osório (1807-1879), tivera que passar o comando, forçado pelo seu precario estado de saúde, ao marechal Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão (1802-1879).

Entretanto tiroteava-se continuamente desde a Lagôa Piriz até os banhados de Neembucú e Estero Rojas. As perdas avultavam-se ainda mais com os combates de Jataiti-Corá, Boquerón e o fracassado ataque frontal do Sauce em 18 de Junho do mesmo ano. As perdas aliadas foram até aquêlê dia bem maiores que as da batalha defensiva vitoriosa de Tuiuti, pois chegaram a atingir a um total de 4.621, baixas, entre mortos, feridos e estraviados.

Enquanto o Exército Aliado ativava seus preparativos no acampamento fortificado de Tuiuti, López tratava de reconstituir o seu e de reforçar estremamente os seus entrincheiramentos. Instalára daqui e dali baterias para bombardear o inimigo e parecer a este dispôr de efetivos bem maiores.

López estabeleceu o seu Quartel-General em Passo Pocú, sôbre uma pequena

(1) — Publicado em primeira mão e em sua fôrma primitiva na "Revista do Globo", n.º 21 de 1933, editada em Pôrto Alegre.

elevação. Daí comunicava-se telegraficamente pelo sistema Morse com todas as principais posições, como Humaitá, Curupaití, Sauce e Esquerda. Este desenvolvimento da rede telegráfica era obra do técnico alemão contratado desde os tempos de paz, Fischer von Treuenfeld, nomeado "diretor del telégrafo" por López. O conjunto defensivo paraguaio achava-se sob a direção do inspetor geral do exército, o recém-promovido general José E. Díaz (1833-1867); a frente desde Passo Fernández até o Sauce, isto é, a DIREITA e o CENTRO, sob o comando do também recém-promovido general José M. Bruguez, e a ESQUERDA, isto é, desde o Passo Fernández até o Passo Vaí, sob o do general Vicente Bárrios († 1868). Quanto ao general Francisco Isidro Resquin, exercia funções que algo se pareciam às de um chefe de Estado-Maior General, embora López apenas comunicasse seus pensamentos operativos e os efetivos reais de seu exército ao acima referido general Díaz e ao coronel Silvestre Aveiro, um dos conselheiros do "El-Supremo" paraguaio. Embora dispusesse López de um regular serviço de informações, não tinha a envergadura de um verdadeiro chefe de exército. Sua presunção desmedida encobria toda a ignorância de preparo técnico, tático e, acima de tudo, estratégico!

Desde que a esquadra fluvial paraguaio fôra completamente desbaratada na batalha fluvial do Riachuelo, em 11 de Junho de 1865, os aliados passaram a exercer um domínio quasi absoluto no rio Paraguai, domínio este apenas perturbado pelas organizações defensivas e baterias colocadas nos barrancos do referido curso d'agua, particularmente as de Curupaití e da fortaleza de Humitá. A esquadra brasileira avançara cautelosa, procurando o seu comandante-em-chefe vice-almirante Joaquim Marques Lisboa, visconde de Tamandaré (1807-1897), natural da cidade sulbrasileira de Rio Grande, comunicar-se com o comando das forças de terra. Já que as margens do rio Paraguai se iam fortificando cada vez mais para o Sul, tendo já atingido a região de Curuzú, permanecia a esquadra sob a ameaça constante de ataques noturnos de torpedos e outros engenhos explosivos. Cada vez mais se acentuavam as desvantagens da falta de um comando único que coordenasse as operações terrestres e fluviais, algo quasi impossivel naquêl período de emulações e de decisões tomadas "por maioria" em repreensíveis conselhos de guerra de generais e almirantes!

"No Brasil e no Prata a inércia dos aliados produzia penosa impressão. Foi com o intuito de saírem dessa atitude apática, que os generais aliados aceitaram o plano sugerido por Tamandaré, de chamar-se o 2.º Corpo do Exército Brasileiro", sob o comando do general Marques de Souza, então barão de Porto Alegre (1804-1875), natural de Rio Grande, "que até então se conservára inativo nas visinhanças da Tranquera de Loreto no Alto-Paraná, a vir colaborar com a esquadra no ataque que o almirante se propunha empreender contra as fortificações da margem esquerda do rio Paraguai". (2).

Este 2.º Corpo de Exército, organizado graças à tenacidade de seu comandante com batalhões de recrutas transformados rapidamente num todo bastante homogêneo e disciplinado de voluntários e guardas nacionais em sua grande maio-

(2) — A. Jaceguay e Vidal de Oliveira, QUATRO SÉCULOS DE ATIVIDADE MARÍTIMA. — Páginas 125 e 126.

ria sulriograndenses, atravessára o Paraná em Itapúa, vindo do Rio Grande do Sul. Fôra organizado logo após a rendição do Corpo Expedicionário paraguaio invasor em Uruguiana.

Tendo deixado pequena guarnição em Itapúa, o barão de Porto Alegre encetou a marcha para o acampamento de Tuiuti, onde chegou com 11.600 homens, dos quais 5.560 infantes, 4.900 cavalarianos e 600 artilheiros com 12 peças e 4 estativas. O plano de uma invasão do território inimigo por Itapúa com estes elementos tinha sido definitivamente abandonado. Preferiam os aliados atacar de frente as formidáveis fortificações de López.

A idéia de um ataque contra as posições fortificadas inimigas pela esquerda, isto é, por Curupaití e Humaitá em cooperação com a esquadra ha muito fôra aceita por Bartolomé Mitre e num conselho de guerra reunido em 18 de Agosto, por proposta sustentada com ardor por Tamandaré, ficou decidido pelo general-em-chefe que Porto Alegre atacaria com o seu 2.º Corpo de Exército o forte de Curuzú, pertencente à linha de defesa de Curupaití.

A operação envolvente que deveria ser iniciada no dia 29, não pôde ser executada então, apesar de se achar desde meados do mesmo mês de Agosto todo o Corpo de Exército do barão de Porto Alegre concentrado na região de Itapirú, ao Sul de Tuiuti, devido às chuvas abundantíssimas que caíam.

Protegido pela esquadra que o transportaria, Porto Alegre, desembarcando pouco abaixo de Curuzú, deveria atacar então, apoiado pelo fogo de Tamandaré, o referido forte e em seguida Curupaití. Esta operação largamente envolvente e cheia de audácia iria ferir a retaguarda inimiga e preparar a queda de Humaitá.

A audácia e a envergadura desta manobra, proposta por Tamandaré e aceita por Bartolomé Mitre, estão dentro do plano operativo das idéias schlieffenianas (3) como verdadeira marcha de flanco em que o exército e a esquadra agiam coordenadas para um mesmo fim, mas no comando-em-chefe não existia uma idéia de destruição do inimigo e tão somente a de repeli-lo. A idéia do ataque frontal como que apaixonava aos chefes que haviam colhido desilusões sangrentas no Sauce, o que se repetiria em Curupaití e mesmo nas primeiras jornadas de Lomas Valentinas, dois anos depois. Só Caxias iria realizar mais tarde a "Cannae estratégica" timidamente esboçada pelo seu antecessor Bartolomé Mitre, mas que daria aos aliados a vitória final.

Desde a chegada do barão de Porto Alegre, o Exército Aliado se achava reforçado para 42.212 homens, sem contar os elementos destacados fôra dos acampamentos em torno de Tuiuti e Itapirú. Destes eram 13.142 argentinos, 28.150 brasileiros e 920 uruguaios.

Pela madrugada de 1.º de Setembro, Porto Alegre embarcava com seus elementos no Passo da Patria em 12 navios transportes, tendo a 4.ª Divisão Naval como escolta. O guia da esquadra, isto é, 1 corveta, 6 encouraçados e 6 canhoneiras, subiu o rio e bombardeou Curuzú para preparar o desembarque.

(3) — Idéias mestras operativas segundo o feldmarechal prussiano Alfred von Schlieffen (1833-1913) que, tornadas suas próprias pelos chefes anglo-americanos na fase final da 2.ª Guerra Mundial, conduziram à grande batalha decisiva no Reno e no Ruhr em 1945, causa imediata do colapso militar alemão. O autor deste trabalho vem se batendo por elas desde os seus tempos de cadete em 1930.

Cerca de 1 hora da tarde do dia seguinte começou o desembarque, 4 km ao Sul do forte de Curuzú, sendo Porto Alegre um dos primeiros a pisar terra firme. Pouco depois a vanguarda rechassava as avançadas paraguaias que retraíram à noite, recolhendo-se ao forte. Ao pôr do sol todo o 2.º Corpo estava desembarcado.

A esquadra bombardeava continuamente o reduto inimigo, desmontando-lhe uma de suas melhores peças de artilharia. Durante o desembarque, o encouraçado brasileiro "Rio de Janeiro", refeito de avarias sofridas na véspera, tocou numa das minas e afundou-se com 4 oficiais e 51 praças.

CURUZÚ

Era o forte de Curuzú uma obra destacada da linha entrincheirada de Curupaití, cujas organizações tinham sido ativadas por López desde que fracassara sua investida de 24 de Maio contra o acampamento aliado de Tuiuti. Para um ataque à Curupaití o "carrisal", que se estende desde o rio Paraguai e as baterias paraguais, exigiam um desembarque mais ao Sul. Foi por isto que se abriram as trincheiras de Curuzú, a 1.800 metros ao Sul de Curupaití.

Esta trincheira estendia-se desde o rio Paraguai até uma lagôa ou brejo que lhe ficava à esquerda. Dispunha de uma bateria de 3 peças dirigidas sobre o rio e outra de 10 para o Sul.

Deste lado o único caminho que podia conduzir ao forte atravez o canavial era uma picada aberta pelos paraguaios e que vinha terminar num descampado deante da trincheira. Este descampado era inteiramente batido pelos fôgos de Curuzú que, embôra coberto das vistas pelo mato da margem do rio, podia ser batido de enfiada pela esquadra brasileira.

A lagôa da esquerda tinha cerca de 4 pés de profundidade e era de fundo lodoso. A estreita passagem aí sómente permitia o acesso de colunas de cerca de 4 homens de frente.

O reduto paraguaio de Curuzú se achava sob o comando do coronel Manoel Antonio Jimenez. Sua guarnição era de perto de 3.000 homens, dos quais cerca de 2.830 infântes dos 4.º, 10.º e 27.º Batalhões de Infantaria e os restantes de 1 regimento de cavalaria desmontado sob o comando do capitão Blaz Montiel e a artilharia sob a chefia do major Lago e dos capitães de marinha Domingos A. Ortiz e Pedro Gill. O 10.º Batalhão, forte de 700 homens, era inteiramente bisonho e nunca entrara em fogo.

OS ATACANTES

Desembarcára o barão de Porto Alegre, como dissemos, cerca de 4 km abaixo do forte e imediatamente iniciou o movimento destinado à conquista de uma base de partida apropriada para o ataque. Com menos de 70 baixas apenas, tinha sido ocupada ao anoitecer um posição próxima das linhas inimigas. Aí determinára Porto Alegre ao chefe dos engenheiros major Rufino Enéas Gustavo Galvão (1831-1909), levantasse um espaldão para 6 peças e 2 estativas. Este estava concluído logo ao amanhecer do dia 3, podendo em seguida a artilharia tomar posição.



O HERÓI DE CURUZÓ

General Manuel Marques de Souza, conde de Porto Alegre.
Bico-de-pena de Henrique Carlos Wiedenspahn

Para o ataque fôra dado ao 2.º Corpo de Exército a seguinte ordem de batalha:

COMANDO: general Manuel Marques de Sousa, barão de Porto Alegre.

CHEFE DE ESTADO-MAIOR: tenente-coronel Antonio Peixoto de Azevedo.

1.ª DIVISÃO: Comandante — brigadeiro Alexandre Albino de Carvalho (1812-1894).

1.ª Brigada — Comando: tenente-coronel Augusto Francisco Caldas.

Tropa: 29.º, 34.º e 47.º Corpos de Voluntários.

4.ª Brigada — Comando: tenente-coronel Agostinho Maria Piquet.

Tropa: 1.º, 2.º e 3.º Corpos de Caçadores a Cavalo (desmontados).

2.ª DIVISÃO: Comandante — brigadeiro Joaquim José Gonçalves Fontes.

2.ª Brigada — Comando: tenente-coronel Antonio Augusto de Barros Vasconcelos (1831-1910).

Tropa: 5.º e 8.º Corpo de Voluntários e 11.º Corpo Provisório de Linha.

3.ª Brigada — Comando: coronel Dr. José Maria Barreto.

Tropa: 18.º, 32.º e 36.º Corpo de Voluntários.

3.ª DIVISÃO: Comandante — coronel Manuel Lucas de Lima.

6.ª Brigada — Comando: tenente-coronel Vasco Alves Pereira († 1883).

Tropa: 4.º e 5.º Corpos Provisórios de Cavalaria.

8.ª Brigada — Comando: tenente-coronel Balbino de Sousa.

Tropa: 10.º, 11.º e 12.º Corpos Provisórios de Cavalaria.

Brigada Ligeira — Comando: tenente-coronel Astrogildo da Costa.

Tropa: 13.º, 14.º e 15.º Corpos Provisórios de Cavalaria.

SERVÇOS DE ENGENHARIA (Comissão de Engenheiros) — Chefe: major Rufino Enéas Gustavo Galvão.

CORPO DE PONTONEIROS — Comando: major Umbelino Alberto de Campos Limpo.

ARTILHARIA — 1.º Corpo Provisório de Artilharia a Cavalo — Comandante: major Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça.

4.º Batalhão de Artilharia a Pé — Comandante: major Joaquim da Costa Rego Monteiro.

Assim, dispunha Porto Alegre para o ataque à Curuzú de

4.141 infantes

3.334 cavalarianos a pé

200 cavalarianos montados

710 artilheiros com 12 peças e 4 estativas

8.385 homens com 12 peças e 4 estativas.

Além destes, dispunha ainda Tamandaré de uma Brigada de cerca de 800 homens (12.º e 16.º Corpos de Voluntários e contingentes autônomos), todos de

infantaria, que desembarcaram no Chaco, nas margens opostas do rio, de onde hostilizavam Curuzú e Curupaití e impediam o lançamento de minas e torpedos paraguaios daquela margem.

Daquelas unidades toda a cavalaria e alguns elementos mais de comando eram originários do Rio Grande do Sul. O restante provinha, em regra, de **Corpos de Voluntários da Pátria organizados no Pará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Baía, Minas Gerais e Rio de Janeiro** e para firmar mais ainda a solidariedade intrínseca de todos os brasileiros de nascimento e de adoção, sem distinção de origem étnica, racial e religiosa, também os colonos alemães e alguns de seus filhos já nascidos no Brasil. O 1.º Corpo de Caçadores a Cavallo, fôra constituído em São Borja após a libertação de Uruguaiana com os elementos do 11.º Corpo da Guarda Nacional organizado de moradores de São Leopoldo e do Rio dos Sinos (antigo Neustadt) e do 12.º Corpo da Guarda Nacional. Assim passaram às fileiras do 1.º Corpo de Caçadores a Cavallo grande número de alemães e brasileiros descendentes de teutos que se bateram bravamente, ombro a ombro com os demais brasileiros, na defesa dos brios da pátria brasileira e do seu pendão auri-verde!

Na noite anterior ao assalto, as 2 brigadas da Divisão Fontes estacionaram à esquerda e centro do dispositivo, a artilharia no espaldão e a Divisão Albino de Carvalho na direita, tendo como flancoguarda a Divisão Lucas de Lima.

Já o bivaque obedecia ao dispositivo traçado pelo herói de Monte Caceros ou Morón para o dia 3. Sua idéias de manobra, em conjunto com a esquadra, previa o ataque principal sôbre o flanco esquerdo inimigo e, si possível, o envolvimento através do charco, ataque frontal da Divisão Albino de Carvalho apoiada pelo fogo da esquadra e dos batalhões estacionados no Chaco, na margem oposta do rio.

Sua visão espiritual notou perfeitamente o ponto da decisão na linha fortificada inimiga, ponto que em Monte Caceros tinha sido o centro de resistencia, mas aqui eram as margens da lagôa ou charco da direita.

O ASSALTO

Ao amanhecer, o barão de Porto Alegre completára o seu dispositivo para o ataque que seria conduzido com 2 divisões juxtapostas e a outra em reserva:

ESQUERDA — 2.ª Brigada (Barros Vasconcelos) para a bateria da direita paraguaia. Era apoiada pelo fogo de enfiada da esquadra e dos batalhões do Chaco.

CENTRO — 2 batalhões da 3.ª Brigada (J. M. Barreto).

DIREITA — Divisão Albino de Carvalho, com a 1.ª Brigada (Caldas) em primeiro e a 4.ª Brigada (Piquet) em segundo escalão.

Como **RESERVA** geral achava-se a Divisão Lucas de Lima com todos os seus cavalarianos a pé entre o centro e a direita, com uma brigada destinada a reforçar o ataque geral. Os 200 cavalarianos montados deveriam estar prontos para "anteparar qualquer movimento de flanco que o inimigo quiseses empreender". (4).

(4) — General Tasso Fragoso, *História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai*. — 3.º volume — Pagina 76.
Rev. Inst. Hist. e Geogr. — 11

A noite haviam os paraguaios tentado repelir os elementos mais avançados brasileiros lançando fogo ao matagal, mas a mudança de direção de vento fez fracassar este intento. A partir das 6 horas da manhã procuraram as baterias paraguaias cobrir o espaldão com um intenso fogo de contra-bateria, sendo imediatamente respondidos por toda a artilharia da esquadra e do 2.º Corpo de Exército. Durante cerca de hora e meia generalizou-se o fogo num verdadeiro canhoneio de preparação ao ataque.

Às 7.30 horas, a pedido do barão de Porto Alegre, Tamandaré determinou cessar fogo e a infantaria carregou com "entusiasmo inexcedível" sobre os entrincheiramentos paraguaios, apesar do fogo e metralha que a cobria. Graves foram as perdas dos atacantes brasileiros na luta para galgar o fôssco e vencer a posição, pois o inimigo oferecia uma resistencia tenaz e heróica.

Na direita Porto Alegre, conduziu a Brigada Ligeira (tenente-coronel Astrogildo Costa) com os 200 cavalarianos montados no ataque principal sobre a extremidade da trincheira, juntamente com o 34.º Corpo de Voluntários (major Francisco de Lima e Silva, Pará) e os caçadores a cavalo da 4.ª Brigada (tenente-coronel Piquet), os primeiros a penetrar nas trincheiras adversas. Vencidos os 4 pés de agua e carregado com impeto aquêle flanco inimigo este sentio-se ameaçado pela retaguarda e compreendeu a inutilidade de continuar a resistencia.

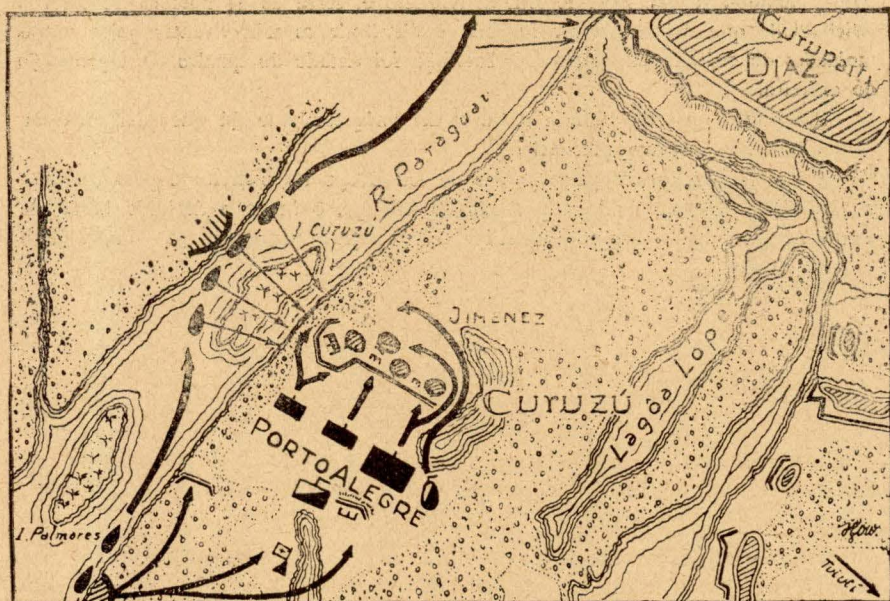
Neste momento Curuzú estava tomado e as unidades da esquerda e do centro completaram a manobra da direita, numa luta corpo a corpo dentro das posições paraguaias. O 10.º Batalhão de Infantaria inimigo, dominado pelo pânico, fugiu então deixando seu comandante morto. O restante da guarnição ficou quasi inteiramente dizimada.

As reservas brasileiras avançam então e a Divisão Fontes perseguiu o inimigo até os entrincheiramentos de Curupaití. Sómente a gravidade das próprias baixas e a falta de informações sobre o potencial do inimigo lá organizado, retém a audácia do barão de Porto Alegre naquêle momento. Desistiu de atacar a posição principal inimiga, preferindo retrair para a área de Curuzú, onde seus soldados acamparam extenuados.

Os paraguaios tiveram nesse dia cerca de 2.632 baixas (800 mortos, 1.800 feridos 32 prisioneiros). Perderam mais 3 bandeiras, 13 canhões de alma lisa, muito armamento portátil, caixas de guerra, etc.

O 2.º Corpo de Exército tambem sofreu bastante, pois teve no assalto um total de 788 baixas, das quais 159 mortes. A manobra que redundou na conquista de Curuzú custou assim ao exército e à esquadra um total de 933 baixas, entre mortos, feridos e estraviados.

Imediatamente Porto Alegre solicitou com a máxima urgência um reforço de, pelo menos, 4.000 homens para o ataque de Curupaití. Mas as delongas surgidas permitiram ao inimigo tornar as suas linhas quasi inexpugnaveis e o comandante do 2.º Corpo de Exército não teve outro meio sinão aguardar os acontecimentos, fortificando seu próprio acampamento, base de qualquer iniciativa posterior da parte dos aliados.



Ataque e tomada de Curuzú

CONCLUSÕES

O ataque e a tomada de Curuzú foi obra quasi exclusiva de Manoel Marques de Sousa (néto), então barão de Porto Alegre. A realização desta manobra audaciosa na retaguarda inimiga é devida à persistencia de Tamandaré nos conselhos de guerra que as rivalidades dos aliados argentinos, brasileiros e uruguaios, conglomerado de interesses divergentes reunidos exdruxulamente contra o poderio perigoso de López nas selvas guaranis, obrigavam a convocar antes de poder surgir qualquer decisão operativa.

O calculo do efetivo e a idéia de manobra para o assalto são obra de Porto Alegre. Este demonstrou ser ainda aquêle homem, cheio de iniciativa das operações de 1851 e 1852 contra Rózas, iniciativa decorrente de sua disciplina intelectual equilibrada.

Com uma boa economia de forças atacou toda a frente fortificada com pouca tropa. Deslocou seu centro de gravidade contra o ponto fraco inimigo, exercendo assim o esforço principal sobre o flanco de Jímenez, enquanto o outro era atacado pelo fogo da esquadra antes do ataque. O esforço principal sobre o flanco de Jímenez, enquanto o outro era atacado pelo fogo da esquadra antes do ataque. O esforço principal sobre o flanco inimigo e o envolvimento consequente venceu Curuzú e destruiu sua guarnição. Desta, só o 10.º Batalhão de Infantaria escapou por ter debandado ante a investida do coronel Astrogildo Costa. Como exemplo,

López mandou fuzilar 10% de seu efetivo, isto é, cerca de 64 homens, rebaixar a officialidade que deixou de ser fuzilada e distribuir os sobreviventes pelas outras unidades do exército paraguaio. O batalhão foi riscado do quadro da organização do exército.

Um pouco mais de audácia e Curupaití teria tombado, já que suas organizações ainda não estavam prontas!

E' que impressionado pelas perdas de seu Corpo de Exército e pelo consumo de munição, superestimando a potência do inimigo, o bravo e decidido barão de Porto Alegre julgou prudente aguardar reforços para prosseguir no cumprimento de sua missão.

Antigualhas – Reminiscências de Pôrto Alegre

ANTONIO ALVARES PEREIRA CORUJA

Honni soit qui mal y pense.

Traducção livre

Não pense alguém que o que aqui
vai escripto leva agua no bico.

No tempo em que se vendião os ovos a 2 e a 3 por um vintem, se fazia nas tabernas dez réis de melado com agua, e no açougue (digo açougue no singular, porque só havia um) se vendia a libra de carne a vintem ou quinze réis, parece que tambem se vendião **nabos a doze** por um vintem, e quem os vendia, se é que os vendia, era um tal José Antonio da Silva, esmolermór da pobreza, que de parceria com sua visinha Angela, tinha um **arre-mêdo** ou **frége** de casa de saude na rua do **Arroio** mais ou menos onde morreu o Pedro Jacaré, isto é, da rua da Igreja para os lados da do Arvoredo; o certo é que a esse pedacinho se chamou então a rua do **Nabos a Doze**, ou simplesmente a rua do Nabos.

Nem se admirem de vêr um nome no plural com artigo no singular, pois mais adiante terão de vêr um nome masculino precedido de artigo feminino, e outro feminino com artigo masculino.

O outro pedaço da rua do **Arroio**, da Igreja para a praça do Pelourinho (na praia em frente ao actual arsenal) teve e tem ainda hoje o seu nome proprio de **Peccados Mortaes**. Alguem que possuia este terreno ladeirento, fez edificar sobre elle sete casinhas, que os gaiatos daquelle tempo chamarão os **Sete Peccados**, nome que lhes assentava bem, tanto pelo lado physico dos predios, como pelo lado moral das moradoras.

E assim se ficarão chamando os dois quarteirões; um dos **Peccados Mortaes**, e o outro do **Nabos a Doze**; e o nome da rua do **Arroio** continuou a permanecer sómente nos archivos da camara, e depois nos letreiros das esquinas.

Entre estes dois pedaços de rua havia e ha ainda uma ladeira que dá para o **Alto de Manoel Caetano**, depois **Alto do Senhor dos Passos**, posteriormente **Alto da Conceição**, depois ainda **Alto da Bronze**, e hoje **Praça do General Osorio**, mas não perdendo a **Bronze** a sua proeminencia. O nome primitivo fôra o de **Manoel Caetano**, talvez por ter elle sido o seu primeiro morador; de **Senhor dos Passos**, porque houvera projecto de elevar ali um

templo com este orago, ainda antes da actual Caridade; da **Conceição**, porque esta irmandade, sendo seu provedor o finado marechal Carneiro, chegou a plantar ali solemnemente a pedra fundamental de um templo dedicado á Santa Virgem desta invocação; o de Bronze, o menos euphonico delles, foi o que ficou permanecendo.

Na subida da ladeira, á direita, antes de chegar á frente da casa de Ignacio musico (Ignacio José de Filgueiras,) em uma das casas de rotula e janella, quem por ali passasse a qualquer hora do dia ou da noite, veria á janella uma mulher que para fallar pelos cotovéllos não precisava arregaçar as mangas, porque se apresentava de saia e camiza, sendo por isso a **individa** mais notavel do bairro.

Por ditos e palavras, factos e feitos, era conhecida pelo nome de **não sei quê** de bronze, mas por conveniência de pessoas sérias a chamavão simplesmente a **Bronze**; e dahi veio o nome de **Alto da Bronze**, nome que infelizmente se perpetuou, e por tal maneira se perpetuará, que nem a praça General Ozório, será capaz de o fazer apagar.

O verdadeiro nome desta mulher, parece que nunca foi conhecido; é, porém, certo que em principios de 1827 foi vista com os mesmos usos e costumes em um sobrado de janellas de páo, na rua da Valla (do Rio de Janeiro), onde é provavel que morasse.

E eis um nome masculino precedido de artigo feminino.

Assim como em algumas povoações se chama — Rua Direita a mais torta dellas; assim se chamou por antithrese — Rua Clara a mais escura das ruas, pois se prestava a boas quedas na pedreira que havia na esquina da rua da Ponte, e que interceptava o caminho aos meninos do lado do arsenal, que querião ir á escola do Paraizo que era na rua da Ponte com fundos para a da Matriz.

Antonio Paraizo Mariano ahi tinha a sua escola de dia, porque de noite ia representar no theatro o **Manoel Mendes**, o **Dr. Sovina** e o **Esganarello**, para o que tinha boa queda.

Existe nos registros municipais o **Becco da Fonte**, nome que nunca foi conhecido porque conhecido só foi o **Becco do Jacques**, por ter ahi morado quasi durante a sua vida o escrivão Francisco Jacques Neves.

A rua da **Ponte**, assim se chamou por causa de uns páos estendidos ou atravessados em ar de **pinguela dobrada**, que servia de ponte, mais ou menos pelas alturas da travessa do Poço, e por baixo da qual (ponte) passavão as aguas que descião como nativas do antigo poço ou fonte que deu o nome á rua; depois denominada de S. Jeronymo, quando presidio a provincia Jeronymo Francisco Coelho.

Essa rua do Poço, que alguns tambem chamavão rua da Cacimba, e que melhor se chamaria rua da Fonte tinha uma fonte preparada e coberta de madeira, em frente á casa da familia França, do lado opposto, mandada construir no tempo do governador José Marcellino; o que não deixou de motivar uma prisão de Manoel José Pereira Cardinal, procurador da camara, por não ter elle querido obedecer a certas ordens do governador, visto ser a fonte construida a custa dos bens do conselho.

Para essa fonte ia todos os dias uma sentinella da guarda do palacio para impedir que os rapazes da escola do **Amansa** matassem o solitário kagado que ahi vivia; e que a final, retirada a sentinella, morreu a pedradas.

Hoje, nem sentinella, nem fonte, nem kagado. Ha apenas o **locus sub Troja fuit**.

Amansa-burro, a quem por brevidade chamavão simplesmente **Amansa**, era um ilhéu de alta estatura, que dizião ter sido jesuita, e se chamava Antonia Avila; apesar de sua voz de stentor, e de seus continuos gritos de **arriasno**, era o mais erudito professor daquelle tempo, deitou muitos bons discipulos e muita gente boa se honrava disso. Tambem ensinava por casas particulares, e entre seus discipulos se póde contar a Sra. viuva Caldwell e suas irmãs.

Quando na matriz tocava o sino para ir o Viatico a algum enfermo, mandava os discipulos acompanhar, os quaes ião cantando o Bemdicto de Cruz alcada, formando alas diante da irmandade. Seguião para a matriz atravessando a chacara de terrenos então abertos do juiz de alfandega, depois visconde de São Leopoldo; pois era a escola na rua da Ponte entre o becco do Fanha e a rua Clara.

Todos os anos, na vespera de S. José, escondia-se para não dar suéto aos rapazes a pedido do seu visinho José Soares Pinto de Mattos: dizem que se acastellava em casa de um outro visinho, Fernando, relojoeiro, (cuja familia Torelli ainda existe,) talvez para lhe papar algum dos muitos gansos que elle criava no terreno alagadiço, sobre o qual depois Marcos Alves edificou.

Ha nomes tão ligados entre si, que dizer um é despertar a idéia do outro: do meio da Varzea para diante, caminho da Azenha, morava a **Bahiana do Presepio**, que todos os anos pelo Natal abria ao publico illustrado e não illustrado o seu **Presepio da Bahiana**, muito frequentado pelos janotas de todas as cores, sexos e condições. Anna Maria de S. José, que assim se chamava ella, ainda sustentou o seu **presepio** por algum tempo, enquanto se julgava herdeira presumptiva de Antonio Rego Chaves, dono da chacara; mas depois que por **direito juridico** (*) passou a herança a mãos poderosas, a pobre mulata velha passou a ser parteira, e assim morreu.

Já que estou em caminho da Azenha, convém dizer alguma cousa della e de sua ponte. Passando a ponte á direita de quem vai da cidade, morava um dos nossos antigos ilhéos de nome Francisco Antonio da Silveira, avô do finado coronel Ourives; tinha elle uma azenha ou moinho d'água muito procurado n'aquelle tempo por causa da moagem do trigo.

Quando em 1773 José Marcellino veio pela segunda vez governar o continente, entendeu que devia governar os vereadores militarmente, e esquecido dos motivos por que fôra mandado usar do nome que assignava, em lugar de Manoel Jorge Gomes de Sepulveda, que era o proprio, continuou com suas cavallarias altas; e entre outras cousas proprias de genio arrebatado, ordenou aos vereadores, que então **vereavão** em Viamão, que viessem celebrar suas sessões em Porto Alegre; vinhão elles, pois, a cavallo, fazião suas ses-

(*) Ao escrever estes nomes grifados lembreime do MENCLETE.

sões e se retiravão para seus **sítios** e é de presumir que vindo pelo **Caminho do Meio**, por ser o mais curto, ignorassem que a ponte, que era de madeira e ficava em outro caminho, não dava passagem por ter cahido. Em uma das sessões de 1777 (que devia ter sido em Maio) ordenou-lhes José Marcellino que mandassem concertar a ponte de Francisco Antonio, que já estava justa por 64\$000 réis: respondendo-lhe elles pela negativa, mandou-lhes fechar o Portão.

No dia seguinte, quando lhe forão perguntar porque motivo os fizera de ter, respondeu-lhes que era para assistirem ás Ladainhas de Maio.

— Em um becco onde era principal proprietário Ignacio Manoel Vieira, avô materno do Dr. Paranhos e do professor do mesmo nome em S. Leopoldo, e por isso denominado então — Becco do Ignacio Manoel Vieira, foi morar o taverneiro Francisco José de Azevedo, que nem fanhoso era, e apenas tinha voz de enefluxado; e como todos o chamavão — Fanha — ahi ficou o nome de Becco do Fanha. E as edilidades, que tão sollicitas têm sido em mudar os nomes das ruas, derão-lhe um nome enviezado, que uns dizem Piassandú e outros Passandú.

Eu o chamaria **Roberto André**, para attestar aos vindouros que a história da municipalidade era conhecida das edilidades. O capitão Roberto André Ferreira de Sousa Alvim, era um honrado negociante, proprietario no lugar e morador na caza da esquina, foi vereador do tempo de José Marcelino, e talvez do numero daquelles a quem se mandou trancar o Portão, pois ligárase em Viamão a uma Grande Família; e, escrevo grande com G maiusculo, porque nessa família se contão nada menos de um visconde e dois barões — Pelotas — S. Nicoláo — e — Santo Angelo.

Havia lá mais para adiante um outro becco, a que chamavão simplesmente do Vieira, ou do **Bot'á bica**, que era uma e a mesma cousa, mas que sem duvida pela belleza de sua estreita calçada pont'aguda se ficou chamando — Rua Bella, depois do Visconde de Castro ou General Portinho.

O nosso mundo edil é mesmo assim. Devendo a **guarda principal** ser a do palacio do governo, atirarão com ella para o quartel dos guarany, cujo nome nos faria recordar essa pobre gente por muitos annos ahi aquartellada, e que tão desastreadamente foi dizimada no Rincão das Gallinhas, em Setembro de 1825.

O nome do General João Manoel, nascido na rua de Bragança, foi transferido para as placas das esquinas da rua Clara, e o do General Camara, cuja familia muitos annos residio na rua Clara, foi transferido para a rua do Ouvidor.

— O **Becco do Leite** tomou esse nome, não porque ahi se vendesse deste genero extrahido de amas bipedes ou quadrupedes, mas sim porque na rua Nova esquina deste becco morou por muitos annos o alfaiate Manoel José Leite, que dizião ser amigo de boas patuscadas aos domingos com os rapazes e caixeiros daquelle tempo. Tinha tido este becco anteriormente outros nomes conforme os moradores, como do Lisbôa e de D. Ursula: antes tivesse ficado este ultimo, que faria lembrar uma respeitavel matrona, proprietaria

na esquina fronteira e que ahi morou muitos annos; tia de um senador e avó de outro.

— O **Caminho de Bellas** estava ainda por descobrir quando chegou o conde de Figueira, que o mandou abrir com mais desenvolvimento; e como dizião ser filho da condessa ou marquezia de Bellas, assim se pôz á rua ou praia esse nome, mandando-se-lhe mais tarde levantar uma ponte que então não havia, pois atravessava-se o riacho **calcante pede** no tempo de verão em que apenas dava a agua pelos **machinhos**.

— Não é raro lerem-se nos jornaes annuncios tratando da rua de **Macella** e becco da **Macella**: quem assim escreve sem duvida ignora-lhe a origem: **Marcella** e não **Macella** era uma preta casada, que tinha a sua pobre casa na rua chamada da Marcella ou do Chico Pinto, e que passou a ser rua da Floresta, ficando o de Marcella na rua ou becco que d'ahi vai dar ao rio: a casa da Marcella e hoje de seus descendentes ou sucessores ficava na esquina das duas ruas, uma das quaes é hoje de D. Affonso.

A' margem direita do riacho havia uma altissima figueira quasi secular, para a qual se hia por uma viella entre as ruas do Arvoredo e da Olaria, caminho especial dos aguadeiros d'aquelle tempo e dos freguezes das pitangas no tempo d'ellas; em uma tarde um grande vendaval deitou abaixo a figueira sobre o riacho, e levando suas raizes quasi á altura que tivéra a arvore;

— Ao lado do Porto dos Ferreiros, que assim se chamava toda praia entre a esquina do Caminho Novo e o becco da Opera, (não se sonhando ainda em doca nem praça do mercado) havia uma pequena casa habitada por umas moças cantadeiras, e que dizem que **cantavão bem**, aonde aos domingos hião os moços passear, denominando-a — casa do Paraizo; e já se convidavão dizendo — Vamos hoje ao Paraizo? E assim se ficou chamando a rua do Paraizo.

— O nome de becco da Opera data de 1804 ou pouco depois, quando governador Paulo José da Silva Gama; pois quem frequentava esse comprido armazem denominado — Theatro — e hoje occupado por lojas com frente ao nascente — havia de lêr no alto do proscenio, acima do pano de bôca, em letras garrafaes, o seguinte:

“ Magnifico theatro se levanta,

“ Que em gratos peitos instrucção derrama;

“ Tão alto beneficio só se deve

“ Ao muito illustre e preclaro Gama.”

D. Maria da casa da Opera (assim denominada) hai ganhára algum dinheiro coadjuvada pelos actores Luiz Caetano, Paraizo, José moléque (José Rodrigues do Valle) Correia musico, Estramb, Braz Bertolazzi, a Coxifã, Angelica Lindeza e a filha de Joaquim Pinto; fazendo representar — Manoel Mendes, Esganarello, Negro do Corpo Branco, Convidado de Pedra, Doutor Sovina, etc., etc.

Mais tarde, depois do incendio do theatro de S. João, do Rio de Janeiro, ahi tambem representarão os destroços de uma companhia em que primavão Gravani, Agua Fresca e outros, dando assim ganhos ao padre Amaro: com o rico casamento de Gravani e seu consequente assassinato dispersarão-se as ovelhas deste rebanho.

Servio então este theatro para representações particulares dadas pela escolhida mocidade d'aquelle tempo, de que uns estão bastante adiantados em idade e outros jazem na terra da verdade.

Ahi vimos representar com proficiencia officiaes dos batalhões 9.^o e 10.^o, cirurgião-mór Ramos, Bemsalinas, desembargador Paiva, capitão Lara e seus irmãos Luiz e José, o contador Joaquim José de Araujo, Amaro de Araujo Ribeiro, José Apolinario e seu irmão Enéas, Vicente Ferreira Gomes e seus irmãos Appolinario Lucio, Hilario Ferrugem e seu irmão José M. C. Bittencourt, irmão mais velho do Dr. do mesmo nome, Lisboa (da rua da Ponte). **Ripper, Guerra**, Joaquim Gomes, Patricio A. C. de Lima, Nolasco, cirurgião-mór Baptista Cabral, Coruja, (do Rio), Antonio Maria Calvet e seu irmão João, José Feliciano França, Antonio Duarte Rodrigues, Antonio Augusto Guimarães e coronel **Tota**.

De proposito deixei para o fim, devendo estar no principio, o nome do coronel Tota há, pouco fallecido, para fazer lembrar que quando em 1810 aqui desembarcou o Conde da Figueira, além do capitão José dos Santos Viegas, major Lemos e tenente-coronel João Baptista Alves Porto, trouxe mais consigo os tres alferes João Antonio Mendes Tota, Damião Damasceno Rosado e Joaquim Pedro d'Almeida, os ques todos, á excepção do major Lemos, aqui ficarão, subirão postos, cazarão com rio-grandenses, e prestarão muitos e valiosos serviços á patria.

Esta sociedade fez ahi representar com muito successo além do — Ralhador — de Bocage, e outros dramas, a engraçada farça — **O casamento por cartazes** — que dizião ser composição de Bernardo Avelino, e cujo original parece que se perdeu, pois não ha noticia d'elle.

Esta mesma sociedade, que durou alguns annos, não se occupava sómente de representações dramaticas; tambem ahi representou algumas pantomimas ensaiadas pelo velho Ricciolini, e fazia ouvir o dueto do Meirinho e a pobre; a aria do Gallego, e uma outra em portuguez, que por muito repetida e aplaudida ainda trago na memoria, e constava dos seguintes versos:

“ Vivão as bonitas moças

“ Que sabem enamorar;

“ E aquellas que consolão

“ E nos movem a suspirar.

“ Ou viuvas ou donzellas,

“ Não se ha de examinar;

“ Basta que sejão bellas

“ Para sempre se amar.

“ As velhas pois escusamos

“ Basta que conclua...ã...mos.

E diga-se lá que naquelle tempo já não havia gente de bom gosto.

— O Largo da Força, outr'ora Largo ou Praça do Arsenal, e depois não

sei porque desharmonias do ex-presidente Ferraz, transformado em Praça da Harmonia, com um cães de que pouca gente se serve, que até certa epocha teve uma bica que apenas gotejava; em outro tempo tinha de um lado o estaleiro de Francisco Baptista Araujo (pai do conselheiro Candido Baptista) e mais tarde o estaleiro de Tertuliano, antecessor de Severino; e do outro lado uma carreira de casinhas de capim e de telha com fundos para o rio.

Na ponta das pedras perto da **passagem** havia um grosso e comprido madeiro de 4 faces, onde nas tardes de verão e noites de luar se hião assentar os desocupados a enterrar vivos e desenterrar mortos; pelo que o chamavão — Páo da paciencia. Tomou o nome de Largo da Forca, porque alli erão executados officialmente os condenados á forca; a qual ahi se mandou levantar quando começou a trabalhar a Junta de Justiça, que funcionava na **Casa da Junta** (de Fazenda) onde depois se installou a assembléia provincial.

Nos dias em que funcionava, tinha á porta dous verdeaes negros, vestidos de casaca verde e calção da mesma côr, perna lisa e pé no chão, armados de uma comprida alabarda ou partazana, e que por isso erão denominados — partazanas.

O primeiro hai executado, foi o preto Joaquim por ter assassinado sua senhora, a velha Leôa, do Triumpho: digo Triumpho, porque não havendo n'esse tempo nem Dores, nem S. João, nem S. Jeronymo, onde apenas se conhecia o Passo do Triumpho, a **Terra-Dura** pertencia ao Triumpho, cujos limites chegavão até o rio Camaquam.

Foi nesse lugar que essa senhora ensaiára o proprio preto, Joaquim, a espancar um bom vizinho por causa de limites, mas esse bom homem em vez de lhes dar lâ, os tosqueou a ambos; pelo que teve de responder perante as justiças do Rio de Janeiro, de que airozamente se livrou.

Esse bom velho ha annos fallecido com 104 annos de idade, nada menos eia do que o tronco de uma grande arvore cujos ramos se estendem hoje por Porto Alegre e Uruguayana, Jaguarão, Curitiba, Côrte e provincia do Rio de Janeiro, e de que faz parte um voluntario de Jaguarão, escriptor de diversos jornaes, um dos quaes dizem que tinha o nome parecido com o da mulher do **hechôr**.

O segundo executado foi o mulato Balduino, a quem o padre Angelo Maria Camponeschi em suas exhortações de linguagem luzo-italica chamava — Baldevinos — dando assim um espectaculo comico antes do tragico.

Entre os suppliciados daquelle tempo um houve que se tornou notavel pelo apparato militar e por outras razões de conveniencia; e tanto que se esperou pela retirada do batalhão de Santa Catharina para que tivesse lugar o acto do supplicio, visto ter o suppliciando sogro de um official daquelle batalhão.

Alguns versos então se cantavão, e entr'elles me lembro dos seguintes:

"N'uma sexta-feira
Depois da missa
"Lá vai o Fagundes
"Entregue á justiça.

"Os filhos de luto
"Lá chorando vão
"— Meu querido pai —
"Lançai-me a benção.

E outras coplas sentimentaes que já hoje não terião lugar.

Depois de Maioridade estes espectaculos têm ido em progressiva diminuição, apesar de não haver lei que os prohiba. E digão que o **lapis fatidico** não serve para alguma cousa bôa!

— O nome de **Portão** não provêm, como alguem escreveu, de um grande portão que se levantou em frente ao Oitavo em 1836 por occasião da revolução da provincia, nem o portão era n'sse lugar, e sim mais acima onde finda a antiga calçada por onde se subia da Varzea a cavallo ou a pé, pois os carros se atolavão na ladeira onde foi collocado esse novo portão: data pois de 1773 mais ou menos; e é esse que o governador José Marcellino mandou fechar pelo porteiro Lauriano José Dias para os vereadores de Viamão assistirem ás Ladainhas de Maio.

O portão ficava entre dous vallos, um que seguia para o lado da Caridade e outro pelos fundos dos terrenos das cazas da praça do Portão, os quaes, segundo as concessões daquelle tempo, erão dados com fundos até o vallo; e este (**o vallo**) com a frente das cazas da praça da Independencia formava um angulo agudo, cujos lados ião abrindo até as ruas da Olaria e de Bragança, e bem se pode vêr que as cazas da praça á proporção que seguem do Portão para a rua de Bragança vão tendo maiores fundos.

O Oitavo não existia ainda, e do Portão para a Caridade continuava o vallo mais ou menos por onde segue hoje a galeria de casas pertencentes á Misericordia, havendo então perto do Portão para os lados da Caridade uma casa de páo a pique que servia de quartel dos Dragões, e depois de açougue, com uma grande e alta cruz de páo nos fundos, a qual servia de encosto nas tardes de verão a um preto lazaro, que d'ali se divertia, com saudades do passado, a vêr de longe o **Candombe da mãe Rita**.

O **Candombe da mãe Rita** era na Varzea defronte da casa e curral do antigo matadouro, mais ou menos no terreno então baldio e depois occupado pelas casas do Firmo e olaria do Juca (José de Souza Costa), ou Juca da Olaria, nomes quasi iguaes á Bahiana do presepio e presepio da Bahiana.

Ahi se reunião nos domingos á tarde pretos de diversas nações, que com seus tambores, canzás, orucungos e marimbas, cantavão e dansavão esquecendo as magoas da escravidão, sem que causassem maiores cuidados á policia, como e á mesma hora acontecia aos parelheiros da Varzea em frente á chacara do velho Leão, com os tantos patações aos pés do **bico blanco**, do **zaino** do mano Juca, etc., apostas que quasi sempre acabavão em **rôlo**.

Nesse candombe tambem se ensaiavão os **cocumbis** que pelo Natal nas festas da Senhora do Rozario, levando a frente o Rei e a Rainha vestidos a character, com a juiza do ramallete e a competente aristocracia negra, ião dansar ou antes sapatear no corpo da igreja com guizos nos tornozelos, em quanto d'ali os não expulsou o fallecido vigario José Ignacio dos San-

tos Pereira, padrinho do nosso conhecido vigário José Ignacio, de saudosa memória.

Esta expulsão ou prohibição deu causa a que o thezoureiro da irmandade Francisco José Furtado promovesse a erecção da actual igreja do Rozario; mas quando annos depois se concluiu, já não dansavão ahi mais os pretinhos; porque os tempos já erão outros, e só em Viamão se via um arremêdo de cocumbis, em que o rei e a rainha se caracterisavão com as colxas das sinhás-moças.

Não sei se o vigário tinha razão nesta expulsão ou prohibição, pois como era octogenario devia saber que em Julho de 1756, quando pela capitania andou o conde de Bobadella, foi no povo de Santo Angelo obsequiado elle e a officialidade que o acompanhava, pelo padm Bartolomeu Piza, superior d'aquella missão, com um serão dentro da igreja á entrada da porta principal, eaque as indias e indios dansarão minuets e contradansas nobilissimas em honra de Santo Ignacio de Loyola, patriarca da companhia de Jesus de quem reza a igreja no dia ultimo d'esse mez.

E o vigário José Ignacio não devia ser mais catholico nem mais christão do que os proprios jesuitas.

— A **Costa do Rio** não passava de uma azinhaga de má passagem, quando em 1812 D. Diogo ahi mandou abrir o **Caminho Novo** pelos presos da cadêa escoltados pelos ordenanças; tendo os presos combinado um levante na vespera da chegada dos milicianos da campanha, revoltarão-se contra os guardas, e o seu commandante, que era Furtado Fanfa da rua da Olaria, quasi morreu victima da sua furia (delles), internando-se uns pelo mato e fugindo outros para as ilhas fronteiras.

N'esse tempo grandes porções de terrenos ahi se vendião por poucas doblas; hoje vendem-se os palmos a peso de ouro, com grande ciume da municipalidade.

— A villa, hoje cidade de Rio Pardo, terra das moças bonitas, de um nome quasi prehistorico, que já em Abril de 1754 vio arder uma grande parte da sua antiga fortaleza de Jesus Maria José, não se torna muito visivel aos que descendo ou subindo o Jacuhy, ali vão desembarcar.

Nunca ouvi dizer que Rio Pardo tivesse cabeça nem olhos, entretanto sabe-se e vê-se que tem uma boca de quasi 30 legoas de extensão; e tanto assim é, que, quem quizer ver a **Boca do Rio Pardo**, basta-lhe ir a ponta do arsenal, ou subir ás torres da cathedral.

— O nome de **Arroio do Conde** parece provir de um antigo capitão-mór, progenitor de uma grande familia, conhecido por — Conde da Cunha, e que ali fora afazendado, mais ou menos onde é hoje a freguesia do Livramento das Pedras Brancas: em outro tempo até para ali navegava um lanchão ou escaler com o nome de Flôr do Conde, attribuido a esse titulo.

— Abaixo das Pedras Brancas, quem quizer ir embarcado até a Barra, não poderá fazer sem ter montado a **Ponta do Ceroula** (mais um nome feminino com artigo masculino), lugar muito conhecido dos que para ali navegação: sendo a pessoa a quem tal nome se attribue, o chefe de uma grande, illustre e illustrada familia, não sei como os seus descendentes chamarão a

essa ponta quando por ahí passarem; e isto me faz lembrar que João Coelho Neves, pai do finado João Coelho Barreto, morando na rua da Praia em um sobrado que fazia esquina para o becco denominado do João Coelho, tinha n'esse becco um sobrinho, sargento-mór de ordenanças, o qual quando lhe perguntavão onde morava, respondia — móro no becco de meu tio.

—A imprensa em Porto Alegre tambem tem sua historia, de que bem poucos se lembrarão.

Uma typografia, não sei de quem, appareceu em 1827, e se installou em um dos salões terreos do palacio do governo com sahida pelo portão.

Tendo cahido prisioneiros dos **Patrias**, os francezes Dubreuil e Estivalet, um compositor e outro impressor ahí foi publicado o primeiro jornal em meia folha, sob as vistas do presidente Salvador José Maciel, e superintendida pelo seu **fidus Achates ou fac totum** Lourenço Junior de Castro.

Dos dous typographos que ainda chegarão a trabalhar de fardeta argentina, um por aqui ficou muito tempo, e o outro deu se ao commercio pela campanha.

Em 53 annos quanta revolução não tem soffrido a imprensa na provincia!

Hoje não ha lugarejo elevado ao predicamento de villa que não tenha o seu periodico.

— A grande casa da rua da Ponte perto do becco do Fanha pertencente a Manoel Antonio de Magalães, progenitor da familia Calvet, que n'ella residio immenso tempo, e que depois servio de casa da policia, teve por muitos annos as janellas com caxilhos, mas sem vidros, e isso desde o tempo do Amansa, cujos discipulos se admiravão de vêr nas janellas tantos quadros de madeira cujo fim ignoravão: até que afinal aqui chegou o primeiro vidraceiro Felix Gaffûre que lhe pôz os vidros.

E' pois esta a primeira casa envidraçada de Porto Alegre; e dahi datão as janellas de vidraça e o progressivo mas lento desaparecimento das rotulas e janellas de páo.

— Alguns lugares em outro tempo muito conhecidos por certos e designados nomes, são hoje quasi desconhecidos ou talvez esquecidos por ter desaparecido o que servia de motivo a taes designações.

Mencionarei alguns de que me recordo agora.

O **Jogo-da-Bola**, na rua do Arroio entre a da Ponte e da Igreja, por haver ali um jogo d'esses pertencente a Antonio Pereira da Silva, com fundos para os lados da Bronze; ficando assim a rua do Arroio com taes nomes — Nabos, Jogo-da-Bola, e Peccados mortaes.

O **Becco-do-Cordeiro**, aberto em terrenos do velho Couto, transformado hoje em rua do Senhor dos Passos, assim se chamou ao principio, por ter ali morado João Cordeiro.

O **Becco do Barbosa** (Antonio Martins Barbosa, ou simplesmente Barbosa mineiro) que tem hoje o nome de rua da Aurora.

O **Becco do Trem**, terreno entre as ruas de Bragança e do Rosario, quasi em continuação da rua Nova, mandado tapar judicialmente em consequencia de um processo havido entre a camara municipal e Francisco Pinto de Souza, e fazia parte da rua da Cadeia. Na velha casa de esquina da rua do Ro-

sario trabalhavão então as officinas que funcção hoje no arsenal de guerra.

O **porto do Pellado**, entre a esquina do Caminho Novo, no Paraíso, e o estaladeiro do mestre Joaquim, por morar ahi em frente um individuo com este appellido.

A **Chacara da Brigadeira**, por ter sido a sua proprietaria casada com o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, e este nome que se estendia á fonte da Brigadeira, e ao porto tambem da Brigadeira, nunca se perdeu apezar de ter ella depois casado com o desembargador Bragança.

Esquina da Ingleza, com frente para as ruas da Ponte e de Bragança, por ter ahi residido um velho inglez, cuja filha — Catharina, ingleza, ali morara por muitos annos.

Arco-da-Velha, antiquissimo nome de um becco ou rua que depois se chamou da — Prisão militar, e hoje rua da Alegria: a casa que servio de prisão militar, foi depois reconstruida pondo-se-lhe na frente duas grandes serpentes.

Esquina Mathias, a do Ouvidor e da Praia, por ter ahi morado muitos annos Mathias Fernandes, muito conhecido por Mathias Gallego.

Em frente a esta esquina era a da **Garapa**, dando o nome de becco da Garapa á continuação da rua do Ouvidor (ou da Ladeira) da da Praia para o rio.

Era assim chamado o becco e a esquina por se vender ahi garapa extraída do canavial de João Ignacio Teixeira em sua chacara da costa do rio, ou Caminho Novo.

Rua da Graça era o primitivo nome da rua da Praia, escripto nos annaes da camara desde os tempos do Sota de Ouros (*); e nunca d'ahi sahio **senão** para ser lido nas communicações officiaes da mesma camara; pois o povo sempre a chamou rua da Praia; e rua da Praia continuará a ser apesar do novo nome heroico de Andradas.

— A proposito da camara, conta-se que mandando ella lavrar um edital com a postura que prohibia andar a galope dentro da villa, e escrivão entramelando-se-lhe a penna, escrevera que era prohibido andar **gallo-piando** nome que não esqueceu aos gaiatos d'aquelle tempo, e que tem chegado até nós.

Quando Porto Alegre tinha menos população, punha-se alcunha em tudo, e em todos, e até nos governadores: Paulo José da Silva Gama era o Lentilha (ou outra cousa ainda mais feia); D. Diogo era o Verruga; Marquez d'Alegrete, o Diabo coxo; e Salvador José Maciel, o Cascudo.

Davão-se titulos sem a sancção regia, e concedião-se postos militares além dos creados por lei: tinhamos pois sem autorisação official e sómente com o cunho da sancção popular um conde da Cunha, um marquez dos Ananazes, uma familia titular de guarda-mór com direitos hereditarios, alem de outros com o mesmo titulo em familias differentes, tinhamos uma Brigadeira, um cadete-major, e o muito nosso conhecido coronel — tenente Coelho. —

Nos corpos arregimentadas dava-se a mesma cousa.

(*) O octogenario Domingos Martins tinha sido escrivão da camara, e já arrastava os pés com tanto ou maior peso que o venho Couto: era casado com uma respeitavel senhora que com as suas proprias barbas sabia e fazia honrar as de seu velho esposo

Alem dos Voluntarios (que nem sempre erão) e dos Dragões, uns e outros reputando-se gente mais escolhida, tinhamos a infantaria de linha, denominada — Chimangos, com que erão ameaçados os filhos mal creados e os vagabundos; os da artilharia da cõrte erão denominados Morcegos; os da legião portugueza de Lecór erão Talavêras; os da legião de S. Paulo, Baêtas; os da infantaria de Santa Catharina, Padr'eternos; os milicianos de cavallaria erão Gallos; (*) os de infantaria, Quéro-quéros; o do Rio Pardo da mesma arma, Mandús, por causa dos officiaes que todos erão Manoéis; os ordenanças erão Ceroulas; os da companhia dos pardos, Rapaduras; e a dos pretos (uteis) commandados por Lourenço Junior, erão Henriques.

Ainda havia na campanha os Belendengues, que em occasiões de guerra se arrebanhavam d'entre os gauchos; mônarcas e vagabundos para servirem de isca ao inimigo nas guerrilhas; e que depois da guerra voltavão á antiga vida nomada, os que escapavão com vida.

E para prova de quanto erão então usadas as alcunhas, vou inventar um romance feito á pressa, que para muitos será enigma, mas que para outros fará despertar recordações adormecidas.

Desde já peço desculpa a quem n'elle encontrar anachronismo ou falta de **coevidade** (deixe passar o termo), pois não é meu fim fixar datas. Eil-o:

— Era pelos primeiros decennios do presente seculo:

Um moço de apurado gosto, bom christão e bom guarda nacional, a quem denominarei — Pisa-flores de Figueiredo, quiz fazer de um domingo um dia cheio; e para isso precisando de fato novo, e não querendo negociar com o Manoel da fazenda, nem com o Chega-chega, que como mascates lhe passariam pela porta, prevenio-se em ir comprar um cõrte de panno ao Fura-pipas, um outro de casemira ao Quimindá, os aviamentos ao armarinho do Juca (ou Juca do armarinho), unico que então havia: com esta fazenda foi encomendar a casacá ao Cerca-velha, e as pantalonas ao Calála, e tambem um par de botas ao Filippe-mãozinha).

Estando o fato prompto, escolheu o domingo; e logo cedo, depois de ter lido o **Federal** do Capororóca e de mandar frisar os cabellos pelo Carrapatú, dirigio-se á igreja a ouvir a missa do padre Vira cambota, acompanhada a orgão pelo Ignacio musico, e assistindo de opa e tocha os dous inseparaveis — Boca-negra e Sacarolhas (*).

Alem de outras pessoas assistião á missa o Espada-preta e Joaquim-pintor, ambos de capote; o Faz-tudo de casaca alvadia de gola em pé e bengala de castão duplo (usos daquelle tempo); o nariz de papelão, de calça justa e sapatinhos de mulher a lêr de oculos o seu livrinho; e a Izabel-beata de mantilha, que levou toda a missa a remexer n'uma camizinha que levava para o menino Jesus não sei de que santa.

Como o dia estava sombrio, o Sr. Pisa-flôres quiz dar um passeio de cavallo, e subindo ao alto da Bronze, foi alugal-o ao Luiz Nenhures, e em-

(*) Usavão de um capacete com um comprido pennacho encarnado, e como erão da roça, e freguezias de fóra, os rapazes os recebião com cantos de kikiriki.

(*) Este era assim chamado porque trazia cahidos pela testa abaixo mólhozinhos de cabelos enroscados como cachos de moça.

quanto se ensilhava este (o cavallo não o Nenhures) divertio-se elle em ouvir uma conversa muito animada entre o Mellado e o Pedro Mandinga, sobre as novidades da vespera á noite.

Montando pois a cavallo foi passar de largo e a trote chasqueiro pelas casas da Panajóia, da Talavêra, do Felicio Botão e das Potreiras e continuou o passeio pela praia: ao avistar de longe o Milonças á janella, para se livrar de amolações pôz o animal a todo o galope; e sem ter reparado no Chico do Riacho que o saudava, nem no Rangel-boi que o esperava de chapéo na mão, só foi parar á venda do Beriberi, onde comprando tremoços e atravessando pela frente da Jacoróia, os foi afogar (os tremoços) com vinho no Manoel das mulatas.

Seguindo para o portão, na altura do Hospital militar, que era então em frente á antiga bailante em uma carreira de pequenas casas contiguas ás do Cabeça de ferro, ahi passou pelo Dorme-a-cavallo, que vinha visitar a cunhada, a pouco fallecida com 90 e tantos annos.

Continuando o passeio pela Caridade fóra, atravessou os cercados do defunto Amarello (chacara de Mariante), e estava já a chegar aos Moinhos-velhos, quando se vio embaraçado por umas carretas pertencentes ao Jardim-gago e ao Nicoláo-zinho que conduzião da Cidreira umas familias que tinham ido ao banhos do mar grosso.

Continuando o passeio, mais ou menos pela altura do Meu-filho-Sr.-Capitão, tomou á direita pela estrada do Bogango, disse um adeus de cavallo ao José-mulher que lhe correspondeu com uma voz de contralto; tomou o Caminhão do meio vindo pelo Xaviel (sic) onde encontrou reunidos a refrescar as guélas o Vicente brabo, o Chico-ilhéu, o Miguel-brabo e o Ignacio dos dentes grandes, que acompanhavão os carros em que tinham vindo trazer ao **porto** telhas, pedras, tijollos e lenha.

Note-se que aos domingos não se carregava pedra, isto vem aqui só para composição de romance.

Ao chegar ao Portão, teve de parar para vêr desfilar uma caravana de que fazião parte o Chicote da provincia, o Barriga-me-dóe, o Ferrabraz, o Prosodia, o Taborda, o Carretão, o Páo de rala, o 27 contos, o João das Caçambas, o Manoel dos babados, o Não tem-perigo, e alguns outros moços do commercio que vinhão do Matto-Grosso, onde tinham passado a noite em claro em uma função na casa do Ressabiado; sendo neste trajecto acompanhados do Chico-mentira, que montado no seu petiço lunanco lhes conduzia nos tentos, o picoá da matolotagem.

Ao chegar á casa que era na rua da Igreja perto do Basaca, apeou-se e mandou pelo piá levar o cavallo á cocheira.

A' tarde o nosso amigo querendo proporcionar cousas agradaveis ás maninhas, foi mesmo a pé com ellas a comprar tigelinhas e pichorras nas olarias do Joãozinho e do Juca; e, voltando pelo Compra-bicos, esteve a vêr o Crucifixo-de-estanho presidir á matança de gado: ao subir o portão foi dar doces ás meninas comprados á Rita mina, e emquanto ellas os papavão tomava elle uma limonada no José dos negros, e assim voltou com ellas á casa.

Para completar o dia, sahio de passeio á noite para os lados da rua da

Praia; de caminho entreteve alguns ditos chistosos com o Chico d'Alegria, que era vizinho fronteiro de Antonio gordo, cumprimentou respeitosamente o Coalhada e Afoga-rosa, dice adeos ao Joaquim do bilhar, deu um aperto de mão ao Chico-inglez, tirou o chapéo ao Abarrita, e atravessou a esquina do Mathias onde quasi cahio na pedra escorregadiça que ahi havia: e dirigindo-se para os lados de Antonio magro que morava então em frente ao Pagará, ao passar pelo armazem do Pescocinho, foi reconhecido pelo Lino calafite que na porta immediata arrebanhava rapazes para dansarem com as moças que ahi tinham jantado; subio pois o nosso jovem pelo corredor ladri-lhado e ladeirento; e quando chegou acima, já lá encontrou o Antonico-gosmento, o Corneta e o Quinca do violão, com seus instrumentos muzicaes; tendo chegado mais tarde com suas guitarras os Polvadeiras, vindos de Santo Antonio.

Dansou a valsa, o ril, a contradansa, e tambem o miudinho que por ser cousa moderna foi muito applaudido.

Mais tarde teve o nosso heroe de acceder ao convite do dono da casa para com elle comer os diversos guizados da festa misturados todos em uma só tijela com o competente molho de vinho puro.

Ao retirar-se enganando-se no caminho, seguiu para os lados do Arsenal, e chegando á altura do Chico-das botas, foi ahi detido pelo Atôa, que incumbido do recrutamento só o deixou por intervenção do Pancas e do Antonio guarda-mór que tomavão fresco na calçada.

Voltando pois o nosso Pisa-flôres, atravessando de novo a quitanda velha, tendo passado incolume a tal pedra da esquina do Mathias, entrou na rua do Ouvidor, quando em frente á venda do Angolista é sorprendido pelo Gallo-piando, que tambem teve de o deixar ir em paz por intervenção de Luiz da Ladeira, e pelo Domingos tambem da ladeira, que aliás não erão irmãos.

Livre deste susto subio á praça, e tomando pela rua da Ponte, é de novo sorprendido em frente á caza do Luiz-gato pelo Dunga, que estava de dia (de noite) o qual tambem teve de o abandonar pelos abonos que d'elle fizeram o Grazina e o Tomalargura que conversavão na esquina.

Para se livrar de mais encantos tomou o soturno becco do Poço, onde teve ainda de corresponder aos humilíssimos cumprimentos do Barbudo Roballo ou Pedro Pennacheiro que com a sua calça larga, gibão comprido, barrete, e barbas de quichequiche, tirava o barrete até o chão, chamando-o de — Meu sinhôzinho.

Ao chegar á casa, e não podendo dormir, para conciliar o somno, ainda teve de ter uma versalhada do João dos Affectos, e umas poesias sympathicas do Chico da Vóvó.

Ao acordar no dia seguinte, tendo de tratar de um negocio orphanologico procurou logo cedo o Rascada para lhe fazer um requerimento, e como este ainda durmisse, foi á casa do Chocolate que já tivera sahido ao seu

passeio matutino; afinal encontrou na sua banca o Dr. Caiambola (*) (sic), que lhe rascunhou um requerimento passado a limpo pelo Coruja; e não encontrando o procurador Marmello, o entregou ao João-de-gatinhas com recommendação de o fazer distribuir para o cartorio do Jangada; e a final o mandado foi assignado pelo D. João 5.º no impedimento do Juiz de Fôra, e entregue ao 30 Queijos para fazer a citação.

Como era tempo de bejús, o nosso homem para aproveitar o fato domingueiro hia algumas noites vêr fazer bejús e tambem papal-os ao Chico-Fumaça, ás Moquiranas, ao Quarto-de-galinha, e mesmo ao velho Fumaça no capão do mesmo nome.

E findou o romance em que não houve casamento por não ser caso d'isso: e ainda me ficão na prateleira muitas drogas d'esta qualidade, omitidas umas por conveniencias, e outras por não caberem no verso.

Si casamento fosse necessário, facil seria unir em laços conjugaes o Trabuco e a Vareta, que erão um bom par de galhetas muito conhecido na cidade.

— A provincia do Rio Grande, paiz classico do heroismo, não teve só herões d'espada; tambem os teve de tocha e vara.

Era no dia 8 de Dezembro do anno 1827 mais ou menos, e se festejava a Senhora da Conceição.

O capitão-mór João Thomaz de Menezes era o provedor ou juiz da irmandade do Santissimo, onde só se admittião irmãos brancos; e da Conceição, composta quasi toda de gente parda, era juiz o capitão João de Deus, pintor, tambem pardo.

Na procissão tinha de ir o andor de Nossa Senhora da Conceição dentro das alas do Santissimo, como de costume.

Estes aceitavão a imagem em suas alas, mas não os Irmãos que a carregavão por não serem brancos; e aquelles não querião entregar a imagem a quem não fosse irmão d'ella.

A' sahida da procissão, entra não entra, pega não pega, leva não leva, armou-se rusga, e houve rôlo; brigarão os juizes a vara e vara e os irmãos a tocha e tocha; houve sarrabulho e contúzões, em que o capitão-mór fracturou uma perna; o vigario geral Soledade que já estava com o pallio fóra da porta, resolveu por si a questão dando meia volta á esquerda, recolhendo-se com o pallio para a igreja.

Esta briga dos carolas chegou a ir á Juizo; mas afinal ficarão todos em paz.

— Assim como houve ás portas da matriz este rôlo, que podemos chamar serio ou tragico, tinha havido ante d'elle um outro que findou por desfecho comico.

Estavamos no anno 1823, em principios da Independencia, época critica, em que ainda uns pretendião **abrilhantar** os vidros de sua botica com as

(*) Houve mais de um Caiambóla O 1.º e proprio era advogado, o 2.º o que lhe casou com a viuva, herdando do 1o. a mulher e o appellido; o 3º. pertencia á classe do

Genitori genitoque

.....
Procedenti ab utroque.

— Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da nação portugueza — vociferando ás bandeiras despregadas contra os pés de cabra e outros já se **ameni-zavão** com o dinstinctivo de — Independencia ou Morte — dizendo cobras e lagartos contra os pés-de-chumbo; si uns andavão de orelha em pé, outros trazião a pulga na orelha: todavia nunca chegou a haver conflicto serio; houve, porém contusões parciaes, sendo algumas a fio d'espada.

Tinha governado então o general Saldanha como presidente do governo provisorio e commandante das armas, sendo seu immediato em ambos os cargos o brigadeiro João de Deus Menna Barreto, depois visconde de S. Gabriel.

Saldanha, ou por desgosto ou por convicções proprias, não adherindo á cauza da Independencia, deixara o governo e se retirara, ficando em seu lugar João de Deus, cujo filho o coronel José Luiz Menna Barreto commandava o corpo de Guaranis.

Estes (os guaranis), tendo por cargo de sua devoção a Santa Barbara, tinham de festeja-la com as musicas do costume, com os seus cavallinhos de madeira enfeitados, fingindo contradanças na frente do quartel, e outros brincos proprios dos caboclos.

Como acima disse, havia orelha em pé e pulga na orelha, e o povo, principalmente o feminino, andava assustado.

Havia n'esse tempo na igreja matriz ás 4 horas da manhã uma missa chamada a da madrugada, a que concorria muita gente por causa dos calores do dia; estavamos em 4 de Dezembro, dia em que a igreja solemnisa Santa Barbara; o templo estava literalmente cheio de fieis; e os guaranis tendo vindo dos lados do Arsenal para tocar a retreta ás portas do palacio, não tinham sido presentidos, pelos que ouvirão a missa.

Quando inesperadamente se ouviu o rufo da duzia e meia de tambores, um dos ouvintes da missa assustando-se foi acometido de um ataque e cahio sobre os vizinhos; ouviu-se de traz uma voz que dizia: — Levante-o; os circunvizinhos bem sabião de que se tratava; porem os mais distantes só ouvirão — Levante.

A scena que d'hai se seguio, não se pode descrever, houve gritos, choros e lamentos; os que tinham visto e ouvido forão obrigados pelo tumulto a sahir; e a quasi totalidade dos assistentes barafustou para a sacristia, onde quebrando talhas e pulando janellas, forão muitos arrombar a porta do Cemiterio a procurar a paz dos mortos, ficando na igreja sómente o padre José de Freitas Castro no altar, sem acolito, e o velho Manoel Vaz Ferreira, que não foi levado pela turba multa por se tem amparado com a pia d'agua benta que, como se sabe, é saliente da parede.

O resultado, como é de prevêr, foi ficar a igreja lastrada de chapéos, bengalas, sapatos, chinelos, lenços, baetas, mantilhas, pentes, e até de **defuntos** e **chouriços**, especie de enchimentos então usados nos cabellos das damas.

Os guaranis passarão depois pela porta da igreja tocando a sua musica, e ignorando o que por causa d'elles se passara.

— No artigo — testamentos — tivemos um que por sua originalidade se tornou digno de figurar na galeria dos testamentos celebres, e que convem

registrar para lição dos vindouros; e como não é cousa de romance, e se acha em original nos respectivos cartorios, e transcripto nos registros da igreja matriz, usarei dos nomes proprios.

O major Joaquim Severo Fialho, rico estancieiro do município de Cachoeira, achando-se enfermo da molestia que veio a morrer, conservou em casa durante uma semana o solicitador Luiz Caetano José da Rocha, o qual lhe escreveu um testamento monstro de dous ou tres quadernos de papel.

Este testamento entre as muitas verbas excetricas que distillavão perfeitamente o bom ou máo humor de que as dictava, continha duas, que não poderei reproduzir *ipsis verbis*, mas que ficão exactamente photographadas nas duas seguintes:

Item: Declaro que o major Marçal José da Fonseca me é devedor a 18 annos da quantia de 24\$000 e como me não tem querido pagar apezar de muitas instancias, e móra agora ao pé da cadeia da justiça, deixo a sobredita quantia aos presos da mesma, a vér se por meio das lamurias com que o hão de importunar, a final se resolve a pagar.

Item: Declaro que tendo por vizinhos da chacara em que móro no Caminho Novo de um e outro lado os meus dous genros José Carvalho Bernardes e José Soares d'Almeida elles, e suas mulheres ambicionão ficar com esta a minha chacara, o que tem já causado alguns conflictos entre elles.

E para melhor os harmonizar, e para que nenhum d'elles se julgue vencedor na partilha, deixo a dita chacara á Santa Casa de Misericordia, com a condição de não a vender nem alugar, nem sobre ella fazer negocio algum com qualquer dos ditos meus genros, sob pena, se o fizer, de ficar *ipso facto* pertencendo á Fazenda Nacional.

— Já que se trata de antigualhas, é preciso não esquecer certos typos daquella actualidade, e de que muita gente ainda se lembrará.

Não relembrarei o padre velho, alto e magro que nos dias de chuva se apresentava de chapéo de tres bicos, batina, capote, tamancos, bastão e chapéo de sol, porque isso faria tambem recordar o capitão de ordenanças que com tudo isso, (menos a batina) ainda sobrepunha a cabelleira de rabicho, oculos de cangalha, casaca de gola em pé, calção e meias, sapatos com fivelas de charneira, espadim e corrente de relógio com o competente mosaico.

Os meus typos são outros, e começarei pelos mais antigos.

— O **José Cabellos**, (José de Souza) preto velho, andador do Rozario e S. Benedicto, que nos dias de festa se apresentava de casaca, collete de seda branca bordada a outro, calção, meias e botas de borla, e que em certos dias se armava de uma **touca** tão pesada, que o fazia dormir por casa dos compadres.

Era casado com a creoula Antonica, e de quem teve diversas filhas da mesma côr, sendo porém a mais nova a mulata Auristella a pouco fallecida, e que dizia elle ser **assa**, e ter assim sahido por milagre de **S. Beninão**.

O **Caixa d'Oculos** (José Teixeira Lopes) gago, ex-alfaiate, andador da irmandade das Almas, de que era provedor o ex-juiz ordinario Luiz Ignacio Pereira de Abreu.

Era figura obrigada em quanto foguete se atirava pela villa ou cidade, e accendedor exclusivo do fogo do Divino, e de quantos fogos de vistas

ardião nas circum-vizinhanças; pelo que se deu o nome de — Caixa — aos atracadores de foguetes.

Teve um filho pardo conhecido por José Caixa, digno emulo de seu pai, e que elevava tão alto o seu instincto ignifero, que dizem d'elle ter feito uma viagem a pé do Rio Pardo ao Alegrete, só para ter o gosto de atacar o fogo de uma festividade.

— O **Luiz doido**, homem branco, tão pacifico, que só levava a fallar consigo mesmo, vestido de uma larga ceroula e camisa comprida de algodão grosso, corria toda a cidade, cabisbaixo e abanando os braços, até a hora da ração do Hospital militar, onde fazia o serviço de carregar lenha, e dizia-se que de noite hia dormir no cemiterio.

Havia nesse tempo um juiz ordinario de nome Luiz, que, além de outras excentricidades proprias da época, mandou fazer a barba ao Caixa d'Oculos, por ter ido com ella crescida levar-lhe umas calças a provar; e o quiz mandar prender por lhe ter elle gagueijado uma boa resposta.

Os gaiatos que nunca perdem occasião, pozerão-lhe (la nas costas do doido) um grande letreiro que dizia:

Eu tambem sou Luiz,
Tambem posso ser Juiz.

— O **Manoel da Espada** era o porteiro da camara e creio que tambem dos auditorios, pardo, velho e fanhoso; nos bandos da camara era quem repetia o que lia o escrivão; e nas execuções patibulares interrompia a monotonia do acto processional com as palavras sacramentaes — “Justiça que manda fazer o principe regente Nosso Senhor, &., &. — Morra de morte natural”; o que apezar do fanhoso da voz, era perfeitamente ouvido pelos innumerados espectadores d'essa tragica scena.

— O **Papai Lêlê** era um meirinho preto, alto, magro, idoso e serio, que quando ia fazer citações, envergava casaca preta, chapéo armado e a competente **rosca**; e dizião ter sido muito inclinado a citações femininas por gostar mais de goiabas que de gabijús.

Teve as honras de fazer o papel de — Africa — no theatro em uma scena das — Quatro partes do mundo — já se sabe, no tempo da D. Maria ou do padre Amaro.

— O **Páo achio** era um preto alto, de voz grossa, que vivia de vender agua; accudião os freguezes a chamal-o quando nas esquinas das ruas ou no meio dellas, com a sua sonora voz de forte-baixo, cantava as seguintes coplas:

Dindim, dindim, dindim,
Dindim, dindim, dindim,
No dia do mar feio
Ardeu o Páo-achio.

Outras vezes terminava com o seguinte:

No dia do mar feio
Maria cahio no vallo.

— Mais modernamente tivemos o **Vaca braba**, branco e cego, que acompanhado da preta Annica e munido de um grosso bordão, esbordoava os moleques de diversas côres que o cercavão, e desenvolvia um vocabulário de descomposturas muito mais horripilante que o da Bronze, que já então não existia.

— Já me ia esquecendo fallar no **Tarofa**, que era um pardo faceiro, baixo, de barba raspada e bem penteado e que vestido de fraque, calção de ganga amarella cortado á feição da sua elephantiasis, perna nua e sapatinhos de côr achinelados, armado como sempre com a sua **toucazinha**, chamava a atenção dos moleques nas procissões e nos divertimentos publicos, até se recolher á venda da Garapa, onde era escravo ou liberto, acompanhado da comitante calerva que o aplaudia no seu **Moleque qui qué...** Qué rapadura... e outras de igual jaez.

— Havia ainda outra qualidade de typos, typos rarissimos em todos os tempos, e que posto que sejam de especie differente, nem por isso, ou antes por isso mesmo, deixarão de ser apreciados.

Morava no alto da Bronze um individuo a quem chamavão Mathematico porque dizião que ensinava geometria a quem nunca a chegou a saber.

Para os lados do Portão havia um musico muito conhecido, parceiro infallivel do gamão do Chico da botica, e cuja voz de tenor era tão maviosa que mal se podia ouvir. E vinha muitas vezes á cidade um roceiro de Belem todo metido a taralhão com suas prosas de latim; e era cunhado do tal a quem deu o ataque na missa da madrugada.

Quando qualquer delles se encontrasse com algum dos outros, bem podia dizer: — Ha entre nós um phenomeno pouco vulgar que é commum a todos tres; e Deos nos fez de nascença com uma marca inextinguivel que não se pôde apagar de todo senão por morte, sob pena de ficarmos todos cegos.

Havia ainda um quarto que não era da cidade, tinha divisas de coronel da guarda nacional, e devia ter sotaque allemão por viver muito tempo entre a gente que falla esta lingua. Este, quando se encontrasse com os outros tres, bem lhes poderia dizer: — Amigos, vós vos julgais semelhantes a mim, entretanto eu me não pareço comvosco, porque cada um de vós tem um olho azul e outro pardo, e eu apenas tenho um olho castanho e outro preto.

— Passo agora a dar noticia de dous acontecimentos de que muita gente se ha de admirar por ser cousa pouco sabida.

Dizia-se e affirmava-se mesmo sem ser em 1.º de Abril ou sabbado da Aleluia, que debaixo das Pedras Brancas existia de longa data uma grande serpente, que quando se remechia causava vendavaes e tempestades, e que quando em 1811 mais ou menos em uma manhã houve um pequeno tremor de terra que quebrou muitos frascos e garrafas aos taverneiros, foi porque a tal serpente se pôde virar para o outro lado, e finalmente que quando ella se poder vêr livre das grandes pedras que a opprimem, a cidade será arrazada, e será então o fim do mundo.

O segundo acontecimento é que quando em 1831 se installou aqui na rua do Rosario entre a da Ponte e a de S. Jeronymo, nas casas de Graciano Leopoldino, a 1.ª Loja Maçonica com o titulo de Filantropia e Liberdade,

a que o povo chamou — Marimbondina, os socios marimbondos que a ella concorrião pretextavão o exercicio da caridade e da beneficencia; era porem engano manifesto, porquanto o que elles ião ali fazer era fallar com o diabo; mas essa honra só cabia ao coronel Bento Gonçalves e Victorino José Ribeiro, unicos que tinham o grão de Roza Cruz, pois os outros em taes conferencias só fazião o circulo com costas para o centro, virando as frentes para dentro sómente quando já o diabo tinha desaparecido, deixando grande fortum que os fazia expirrar muito: e esta é que era a pura verdade.

Quem não quizer acreditar nas duas noticias supra, consulte as velhas d'aquelle tempo, e afaço que não só não negaráõ, mas até accrescentaráõ com pés de verdade outras historias, como as do Boitatá, Lobishomem, Pretinho Japonez, Sacy-cereré, Mani-oca, e outras que não vem referidas no Novo Methodo.

— E como não ha festa que preste sem sermão, vou finalizar com um pedacinho de ouro, que bem pode ser aproveitado pelos nossos actuaes pregadores ad aeternam gloriam Dei.

— Depois que o musico Amandio com a sua voz de tenor cansado cantava o seu applaudido, e por isso sempre repetido Motêto. — Te cantabo in aeternum, Alleluia — o nosso reverendo pregador dirigia o competente elogio ao Santo do dia, no qual nunca citava um só texto latino por tê-lo estudado em S. Paulo, no tempo do bispo D. Matheus, e do general Pilatos, e ser da do — Introibo ad **altarem** Dei. Tecia a Nossa Senhora bellos panegyricos bem estudados e decorados; e concluia os seus epilogos com as seguintes frases, que por muito repetidas me ficarão de cór: — “O que nos resta, pois, Srs.? **Facêmo-nos** dignos do patrocínio da Senhora. E vós, ó Grande Deos, fazei que depois de vos louvarmos cá na terra, passemos a gozar-vos nessa **Sião** Santa, nessa Jerusalem celeste, n'essa habitação dos justos, n'esse palacio do rei dos reis, onde viveis e reinais por todos os seculos dos seculos. Amen. Tres Ave-Marias peço. Credo.

— Depois de um sermão não é fóra de proposito uma jaculatoria.

Havia n'aquelle tempo uma modinha ou cantiga que terminava pelo estribillo — Na serena madrugada.

— A proposito de um devoto que confessando-se e commungando todas as semanas, tivera a rara lembrança de ir commungar na missa do gallo ou da madrugada, ajuntarão os gaiatos á tal modinha, a seguinte copla:

Devoção, mais devoção,
Devoção atrapalhada;
Commungou o Santo F....
Na serena madrugada.

— E finaliso como comecei:
Honni soit qui mal y pense.

Alcides Maya

Conferência realizada pelo nosso confrade Luis Felipe de Castilhos
Goycochêa na sede da Associação Brasileira de Imprensa - Rio de Janeiro

E ninguém excederá jamais a Lysandro Revel
no aticismo do modo por que transpoz o beatífico
deleite de viver.

De lez a lez: uma existência petroneana!
Cesar de Castro in "PEAN".

Não sei de nenhum conceito mais eloquente sôbre um homem do que aquêle proferido a respeito de Joaquim Nabuco: o momento feliz de uma raça... Em verdade, seria impossível dizer mais e melhor do que foi, e do que representou no meio e na época, o ilustíssimo autor de "Minha Formação".

O mesmo, entretanto, poder-se-á dizer hoje de Affonso Arinos, de Eduardo Prado, de Escragnolle Taunay e de Alcides Maya, porque, de fato, foram outros momentos felizes do tipo humano que se formou e vive no Brasil.

Nabuco foi a mais alta expressão do Nordeste; ninguém, melhormente do que Arinos, poderá dizer o que é Minas Gerais; Prado é São Paulo inteiro, desde sua origem até o fastígio no começo do século; Taunay é figura representativa da nação quando o Império estava no máximo de sua grandeza; Alcides Maya é o Sul, o Rio Grande pastoril, das guerras do Prata, das revoluções, dos gaúchos brasileiros.

O que há a assinalar em todos êles, é que, não obstante haverem sido homens de pensamento, foram homens da terra. Nabuco, sempre preso às lembranças do engenho pernambucano em que nasceu; Arinos, deixando Paris para se vir regalar na paisagem provinciana; Prado, na Europa, enchendo de inveja a Eça de Queiroz, e aos mais amigos, com as descrições da gleba bandeirante; Taunay, com cultura universal, filho de estrangeiros, vai buscar os seus motivos na história nacional e na sociedade do interior; Alcides Maia, enfim, trocando gostosamente as montanhas da Grécia pelas coxilhas do Rio Grande do Sul, a companhia de Don Juan Tenório, em Sevilha, pela de Bláu Senandes, em São Gabriel.

E que, todos êles, Nabuco, Arinos, Prado, Taunay e Maya, tinham a exornar-lhes as personalidades aquela harmonia entre o corpo, o coração e o cérebro, que é essencial á elegância da creatura humana.

Todos êles, aliás, se pareceram entre si, não apenas por haverem sido homens da terra e homens de pensamento, mas também por terem sido expressões da elegância preconizada por Cesar, cuja não é a elegância do **gentleman** que consiste no simples apuro da pessoa e no domínio das próprias emoções, nem a elegância do **chevalier** francês e do **hidalgo** espanhol, um e outro preocupados com exterioridades e com melindres pundonorosos que os tinham a flôr da pele; mas a elegância de ser e parecer bem no fisico, ser e parecer bem no moral. Elegância á moda de Petroneo: unidade entre o cérebro que pensa, o coração que sente e o corpo que age; euritmia nos gestos, sabedoria e compreensão. É o conjunto de qualidades que permitem a quem as possui não chocar em qualquer ambiente, de se não desmandar ao sabor das paixões, de poder se adatar ás circunstâncias sociais.

Tão difícil e tão raro é ser assim, com tal feição, que só de raro em raro póde ser apontada uma existência petroneana.

Alcides Maya, não há dúvida, foi uma dessas existências. Ninguém, pois, poderá lhe negar direito a ser arrolado na parceria, ao lado de Nabuco, de Arinos, de Prado e de Taunay; nem antes e nem depois de qualquer dêles, no mesmo nível, na mesma linha. A única ordem admissível, no caso, é a cronológica. Mais próximo de nós, porque recém desaparecido, quando os outros desde há muito se foram, cabia-lhe o último lugar, mas o último lugar no tempo, e não mérito, e isso quer como homem e quer como escritor.

O que tornou mais digna de apreço a vida de Alcides Maya e com isso o valôr da obra escrita que legou, foi a circunstância de haver sido êle o construtor da própria vida, pedra a pedra, desde a infância até á maturidade. Nem heranças, nem padroados, nem loterias. Trabalho apenas. Trabalho na imprensa diária, em Pôrto Alegre e no Rio de Janeiro, Trabalho como funcionário público estadual, em cargo sem relevo. O mais é sua obra literária — a sua grande e bela obra! É “*Tápêra*”, é “*Ruínas Vivas*”, é “*Alma Bárbara*”, é o trabalho sôbre o **humour** de Machado de Assis, é o “*Rio Grande Independente*”, são “*Crônicas e Ensaíos*”, são os artigos de vário gênero, são as crônicas de vária espécie. A entrada na Academia de Letras foi prêmio a êsse trabalho. O nome que deixou, aureolado de glória, foi prêmio ao esforço que despendeu. Numa crônica assinada por João Paraguassú, no “*Correio da Manhã*”, foi dito há poucos dias, que êle chegou a ser nomeado para o cargo de Consul do Brasil em Genova, mas que Pinheiro Machado fez com que a nomeação fôsse anulada. Aos propósitos do chefe político não convinha o escritor num posto onde pudesse aprimorar sua cultura; mas convinha, isso sim, como jornalista partidário, no entrechoque das paixões, na terra natal. Foi isso um bem ou foi isso um mal? Ninguém sabe; ninguém poderá saber. Talvez o próprio Alcides Maya não

se animasse a opinar em qualquer sentido. Genova era a Europa, isto é, a velha civilização greco-romana. Aliás, a luz mediterrânea que ilumina os espiritos na Itália, é a mesma luz que ilumina a Grécia, ali perto; é o mesmo calor que aquece a França e a Espanha; é a vizinhança da Alemanha do Sul e da Austria.

Daqui estou a vê-lo sob as ruínas do Templo, em Atenas, reverente e emocionado, tal como Ernest Renan se descrever em "Souvenirs d'Enfance et de Jeunesse"; ou, como Eduardo Prado, subindo as pirâmides, no Cairo; ou como Pierre Loti em Jerusalém, no Santo Sepulcro; ou como tantos outros, como êle, esteta, no Bosforo, numa tarde dionisiaca...

Ao envez disso, porém, êle foi para Pôrto Alegre, o que quer dizer para o coração da terra que lhe foi o enlevo apaixonado, para o convívio da nossa gente simples, para o calôr das suas afeições. Em lugar do Templo de Delphos, as ruínas das Missões Jesuitas; em lugar das aguas do mar de Marmara, do mar Negro, do mar Morto, do Bosphoro e do Mediterraneo, as aguas do Cai, do Gravataí, do Guaíba, dos Sinos, do Jacuí, do Taquari e as do Uruguai; em lugar de uma peregrinação à Terra Santa, uma excursão sentimental às grutas do Járao; em lugar dos passivos *lazzaroni* italianos, os ativos andejos sul-riograndenses.

Não nos deixemos, pois, tomar de odios anacronicos pelo general Pinheiro Machado. Ele fez o que conveiu aos interesses politicos, no momento, sem cogitar que pudesse estar desviando um artista do meio que lhe assentaria á calhar.

Quem sabe, de resto, si o grande politico gaúcho não pensava que as viagens nenhuma alteração acarretam para um espirito de eleição como era o de Alcides Maya, capaz de resistir á deslocação do meio, forrado contra idéias que não sejam as suas proprias idéias? Quem nos poderá dizer que ele não estava convencido de que Alcides Maya já conhecia tudo o que lhe pudessem oferecer as bibliotécas de além mar, os monumentos de Roma e de Athenas, as paisagens da Europa?

* * *

Longe, bem longe de mim a idéias de examinar, sob qualquer angulo, a obra de Alcides Maya. Ela já passou galhardamente por todos os crivos da critica, já foi analisada em conjunto e em minucias, já foi comentada e já foi consagrada. O que me interessa mais, aliás, é o homem, o homem como ele foi e como o pude vêr algumas vezes, poucas vezes. Não obstante isso, entretanto, posso dizer, como prova do altissimo valôr de sua obra, que eu a ando encontrando a cada passo, citada nos Estados Unidos da América do Norte, num livro notavel de uma notavel escritora — Madaline Wallis Nichols — sobre o tipo social mais interessante formado na América, o gaúcho. Entre quase mil e quinhentos autores lá está Alcides Maya com "Ruínas Vivas" e com "Tapéra". Não é o unico escritor de lingua portugueza, mas é dos poucos, pois que são apenas cinco.

Antes já o havia encontrado numa Antologia Espanhola.

Ha poucos anos atraz — e isso é sabido de toda gente — houve no Brasil uma verdadeira competição academica em torno á figura e á obra de Machado de Assis. Todos que sabem escrever, ou pensam que sabem, acharam-se na obrigação de depor no prélio. Filósofos, filólogos, sociólogos, criticos, romancistas, contistas, teatrologos, jornalistas, psicologistas, médicos especialistas em molestias mentais, todos examinaram e analisaram a obra do estilista ameno de “Quincas Borba” e de “Helena”, examinaram e analisaram a propria pessoa do escritor atravez dos personagens de sua criação e de informações. Foi uma febre coletiva que tomou a todos os publicistas. Resultou dessa febre machadiana uma alentada coleção de livros e folhetos e artigos.

Não errará quem disser que nada foi escrito nessa ocasião que tenha o valôr do trabalho de Alcides Maya sobre o **humour** do pai de Capitú; e mais, que foi Alcides Maya, numa conferencia na Academia Carioca de Letras, quando a febre estava no auge, quem respondeu victoriosamente a todas as criticas que se fizeram á obra de Machado de Assis de não ter expressão social, de não ter cunho nacional...

A parte seguinte deste depoimento diz respeito ao trabalho que escrevi, e dei a publico, sobre Gumerindo Saraiva, aquele magnifico general gaúcho que trouxe suas hostes do extremo sul do Rio Grande até á fronteira do Paraná com São Paulo, isso combatendo sempre, quer na marcha de ida, quer na do regresso. Marcha militar superior a de San Martin, do Perú ao Chile; incomparavel com qualquer outra na América.

A figura do chefe maragato me seduzia desde havia muito, sem que a pudesse explicar. Todas as tentativas para encontrar a formula com que coloca-lo em evidencia, tinham malogrado. As explicações que me eram ministradas nos livros e em depoimentos verbais, não me satisfaziam. Sabia que ele havia sido um grande guerreiro, pátrio digno de melhor sorte do que a que teve, mas não sabia como isso dizer. Os elogios dos correligionarios eram anulados pelos lábeus dos adversarios. E' sempre difficil, de resto, especular personalidade secundaria, accessoria, num cenario grandioso como foi a Revolução Federalista, onde brilharam astros de primeira grandeza. E' o **poeta minori** que embaraça aos criticos literarios. Ao pensar em Gumerindo Saraiva surgia-me a figura de Jôca Tavares que fôra o chefe militar da guerra. Ao cogitar desse, ocorriam-me os nomes dos chefes politicos que se entestaram na contenda homérica: Julio de Castilhos e Gaspar Martins. Estes, pensava, é que tinham sido os principios, as ideias e os ideais. Aqueles, os executores, os homens d'armas. Não obstante tudo, porém, o nome de Gumerindo Saraiva permanecia na minha intenção; queria explicar ao chefe maragato como explicara, antes, ao chefe acreano que presenteou uma provincia ao Brasil: Plácido de Castro.

Eis que, um dia, num velho jornal de Porto Alegre que me emprestou Souza Docca, encontrei a chave de que carecia, a formula para resolver o problema, numa simples e curta frase de Alcides Maya: “E' uma expressão viva da raça, do meio...”

Ela resultou, essa frase, de uma conversa de Alcides Maya com Euclides da Cunha, na redação de "O País", si me não engano em 1904.

Aparício Saraiva, irmão de Gumercindo, nessa época enfrentava nas terras do Uruguai as forças do governo Battle y Ordoñez. Era a cidade contra o campo. Era o gaúcho que teimava em se conservar como sempre fôra, em viver como sempre vivera; tradicionalista, queria conservar-se de bombachas ou xiripá, usando facão á ilharga, **vincha** á cabeça, tirador á cintura, poncho sobre tudo, boleadeiras e laço na garupa do cavalo, tomando mate amargo e comendo carne quase crúa; sofrego pela liberdade, queria poder continuar andando em qualquer direção, sem o agravo dos aramados, sem a obrigatoriedade das estradas; Don Juan Tenorio rustico não admitia a hipótese de se ter que fixar com uma só mulher, ligado a ela pela igreja e pela lei.

Battle y Ordoñez, porém, queria civiliza-lo, ensinando-o a lêr, ensinando-lhe a higiene, queria abolir os velhos metodos já obsoletos de tratar o gado, queria transforma-lo de poligamo inveterado em monogamo disciplinado; achava que era mistér delimitar as propriedades e pois fazer estradas. Daí, em ultima analyse, a luta, os campos talados, os rebanhos dizimados, as correrias desenfreadas, as degolas, os **carcheios**.

A Euclides da Cunha apeteceu saber isso e outras coisas mais. A noção que possuía era a de que o Rio Grande do Sul vivia ainda existência igual ou muito semelhante a do Estado Oriental. Os irmãos Saraiva — Gumercindo e Aparício — ele os confundia na mesma figura de caudilho. Foi então que Alcides Maya explicou-lhe a diferença fundamental entre ambos, a diversidade das respectivas atividades publicas. Aparício era, de fâto, um caudilho, o ultimo caudilho, aquele que Euclides fixaria num estudo lapidar, a traços rompantes. Gumercindo não fôra caudilho na acepção sul-americana do vocabulo; caudilho ele o fôra porque fôra chefe militar, caudilho como foram e são infinitos outros, mas não o da tradição platina...

Aparício — terá assinalado Alcides — morrerá em breve, como morreram os que o precederam, de Artigas a Flôres... Ele é fenomeno uruguaio como antes fôra fenomeno argentino...

No Rio Grande do Sul o fenomeno que ha é Gumercindo... Este existiu, existe, existirá! E' uma expressão viva da raça, do meio...

Convenhamos em que foi genial a explicação. A melhor prova disso é que ela serviu a Euclides da Cunha e ela continua servindo. Gumercindo existiu com outros nomes, na Guerra dos Farrapos; existiu com o proprio nome na Guerra dos Maragatos; existia, com nomes diferentes, quando em 1904 campeava a desordem no Uruguai, a proposito da qual conversaram os dois grandes escritores; existiu em 1923 com os nomes de Zeca Neto, Estacio Azambuja e tantos outros; existiu em 1930 quando se fez preciso refazer a marcha feita pelo exercito arremidro do proprio Gumercindo em 1893 e 1894, e completar o percurso até á Capital Federal; e existe na atualidade sob apelidos que não nos é dado

saber quais sejam eles. Não é o caudilho em busca do poder, porque é o campeador lutando por ideias e ideais superiores.

* * *

Não obstante haver gauchado na infância, como ele proprio confessou com incontido orgulho, Alcides Maya nunca procurou escandalisar o meio urbano com maneiras aguachadas ou com modismos gauchescos. O gaúcho vivia-lhe n'alma, latente, como si fôra uma hostia consagrada, mas não o estadeava a olhas incompreensivos. Ninguém, mais do que ele, conhecia a história do Rio Grande do Sul; ninguém, melhormente do que ele, sabia o linguajar do gaúcho; ninguém, tanto como ele, penetrara a psicologia do gaúcho brasileiro, tanto que ninguém o superou em retrata-lo, mas, talvez por isso mesmo, nunca o arremedou e nem consentiria sem protesto que o fizessem em sua presença. Era um atico no trato e um heleno nas maneiras. Parecia antes um palaciano do que um familiar dos galpões. Certa senhora sua admiradora, minha presada amiga (grande romancista) não pôde esconder gesto de supreza uma vez em que, na animação de uma conversa comigo, tratei-a na segunda pessoa da gramatica, aquele tão bem sonante "tu" com que nos tratamos uns aos outros, quando nos estimamos deverás; como, em seguida, procura-se desculpar-me, alegando o habito adquirido na infancia, na minha terra natal, ela, com ironia mal velada, referiu-me que isso lhe parecia estranho visto que Alcides Maya, o mestre dos mestres em coisas do Rio Grande do Sul, sempre a tratava de "Excelencia", apesar da confusão que tal tratamento lhe acarretava e de lhe ter pedido que o modificasse para o classico e banal "você".

O gaúcho lhe foi assunto literario e lhe foi religião, mas não lhe serviu de modelo. Aquela sua aparição na Academia de Letras, em fins de 1930, de botas russiolhonas e bombachas anchas, chapeirão com barbicacho e faca de prata á cinta, foi-lhe desvio na linha que se traçara, foi-lhe gesto que nunca tivera antes e que não repetiu depois. Foi fruto do ambiente que se criara na campanha em que se fez soldado voluntario, dando-lhe a ilusão, por algum tempo, da volta ao preterito glorioso, a ponto de se fazer ator, ele que só fôra espectador. Ademais, a causa justificava tudo, mesmo que um dissertador erudito, um esteta e um espiritualista, descesse á arena onde só a força dos musculos e o aço das armas podiam se fazer respeitar. Na mesma ocasião, o maior artista da prosa portugueza, o mais amavioso dos filosofos, o mais docê e compassivo dos homens, igualmente dissertador erudito, tambem esteta e espiritualista, refiro-me a Cesar de Castro, teve de terçar armas, baqueando para sempre.

* * *

Na feição literaria de Alcides Maya ha uma especie de antinomia, uma aparente opposição de sentido. Reside ela entre o escritor regiona-

lista, que se supõe obrigado a representar os tipos que explora, e o academico de linguagem castiça, algumas vezes censurado como precioso, quando havia nos seus escritos apenas riqueza vocabular fóra do comum, preocupação continua da forma, desejo permanente de perfeição.

Ele foi escritor regionalista como Simões Lopes, Darcy Azambuja, Vieira Pires, Vargas Neto, Clemenciano Barnasque, Roque Callage e Contreiras Rodrigues, mas foi escritor universal como os que melhor o foram ou sejam, desses que especulam teses e desenvolvem problemas que são de cultura geral, sem laivos de pátria ou sombra de nacionalidade, que são do dominio de toda a gente, diversos apenas pelos idiomas em que são escritos. De fato, ao lado da ficção gauchesca contida em "Ruínas Vivas", em "Tapéra" e em "Alma Bárbara", ha o estudo insuperavel sobre o **humour**, trabalho sem duvida imperecível porque já consagrado como classico; ha o formidavel estudo sobre a figura cinco vezes centenaria, eterna, que tem sido explorada em todas as linguas vivas, por artistas de todas as artes, por cientistas e por clinicos, por sacerdotes e por filosofos: Don Juan Tenorio; ha "Cronicas e Ensaios" e ha "Romantismo e Naturalismo", discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras. Isso quer dizer, portanto, que não foi intelligencia emparedada pelas fronteiras da "querencia"; descreveu-a como ninguém o fez mais ou melhor, retratou de corpo inteiro o tipo social pre-excelso que se formou nela — o gaúcho — fixando-o nos contos, historiando-lhe as varias fases do desenvolvimento, mas, quando lhe apeteceu, descreveu outras paisagens e pintou outros tipos humanos. Nada de restrição; coisa alguma que delatasse provincialismo. O Rio Grande do Sul no Brasil, o Brasil no Continente, a América no Mundo. O humour que lhe foi assunto, por exemplo, é assunto que não tem pátria. Encontrou-o na obra de Machado de Assis, mas referiu-lhe a existencia nas obras de cem outros autores de todos os climas. Flôr que só brota em ambientes requintados, prenunciadores de decadência, só o pode compreender e só o pode praticar quem possua sensibilidade apuradissima, cultura estratificada atravez dos seculos.

O mais digno de acentuação, porém, é que Alcides Maya não seguiu o caminho natural, isto é, do particular para o geral, da provincia para o paiz e deste para o Universo. Nada disso! O titulo de seu primeiro trabalho publicado em livro: "Pelo Futuro", não parece de carater restrito, provincial. Os seguintes: "O Rio Grande Independente" e o "Atravez da Imprensa", são trabalhos de sociologia, o que quer dizer amplos, gerais, superiores. O romance regional: "Ruínas Vivas", veio depois, uma década depois do ultimo citado, seguindo-se o livro de contos também regionais: "Tapéra", o que prova o acerto da afirmação.

Mais para diante também é assim: o regionalista sucedendo o universalista. de fato, o "Alma Bárbara" surgiu depois que foram publicados o ensaio sobre o humour e o livro "Cronicas e Ensaios".

O regionalismo de Alcides Maya, portanto, não foi degrau para o seu universalismo; foi forma que tomou quando isso lhe aprouve. Nada

de imposição instintiva, mas atitude coñsiente, o que lhe dá maior mérito. E' caso analogo ao de Contreiras Rodrigues que escreveu regionalismo depois de especular tēmas internacionais. O fenomeno, todavia, é raro. A regra é sair-se do particular para o geral, e não depois de haver planado sobre o Mundo, sem enxergar limites politicos, descer á arena estreita do rincão natalicio.

* * *

Poucas são as coisas que posso dizer sobre Alcides Maya, embora o tenha admirado com fervor, quer como escritor, quer como homem. Nossos encontros, de resto, foram poucos e todos mui cerimoniosos. Com quase nada, pois, posso concorrer para sua biografia. O que sei dele, é o que sabem todos os homens de letras ou que pode saber toda a gente que leu seus livros e cronicas.

O conhecimento de sua bibliografia e das notas aparecidas nos jornais por ocasião de sua morte, porém, permite-me dizer que ele madrugou na Republica das Letras. Nascido em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em 1878, já em 1897, portanto com 19 anos, publicava o "Pelo Futuro". O livro seguinte, aparecido em 1898, quando o autor contava apenas 20 anos, é o "Rio Grande Independente", hoje raridade bibliografica. De 1899 é o "Atravez da Imprensa". "Ruinas Vivas" é dos 32 anos; "Tapéra" dos 33; "Machado de Assis" dos 34.

Foram esses livros, sem dúvida, que lhe abriram as portas da Academia Brasileira de Letras, em 1913. "Cronicas e Ensaios" é dos 40 anos e "Alma Bárbara" dos 44.

Depois de 1926 não publicou nenhum outro livro, só havendo a reedição do "Machado de Assis" em 1942.

E' para ser observado, a proposito, que toda essa obra, com excepção do livro reeditado em 1942, está esgotada, desde ha muito, tanto a que foi editada aqui mesmo, quanto a que nos veio de Lisboa e a que viu a luz no Rio Grande do Sul.

No volume reeditado pela Academia de Letras em 1942, o qual, por certo, foi por ele revisto, estão apenas consignadas as seguintes obras como constituintes de sua obra: "Pelo Futuro", "O Rio Grande Independente", "O Gaúcho na Legenda e na História", "Atravez da Imprensa", "Ruinas Vivas", "Tapéra", "Machado de Assis", "Cronicas e Ensaios", "Alma Bárbara" e "Romantismo de Naturalismo", num total de 10 livros. No fichário da Livraria Alves constam mais os seguintes: "Contos Crioulos", "Nos Fogões", "Novos e Velhos", "Ocaso" e "Pampa", livros que prometeu, mas não escreveu.

* * *

Como subsidio ao futuro biografo de Alcides Maya, vou narrar dois fatos que talvez sirvam para explicar o homem, ou que se prestam para ilustrar-lhe a personalidade. Sobre um deles inquiri-o certa vez, no

hospital em que se finou. Não o negou totalmente. Deixou que eu o contasse, e depois, sorrindo, disse-me que não havia sido bem assim; mas não disse como as coisas se passaram na realidade. Isso quer dizer, creio, que o fato ocorreu, sinão como me chegou ao conhecimento, mas que ocorreu.

Estava o escritor assentado numa praça de Porto Alegre, bebericando pachorrentamente seu **chopp**, quando numa meza proxima se assentou um rapaz que nos gestos revelava extremo nervosismo. Depois de observa-lo por algum tempo, num incontido impulso de bondade, Alcides Maya dirigiu-lhe a palavra. O rapaz nervoso, não só respondeu ao que lhe foi dito, como se transferiu com o respectivo copo para a meza ocupada pelo autor de "Ruínas Vivas", e fê-lo seu confidente.

— Imagine o senhor! disse ele. Hoje é o dia do aniversario da moça de quem gosto. Para comemorar a data ha uma festa em sua casa. Fz tudo o que era possivel para conseguir uma apresentação que me permitisse ser convidado, e... nada. Natural de uma cidade da fronteira, aqui estudando engenharia, ninguem das minhas relações conhece a familia da moça, e daí, como o senhor compreende, o meu desespero... No minimo ela ha de pensar que não me esforcei bastante para conseguir o convite...

Alcides Maya, compassivo, bom, poz-se a inquerir o rapaz. De quem era filho? Em que ano estava? Quem era o pai da namorada? Quando estava bem informado sobre o estudante — filho de um rico estancieiro —, declarou que teria satisfação em apresenta-lo ao Comendador....., pai de sua eleita, pois que eram velhos amigos. A questão, porém, é que não havia jantado e que, morando em bairro distante, talvez não pudes-se regressar em hora propria a visitas desse genero...

O rapaz, ante a perspectiva da apresentação sonhada, ousou um pedido. Que jantasse ali mesmo, no bar onde estavam...

Alcides Maya engrolou qualquer coisa.

O rapaz, então, positivou a sugestão: Não ha a menor importancia... O senhor é meu convidado... Janta aqui mesmo tudo o que lhe apeteer e houver, isso enquanto vou á casa me preparar...

E assim, foi. Na ausencia do namorado aflito, Alcides Maya comeu e bebeu lautamente.

O carro que trouxe o rapaz de volta á praça serviu para conduzir os dois ao palacete do Comendador, no Alto da Bronze.

Chegados ao portão, Alcides Maya pediu ao porteiro que chamasse o dono da casa. Quando esse se aproximou, Alcides Maya avançou resolutamente para ele, apertou-lhe a mão e fez a apresentação: Este moço, Comendador, é filho do Coronel Fulano de tal, de tal lugar, que o senhor deve conhecer ao menos de nome... Está no 5.º ano de engenharia, o que quer dizer que está quase formado... Conhece suas meninas e por isso gostaria muito de assistir a festa que se está realizando...

O Comendador não se fez de rogado. Apertou efusivamente a mão

do rapaz e o foi empurrando para dentro da casa. Que se divertisse muito... que conhecia seu pai de nome...

Quando o estudante desapareceu de suas vistas, envolvendo-se entre os convidados, com certeza procurando a eleita do seu coração, o Comendador, a quem não faltava malícia, voltou-se para Alcides Maya e lhe perguntou: E ao senhor? Quem apresenta? Ao que Alcides Maya, sem perder o **aplomb**, respondeu: A mim ninguém apresenta, e nem é necessario, porque me vou embora... E de fato, tomou o caminho do portão acompanhado pelo sorriso ironico do anfitrião amavel.

Dizem que, como nos contos de fadas, o estudante casou-se com a filha do Comendador, e que foram, e são ainda, muito felizes. E mais: que um dos rebentos do casal recebeu na pia batismal o nome de Alcides.

* * *

O outro episodio, ouviu-o de Rodrigo Octavio. Passou-se aqui mesmo, no Rio, na residencia do proprio saudoso ministro-academico que foi tão meu amigo e que tambem foi amigo dileto de Alcides Maya.

Rodrigo Octavio ofereceu um almoço elegante como soiam ser todos em sua casa, a Gomez Carrillo que nessa ocasião visitava o Brasil. Alcides Maya figurava entre os convidados, que eram muitos e todos de relevo social. Terminada a refeição, os convidados encaminharam-se para o jardim tropical da residencia solarenga que ainda existe na rua das Palmeiras.

Rodrigo Octavio, dando o braço a Gomez Carrillo, abria a marcha, mostrando as raridades do seu famoso e formoso jardim. As samambaias, as parasitas, as palmeiras se iam sucedendo umas as outras. A certa altura, Gomez Carrillo quiz saber o nome de determinada planta exotica. Rodrigo Octavio embarçou-se porque nunca lhe havia ocorrido informar-se sobre o nome e a familia da planta que despertara a curiosidade do seu hospede de honra. Alcides Maya, que estava proximo aos dois e pudera ouvir a pergunta, tomou a palavra, e, não apenas identificou a planta por seu nome, como poz-se a discorrer sobre botanica com a proficiencia de botanico. Uma verdadeira aula sobre o reino vegetal, em que os nomes scientificos, em latim, eram acompanhados com os nomes vulgares, em portuguez.

A esse tempo todos os convivas haviam formado em volta do conversador erudito e discreto, elegante e convincente.

Toda gente expressava admiração por tamanha sabedoria e por tão grande arte em ministra-la.

Rodrigo Octavio era o mais prodigo em demonstrar sua a admiração. Aquilo era-lhe uma surpresa, uma agradavel surpresa. Sabia o confrade um homem de letras, mas ignorava que tambem fosse naturalista de vastos e profundos conhecimentos. Haveria — pensava — de lhe pedir que, mais tarde, com vagar, fizesse a classificação de todas as plantas de seu parque...

Quando Gomez Carrillo e os demais convidados se retiraram, Rodrigo Octavio abraçou e felicitou efusivamente a Alcides Maya pela esplendida lição de historia natural. Agradeceu-lhe tambem o conhecimento do nome da planta que despertara a curiosidade de Gomez Carrillo.

Alcides Maya, porém, não admitiu que o amigo permanecesse na ilusão de sua sapiencia. Confessou modestamente que pouco ou nada sabia de botanica. Fôra-lhe em socorro por ter ouvido a pergunta e por ter percebido que ele, Rodrigo Octavio, ignorava o nome da planta.

— Mas, então, aquele nome tão lindo “Regina Purpurea”...

— Pura invenção! Recurso a umas velhas lembranças de leituras no collegio... Nada mais...

O fato é que a planta que ainda adorna o parque da residencia do grande jurisconsulto recém-falecido, me foi apontada com o nome sonoro com que a batisou Alcides Maya. Nome que não consta da obra de Martius e nem do dicionario de Meira Penna, mas que ficou gravado no coração de Rodrigo Octavio e no meu proprio coração; nome que lembra o fulgor mais intenso de uma grande inteligencia.

Os dois episodios servem para ilustrar quem foi Alcides Maya, quer na sua feição boemia, meio faceta, e quer num rasgo do seu grandissimo talento verbal.

* * *

E' regra chorar os que morrêm, como é regra festejar os que nascem.

Devemos, porém, fugir a essa regra no caso da morte de Alcides Maya. Assim é que não o devemos chorar por se haver ido da nossa companhia, uma vez que a morte o livrou de padecimentos fisicos cruciais.

Pensemos, para não chora-lo, o que su'alma de esteta deve ter padecido com a decomposição inexoravel do proprio corpo.

Imaginemos o que haveria de sentir o Alcides Maya envelhecido, sofrendor, hospede permanente de um hospital onde todas as dores vivem, quando pensava no Alcides Maya moço, exuberando saude, visitante bem querido dos salões aristocraticos do Rio de Janeiro do começo do seculo.

Os amigos, os camaradas, os confrades da melhor quadra que vivera, já se haviam ido, um a um.

O Rio Grande do Sul, igualmente como o Brasil, como a América e o Mundo todo, se haviam transformado.

Os dois jornais que lhe serviram de tribuna publica, “A Federação” de Porto Alegre, e “O País” da Capital Federal, tambem haviam succumbido ante a onda das transformações radicais na sociedade.

Os politicos de seu tempo ureo — parlamentares uns, jornalistas outros, todos mais ou mneos intelectuais — tinham desaparecido no torvelinho da revolução que começada em 1922 atingiu seu maximo em 1937.

A propria Academia de Letras, onde entrara gloriosamente em 1913,

já não era a mesma, falando agora noutro estilo, escrevendo noutra ortografia, sustentando novas téseis, sendo regida por novos canones.

Até o seu idolo — o gaúcho — entrara em agonia: negado por uns, apostrofado por outros, exaltado por pouquíssimos. Da alma heroica das coxilhas dos estudos sérios, passou a ser o marginal nos romances de fancaria; de galhardo alargador dos nossos lindes, querem transformá-lo em reprobado seccionista; ao mais interessante personagem da história da América pretendem que haja sido simples contrabandistas de couros.

Para que, pois, subsistir aos proprios ideais, aos proprios sonhos, ás proprias creações, aos proprios parceiros, aos proprios amigos?

Com que finalidade demorar-se assistindo a transformação do proprio mundo, do mundo de que fôra parte, do mundo que o vira nascer, em o qual trabalhara e pelo qual se afanara?

Nós, da geração seguinte a dele, podemos pensar que a mudança é para melhor, visando dignificar a creatura humana; que não houve a morte do ideal, mas apenas a sua transformação.

Ele, porém, devia pensar de forma diversa: seu mundo é que seria o certo, o direito, o justo, o belo mundo.

Si não chegou a ser um intruso na sociedade que se formou depois de 1930, como aquele personagem celebre de um dos contos de Goethe, é porque teve energia para se manter afastado das competições, á margem da caudal, fóra do influxo das paixões que exacerbam os homens e que os agitam.

Si não chegou a ser um importuno, é porque teve a elegancia moral de não descer ao terteno onde todos se nivelam, onde as vaidades se entrechocam e os apetites se entre-devoram.

Não o lastimamos, pois. Respeitemo-lo de cabeça erguida.

Agradeçamos o que nos legou como obra d'arte (literatura) e como obra de ciencia (sociologia).

Prometamos tornar-nos severos guardiões do retrato que ele fez, em varias poses, do mais interessante tipo social formado na América. Hoje, esse retrato é interessante; amanhã, quando o gaúcho houver desaparecido totalmente, será interessantissimo.

O Vento Minuano

Cel. LUIZ CARLOS DE MORAES

Reina no conceito de parte do público rio-grandense, certa confusão quanto à direção e demais características do vento que nos ocupa. Uns descrevem-no como terrível devastador de tudo que encontra pela frente, como sócio de tempestades e de furacões; outros lhe atribuem qualidades inversas da que realmente lhe assinalam como um fenómeno salutar, tanto para o homem, como para os animais; e outros, ainda, o maldizem pela intensidade do frio que acarreta. Já o vi mesmo, ilustrando a capa de um livro, como se fôsse terrível vendaval, derrubando matas gigantescas, deixando atrás, a desolação e a miséria. Poucos são os autores de livros, ou os que rabiscam nos jornais, que a ele se referem com acêrto. É corrente a confusão com o Pampeiro que sopra do quadrante de S. O., em rajadas fortes, acompanhadas de chuvas e granizos, algumas vezes, e que, na nossa costa sul recebe o nome de Carpinteiro da Práia, pelos destroços que ocasiona nas embarcações.

O nosso Minuano, porém, não têm a fúria que lhe querem emprestar, apanágio do seu parente ou irmão Pampeiro. Vindo de O. chega-nos saturado do frio que rouba às geleiras eternas dos Andes, saneando com a sua pureza o ambiente rio-grandense. É, assim, o vento da saúde e da limpidez atmosférica, por que, atravessando uma vasta extensão terrestre, a partir dos Andes, não se satura de umidade, como o Pampeiro que, a nos atingir, tem cruzado boa parte do Atlântico, onde se dessedenta nos vapores aguosos do Oceano.

Já Cezimbra Jacques, o velho rapsodo das tradições do Rio Grande, assim se refere ao Minuano: "O vento Minuano, partindo dos Andes, toca nas plagas rio-grandenses, e, revolvendo a poeira das gerações passadas, retempera as gerações presentes". E ainda: "... o nosso céu é bellissimo, e, especialmente quando sopra o vento Minuano, torna-se uniformemente azul..." Vê-se, portanto, que o nosso Minuano não é o truculento devastador de casas, mas o semeador da saúde e retemperante das fibras morais da nossa gente.

Saint-Hilaire que perlustrou o nosso Estado, em 1820-1821, na sua "Viagem ao Rio Grande do Sul", em apontamento tomado a 15 de Junho de 1820, diz: "Hoje predomina o vento Oeste, e o frio não decresceu. Ao vento dêsse quadrante dão aquí o nomê de Minuano, e informam que êle não dura nunca menos de 3 a 4 dias". Na Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, edição de 1939, depõe Nicolao Dreys: "Tôdas as vezes que, no inverno, o vento se declara da parte do S., o frio he sensível; mais pungente he elle pelo vento de S. O. (Pampeiro), e ainda pelo Minuano, que he Oeste directo. Em quanto sopra êste último, o céu fica limpo, o sol claro, mas a atmosfera é picante, como no Norte da Europa n'um dia de bello gello". E, mais adiante: "Em quanto ao frio extraordinário que traz o vento Oeste, o phenomeno explica-se facilmente por circumstancias locais, pois que, nessa direção, as correntes aereas, antes de chegarem ao Rio Grande, tem passado pelas sumidades dos Andes, e carregado com os effluvios gélados das neves que os cobrem". Quanto ao Pampeiro, vento de S. O., diz ainda êsse illustre viajante: "Dão no paiz o nome de Carpinteiro da Costa, alludindo ao grande numero de embarcações que, impellidas por elle, tem ido despedaçar-se na praia".

Não bastando as opiniões dos illustres viajantes do começo do século passado, atrás citadas, em Maio de 1933, dirigí-me em carta ao nosso Instituto Coussirat de Araujo, estabelecimento que honra a cultura scientifica do Rio Grande, solicitando-lhe informações sôbre as características dos ventos Minuano e Pampeiro. O seu, então Diretor, Dr. Lelis Espartel, respondendo-me gentilmente a minha consulta, dirigiu-me a carta que tomo a liberdade de tornar conhecida, através dêste meu ligeiro estudo.

Penso que, agora, que de uma vez para sempre, fica perfeitamente elucidado o assunto que tem dado logar à confusão reinante entre nós, a respeito do Minuano e do Pampeiro, nossos frígidos companheiros das invernias. Ver-se-à, pela carta transcrita, que tudo ficou perfeitamente explicado, até mesmo a origem do nome Minuano. Ainda hoje, no município de Alegrete, encontramos a coxilha do Minuano, lembrando o nome da tribo que por lá errava, em tempos idos, e, atentando-se à carta do Estado, veremos que tal município nos demora a Oeste.

Anexo n.º 1

CARTA DO INSTITUTO COUSSIRAT ARAUJO

Pôrto Alegre, 13 de Maio de 1933.

Ilmo. Sr. Cel. Luiz Carlos de Moraes

N/C.

Em atenção ao vosso pedido de caraterísticos dos ventos **Minuano** e **Pampeiro**, que sopram, às vezes, em nosso Estado, cumpre-me informar-vos, de acôrdo com o estudo procedido a respeito em nossa secção de Climatologia, do seguinte:

O vento **Pampeiro**, como o próprio nome dá lugar a se entender, é um vento impetuoso que passa pela região dos pampas argentinos, provindo da região andina sul, tendo para nós riograndenses, geralmente, a direção de Sw (sudoeste) e é quasi sempre acompanhado de fortes perturbações atmosféricas e sensível quêda de temperatura. Assume êle a sua maior intensidade, nos meses de Inverno.

O vento **Minuano**, denominação usada no nosso Estado (que tem sua origem na dos índios Minuanos), é um vento que sopra nos meses de Inverno e ocasionalmente no fim do Outono e princípio da Primavera, em geral, com a direção W (oeste), após um período de mau tempo. Destingue-se êle por ser extraordinariamente frio e sêco, pela sua longa duração, intensidade e pela notável limpidez da atmosfera que ocasiona.

Finalmente, podemos acrescentar que o **Minuano** se origina do **Pampeiro** e é, portanto, sempre precedido dêste, senão no nosso Estado, fóra dêle. Não obstante, pôde ser notada a ocorrência de vento **Pampeiro**, sem que se lhe siga a do vento **Minuano**.

Ponho-me, também, ao vosso inteiro dispôr para quaisquer outros esclarecimentos que ainda julgardes necessários e aproveito o ensejo para reafirmar-vos os meus protestos de elevada consideração e apreço.

Lelis Espartel
Diretor

7 de Setembro

OTHELO ROSA

Estaquemos, um instante, no tumulto da hora presente: e ouçamos, aiada uma vez, no grande, evocativo silêncio da história, êsse "grito do Ipiranga" — esperança e compromisso de um povo...

Não nos limitemos, porém, a relembra'r o fáto nos seus aspéctos dramáticos e, em verdade, somenos: examinemô-lo, analizemô-lo, para nêlê haurir conselho, advertência e lição.

As comemorações cívicas nada representariam se nos ativessemos apenas a um culto vasio e rumoroso de exterioridades e aparências. Assim, elas chegariam a ser até um malefício, gerando frívolos orgulhos localistas, sem fundamentos e sem consistência; exacerbando vaidades coletivas; estimulando a criação, nos espíritos desprevenidos e desatentos, de critérios unilaterais e viciosos, a comprometer e quebrar a linha de ponderação e de equilíbrio em que devem viver e subsistir os póvos, no imenso panorama do mundo, forjando e construindo, nos alicerces indestrutíveis das próprias glórias e dos próprios sacrifícios; à inspiração das grandezas do passado de cada um; dos esforços e das renúncias dos antepassados; à sombra prodigiosa e eterna das suas tradições, um nacionalismo fecundo, esclarecido, consciente, raciocinado e superior, em que a alma nutrir e o espírito sagrado das nacionalidades se expandam e se afirmem nessa força moral, incoercível e perêne, que assenta nos ideais luminosos e salvadores da liberdade, da justiça, da compreensão e da solidariedade humanas.

O nacionalismo, — e ninguém, creio eu, póde dele falar com mais autoridade e mais isenção do que nós, os que estudamos e escrevemos história, enamorados da beleza da terra e, sobretudo, dos atributos cívicos, morais e intelectuais da gente soberba e forte que, na terra linda, e farta, e rica, sonhou, delineou, cimentou e construiu uma nacionalidade poderosa e honrada; — o nacionalismo, no seu verdadeiro sentido, não é uma exclusão; não é, não póde ser, uma força centrífuga, que tendendo ao isolamento, tenderia fatal e necessariamente à hostilidade e à agressão. Por paradoxal que pareça a afirmativa, o nacionalismo é uma força de integração em outras forças iguais, numa vocação irresistível de harmonia e de compensação. Força que se iguala, sem o propósito de se

exceder; fôrça que se encouraça e que se afirma, sem o animo de destruir ou aniquilar; fôrça que se orgulha do seu próprio poder, sem ciumes do poder alheio; fôrça que se revê, com justificado desvanecimento, nos elementos de glória que a estruturam e compõem, sem inveja e sem zêlo pela glória estranha; fôrça que não agride, porque não teme, pois é pela própria consciência do seu valor que ela méde, louva e respeita os valores semelhantes. Fôrça que é de um povo, para ser a componente imprescindível e preciosa das fôrças universais; fôrça que é a substância de uma nacionalidade, para ser um dos fundamentos de uma nóbre e próba convivência humana.

A comemoração cívica visa manter, acêsa nas almas, a chãma do amor à Pátria, a êsse patrimônio formidável e santo de lutas, de aspirações, de sofrimentos, de sonhos, de triunfos, de derrotas, de glórias, de erros, de esforços e de trabalho, que marca e que assinala a ascensão, aqui, facil e amena, ali, dolorosa e emocionante, de um povo em marcha para a realização de seu destino. Não deve ser, portanto, apenas uma festa: deve revestir-se das prerrogativas de um ensinamento. A história não é uma simples recreação espiritual: a história deve ser uma advertência. Na história não devemos procurar sómente motivo de glória para o nosso orgulho: devemos procurar sementes de verdade para com elas formar uma consciência cívica. Amam a nossa Pátria, como ela realmente foi, como ela realmente é; e dentro dêsse amor, imperecível e sereno, no esforço conjugado do nosso pensamento e do nosso braço, construir a Pátria de amanhã, modelada no bronze da grandeza material, no ouro da elevação moral, no mármore da beleza espiritual.

Que foi a nossa independência?

O gesto magnanimo de um príncipe, nas margens do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, outorgando a um povo a sua emancipação política?

Não. A conquista, feita entre o suor e o sangue, o sofrimento e a tortura, da liberdade de um povo, que era digno dela, pois que por ela já aprendera a morrer.

Lembra um historiador que o 7 de setembro tem o valor de um simbolo: é o gesto dramático que torna conhecida e popular uma ação, que se realizara antes. Devemos, decerto, cultuar a data e o fato: a história não prescinde de symbolos. Nem o simbolo é uma deturpação da verdade: é apenas a roupagem do fato, para mais rapidamente chegar à imaginação, e a ela incorporar-se. O que não devemos é incidir na censura de Meinecke de "não saber destacar, sobre a obra acessória das causas particulares, as causas gerais dominantes".

Fixemos, de relance, algumas datas e fatos.

A independência do Brasil não estará, porventura, amanhecendo naquela carta régia de 28 de Janeiro de 1808, que abriu os portos do

país ao comércio direto com as demais nações? E' João VI que a assina: mas quem a inspira, quem a redige, quem a crêa, enfim, é José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú, um brasileiro...

Não estará a independência na resolução do príncipe D. Pedro, de 9 de Janeiro de 1822, de ficar no Brasil, desobedecendo às ordens das Côrtes de Lisboa? E o "fíco" é José Bonifácio, um brasileiro, redator da representação dos paulistas, a que se uniram os mineiros e fluminenses, estes pela palavra inflamada e corajosa de Frei Sampaio, que não vacillara em escrever esta sentença ameaçadora: "A partida de S. A. seria o decreto que teria de sancionar a independência do Brasil..."

E quem não a verá no decreto de 1.º de Junho de 1822, convocando os procuradores da Província, ato que já é de soberania? E o decreto de 1.º de Junho é ainda José Bonifácio...

Na proclamação de 1.º de Agôsto de 1822, a linguagem é expressiva e indubitosa. D. Pedro declara-se, nêsse diploma imortal da nossa história, o defensor da independência das Províncias. E a proclamação de 1.º de Agôsto é Gonçalves Ledo, "agitador que recorda um girondino desgarrado em nossa terra", na frase de Euclides da Cunha.

Não compreendo a independência do Brasil sem a evocação dessas figuras — expressões magnificas e varonis dos anseios da nacionalidade, de que foram os construtores. E, com êles, muitos outros. Os jornalistas fulgurantes da época, os pioneiros egregios da reação nativista, como Hipólito da Costa, Gonçalves Ledo, Januario da Cunha Barbosa, frei Sampaio; os heróis anônimos que, desde o regime colonial, sonharam com a liberdade da terra, e por ela se sacrificaram; os mártires, por exemplo, de 1789, de 1798, de 1817.

Foram êles, em verdade, os creadores da nossa independência. Ludibriados, depois, nos seus direitos e nas suas legítimas aspirações, pelo tratado em que Portugal reconheceu a nossa independência, de 29 de Agôsto de 1825, — como se ela não fôra um fato consumado e irrecorrível, — impondo ao Brasil o onus do pagamento de dois milhões de libras esterlinas, que Portugal pedira de empréstimo à Inglaterra para nos combater, e assegurando a João VI, enquanto vivesse, o título pomposo e vazio de "Imperador do Brasil", os patriotas brasileiros saberiam desforrar-se em 7 de Abril de 1831.

E prosseguiriam, impavidos e tranquilos, na sua obra construtiva: a nossa emancipação econômica teria início com o decreto de 9 de Novembro de 1844, que declarou caduco o nosso tratado com a Inglaterra sobre tarifas.

Reivindicando para os brasileiros a glória de fautores máximos, quasi exclusivos, da nossa independência, não viso destruir, nem amesquinhar, a figura de Pedro I. Ele tem um lugar na nossa história. Foi um instrumento admirável de que os dirigentes brasileiros souberam aproveitar-se, com inteligência e argúcia, no sentido de contornar dificuldades que a situação política e social do país apresentara. Fazer d'êlle, porém, a figura primacial do acontecimento culminante da nossa

evolução é que não me parece procedente nem justo. Foi um condensador de opiniões, um centro de convergência. Na distinção de um autor de obra recente, êle não poderá nunca, no tocante à nossa independência, ser um herói "creador" de acontecimentos; foi um herói que "realizou" acontecimentos preexistentes, contra os quais siquer poderia opôr-se.

Não conheço, sobre a atitude de Pedro I, juízo mais claro, e mais autorizado, do que o de Metternich, o astuto diplomata europeu, em uma "Memoria" de que Oliveira Lima transcreve trechos, entre os quais este que vou lêr:

"A separação do Brasil uma vez conduzida e decidida pela força das coisas e pelos crimes da facção dominante em Lisboa, o Príncipe Real, constituído Regente do Brasil por seu pai, não tinha mais a fazer senão optar entre dois extremos desagradáveis. Reconhecendo a Independência do Brasil, êle contribuía, de sua parte, para um acontecimento sempre deplorável para sua antiga pátria, e mais ou menos perigoso, para os direitos hereditários de sua casa. Mas recusando-se a reconhecê-la, era evidentemente forçado a regressar à Europa. E, nêsse caso, o Brasil, sem estar menos perdido para a metrópole, estava-o ainda e para sempre para a família de Bragança. Assinando o ato da Independência do Brasil, o príncipe não fez pois senão escolher o menor de dois males, entre os quais estava colocado..."

Eu não poderia encontrar, para a sustentação da minha têsse, opinião mais insuspeita.

Que fizemos do patrimônio que nos legaram, empós esforço titânico, os homens da independência? Malbaratamô-lo, como filhos imprevidentes? Ou consermamô-lo, e enriquecemô-lo, como sucessores honrados? A emancipação política, que êles conquistaram, cumpriram as gerações seguintes o dever de incorporar os complementos essenciaes à idéia de uma verdadeira liberdade, como a emancipação espiritual e a econômica?

Alberto Torres escreveu uma verdade inconcussa quando afirmou:

"O nosso problema vital é o problema da nossa organização: e a primeira coragem de que nos cumpre dar provas, é a da longa, masculina e paciente tenacidade para empreender e sustentar, com vigor e inteligência, o esforço multiplo e vagaroso da construção da nossa sociedade. E' uma obra de arquitetura política, mas de uma arquitetura destinada a edificar um colossal e singular edificio que deve viver, mover-se, crescer e progredir — a que incumbe à nossa geração".

Não se veja aí, na citação dessas palavras, presagas à primeira vista, em que se fala em organização de um país 123 anos depois de sua independência, uma desoladora afirmação de desanimo ou descrença.

O próprio Alberto Torres filia êsses conceitos, de indubitosa proce-gência, a um sentimento claro e forte de otimismo,

“o otimismo firmado na confiança e na esperança, que começa por apurar a verdade, para cumprir o dever de agir, não se contentando com se forrar, alimentando e propagando ilusões, da obrigação de advertir, de emendar, de melhorar”.

E conclue serenamente, quasi triunfalmente, com uma asserção consoladora e grata:

— E o povo brasileiro — é a minha inteira e viva convicção — é capaz deste esforço”.

No transcurso de mais um aniversário da nossa independência, olhe-mos tranquilamente, sem vãos temores, sem falsos entusiasmos, as condições sociais e políticas do Brasil e investiguemos e fixemos as flutuações e incidências da vida nacional através do tempo. Façamos, com probidade, o inventário do passado, o exame do presente, para prever o futuro; e dessa análise tiremos a lição — lição e exemplo que sirvam à grandeza da nacionalidade. A existência de um puro não se mede por carreiras comuns: um século constitui o ciclo de uma mocidade, despreocupada e inexperiente. E nêsse século, e pouco mais, da nossa vida independente e responsável, é fôrça convir que creamos alguma coisa de útil, que nos aformamos como uma verdadeira Nação, e que, se alguma vez omitimos os preceitos da prudência e da previsão, não desgarramos jamais dos ditâmes da honra, nem esquecemos os imperativos da nossa dignidade cívica.

Como entidade internacional, pago o nosso tributo, no cenário do Prata, aos interesses e ambições dinásticas — herança próxima e, de momento, irrecorível, — convivemos com nobreza e altivez com as outras Nações do mundo e, nos concílios universais, a nossa voz teve sempre os acentos da justiça e do direito, ressoando, não raro, com singular relevo, como expressão alta e severa dos grandes princípios da igualdade e da fraternidade humanas, e das idéias mais adiantadas e liberais, como a arbitragem e a renúncia ao odioso direito de conquista que o Brasil banii, primeiro entre todos os povos, de seu estatuto fundamental.

Na nossa estrutura social, mantivemos as tradições de uma família moldada em boas usanças, de sã moralidade, que vai resistindo ainda, — afóra a faixa litorânea em que mais se acentuam as consequências de um cosmopolitismo desordenado e heterogeneo, — à influência dissolvente de tendências exageradas e destruidoras; família que persevera, em linha geral, em um profundo, sereno espírito de religiosidade. O problema, no

momento, oferece aspectos menos tranquilizadores, talvez; mas nada autoriza a conclusão de que seja impossível uma necessária retificação de diretrizes, eliminados os motivos conhecidos e claros de uma certa perturbação moral.

No ponto de vista material, é evidente o nosso progresso. O nosso potencial econômico constitui uma verdadeira força. O aumento da nossa produção; o surto das nossas indústrias; os nossos modernos processos de trabalho, o desdobramento, enfim, das nossas riquezas, asseguraram ao Brasil um papel de relevo e significação, de que já não pôde prescindir o próprio jogo das forças econômicas mundiais.

Sem vão orgulho, podemos aludir a uma rica literatura, científica ou de ficção; a uma arte nacional; a variadas manifestações da nossa inteligência da nossa cultura, que aí estão comprovando as possibilidades mentais da raça.

E' na orbita política que a nossa existência coletiva se tem desdobrado em condições inferiores de harmonia, de coordenação, de justeza. O erro inicial, praticado em seguida ao 7 de setembro, tem avançado conosco pelo tempo afora com as suas inevitáveis consequências. Mesmo aí, porém, a firmeza de idéias, a coragem das reivindicações, se eclipsadas, às vezes, no povo brasileiro, estão documentadas em episódios salientes da nossa história, como o 7 de abril, a abolição e a República. E a manutenção da unidade nacional vale ainda como prova eloquente de uma comunhão de vontade e de pensamento, e de uma clara consciência dos nossos destinos.

Tivemos erros? Decerto, e fartos. Escondê-los, seria negar a evidência. Mas a verdade é que eles não constituem o decreto da nossa incapacidade. No passado, encontramos lições de experiência, muita vez dolorosas; é mister que nelas nos inspiremos, adaptando a nossa conduta aos seus exemplos frizantes, aos ensinamentos do bom senso, às normas invioláveis de um patriotismo esclarecido, que nos leve a atenuar as asperezas do individualismo dissolvente e malsão, a ele superpondo o interesse nacional.

Resta-nos, sobretudo, concluir a obra da nossa emancipação econômica. Fugir às tutelas financeiras. Do que carecemos, portanto, é de trabalho, de ação, de convergência de esforços.

Excluindo dos nossos espíritos as demasias de um liberalismo vazio, que se consome em apostrofes e se derrama em palavras, orientemo-nos de preferência no sentido construtor imposto pelas condições de uma sociedade em formação; visionando, limpidamente, os grandes, verdadeiros problemas nacionais, difundindo e metodizando a educação, — uma educação orgânica e séria, em que a preocupação frívola de aparatos científicos e literários seja substituída por um fundo de ordem e de sistema, capaz de preparar as novas gerações para o desempenho de uma útil e fecunda tarefa; ampliando os meios de transporte, de modo a garantir uma verdadeira circulação das nossas riquezas; preparando técnicos que transformem as faladas "riquezas naturais" do Brasil em uma

fonte de produção, e garantam às nossas indústrias autonomia e liberdade de movimentos; trazendo ao nosso convívio o patricio heróico do sertão e da campanha, dando-lhe, com a higiene e o ensino, a consciência do seu valor e do seu dever; conservemos viva, a paz da noção do nosso direito de cidadãos, a noção exata e alta da nossa responsabilidade de brasileiros; zelando pela integridade das instituições políticas, salvaguardando o patrimônio maior de um povo, que é a liberdade; vivendo dentro da paz, da concórdia, relegando de nós os excessos dos autoritarismos e das violências; trabalhando, sobretudo, e imprimindo à nossa existência coletiva um caráter de seriedade, de reflexão, de equilíbrio, havemos de ser fortes e honrados, dignos dessa terra maravilhosa do Brasil.

Com o nosso braço, com o nosso pensamento, com o nosso coração, crêmos o nosso destino e o nosso futuro; e provemos soberbamente que somos, como o previu Alberto Torres, capazes desse esforço patriótico e redentor.

“A Eucaristia e o Sentimento Religioso no Velho Rio Pardo”

Dr. Eduardo Duarte

De grande significação é, certamente, a festa que nestes dias memoráveis está levando a efeito esta tão simpática quão histórica localidade, berço abençoado de grandes figuras do cenário político-social da terra continentina.

Ao mesmo tempo que ao seu amado pastor presta tão justas homenagens pelo seu incessante e proficuo labor assinalado em largos vinte e cinco anos de paroquiato local, um Congresso Eucarístico vai se desdobrando em variados números de bem elaborado programa.

E' bem verdade que esta festa não tem o esplendor dos grandes Congressos Eucarísticos ultimamente realizados em nossa pátria, mas é também verdade que, como aquêles, tem êste igualmente grande significação — e os seus frutos não se farão esperar com o florescimento sempre e cada vez maior dos sentimentos religiosos do povo rio-pardense.

E' um ramalhete espiritual, uma corôa de louros ao seu bem amado vigário pela grande obra aqui realizada e que há muito lhe conquistou a benemerência do povo e as benções de Deus Nosso Senhor.

E para tomar parte nesta parada de fé, teve a digna comissão promotora a amabilidade de solicitar o meu concurso, conseguindo que eu deixasse o recanto em que vivo, no silencio do meu gabinete de trabalho, para vir até cá, — apenas uma figura a mais...

Entretanto, *malgré tout*, devia vir. A homenagem ao venerando sacerdote se impunha ao meu coração de crente; o convite da ilustre comissão era para mim uma ordem. Quero, porém, tornar público uma outra razão que considero poderosa. Estudioso das cousas do passado da nossa terra, tendo vivido a melhor parte da minha existência garimpando velhos arquivos à procura de subsidios que façam luz sôbre o capítulo que assinala os primeiros dias da existencia do nosso Rio Grande, aqui versarei o que deles consta sôbre o sentimento religioso do povo desta terra em tempos que se perdem nas brumas de um passado distante.

E' que, sob meus olhos cheios de curiosidade, muita cousa tem passado sôbre a lendária Rio Pardo dos tempos heróicos que lembram as

cavalcadas e entrevéros dos Pinto Bandeira, Pereira Pinto, Patricio José, João de Deus, Borges do Canto e quantos outros — vidas que enchem aurifulgentes páginas da história da vossa, da nossa linda Rio Pardo.

Vim, pois, para associar-me a esta festa, para passar convosco alguns dias, relembando fatos dantanho, cultuando a memória dos nos-

sos maiores, aspirando o arôma das vossas flôres, sentindo o afago do perpassar da vossa brisa, ouvindo o ondular das águas dos vossos rios — rios que correm às vezes mansos e pacíficos como a vossa alma de cristãos, outras vezes estonteante, raivoso, incontido, com rugidos de leão, como os homens do nosso passado quando os lindes meridionais eram invadidos pelo secular inimigo.

Lembrar, finalmente, — estamos vencendo dias de recolhimento religioso, as festas que aqui eram celebradas em tempos idos — e como era edificante o sentimento religioso deste povo, sobretudo no culto externo, feito às claras, firme e respeitoso, sem êsse maldito respeito humano dos dias que correm.

—o—

Rio Pardo foi, por largo tempo de nossa existência política, séde da autoridade que, vigilante, guardava a nossa fronteira com os domínios de Castela, no Prata. Centro militar de vasta projeção e grandes responsabilidades na integridade do território da nacionalidade que um dia desabrocharia na América Meridional, a fronteira de Rio Pardo teve à testa do seu comando, em 1780, a varonil figura de Patricio José Corrêa da Camara, tronco vetusto de tradicional estirpe, o soldado mais completo nos tempos dantanho.

A êle devemos, — e essa glória jámais lhe será negada, a incorporação ao domínio português, dessa formosa porção de terras que constituia o vasto território da província de Missões, hoje florescentes municípios, resplendentes cidades da terra rio-grandense.

Era inteiriço o caráter de Patricio José: um homem a quem o Rio Grande ainda não prestou a devida homenagem e cuja memória por tantos títulos gloriosa deverá um dia ser celebrada em bronze, numa das praças desta cidade. E' uma dívida a resgatar, reparadora justiça ao herói de passadas lutas empenhads na formação da pátria, na intangibilidade de nossas fronteiras, na integridade do patrio território.

Encontramo-lo em seu posto de honra, comandante da fronteira de Rio Pardo, desde o ano já citado de 1780, até o final de sua gloriosa existência, aos noventa anos de idade, quando seus olhos se cerraram à luz da vida, passando o extraordinário homem ao mundo de além. Seus grandes feitos chegam, porém, até nós, na justiça da história, edificantes exemplos a imitar pelas gerações que se lhe sucederam.

Na farta documentação que temos compulsado, notável se torna

como êle celebrava as suas vitórias; voltava os olhos para o alto, elevava o seu coração, *sursum corda*, e ao céu agradecia as benções com que o cumulava o Altíssimo.

Quando retornava, sempre glorioso, de nova campanha, seu primeiro ato era determinar a festividade religiosa em ação de graças — e com que entusiasmo nos falam velhos papéis dos **Te-Deum Laudamus** celebrados na matriz desta localidade, nos quais não faltavam o Senado da Câmara, homens de pról, autoridades, irmandades, representações, povo, enfim, que em preces fervorosas rendiam graças ao Senhor pela nova vitória alcançada. Era edificante.

—o—

O espírito religioso nesta tradicional cidade foi, em tempos que se perdem num longínquo passado, decididamente modelar, para o que muito influíu o sentimento fundamentalmente cristão dos homens que a governaram, dos que constituíam a nobreza social.

Patrício José Corrêa da Camara — insisto em citar esta figura tão intimamente ligada à história local, sabia dar o bom exemplo não só em todos os atos do seu austero viver como, de modo especial, na prática da religião, que sabia também exigir dos seus comandados.

Nas fôlhas de serviço e conduta dos oficiais da força do seu comando, o heróico Regimento de Dragões, encontramos frequentemente, na coluna das observações, como recomendação feita ao govêrno, a informação do cumprimento dos deveres impostos à sua gente na prática da religião.

“Cumpre com os seus deveres de católico; é fervoroso cristão: faz anualmente a sua desobriga pasqual, “são informes que jámais faltam nas referidas fôlhas.

Notável, sobretudo, era a celebração anual da Procissão Eucarística, quando Jesus-Hóstia, saindo à rua, recebia da população o preito de reverente homenagem, consciente submissão e conformação com os altos designios da Divina Providência.

Era um grande dia; arcos triunfais, galhardetes, bandeiras, fôlhas e flôres despetaladas pelas ruas onde devia passar o Santíssimo; janelas ostentando sedas e damascos, riquíssimos alguns, — ou simples colchas brancas, recamadas de crivos, atestando a habilidade de mãos patricias. Primavam, assim, todos os habitantes, em manifestar de forma exterior o intimo religioso do seu sentir.

Aproxima-se a hora da grande procissão: os sinos repicam, soam cornetas, rufam tambores, as salvas do estilo anunciam à distância que o Divino Prisioneiro deixou o seu tabernáculo e percorre as ruas da cidade.

Abre o prestito o guião da Irmandade do Santíssimo Sacramento, enorme bandeira escarlate, damasco do mais fino, franjada de ouro, tendo ao centro primorosamente bordada uma custódia. Quatro irmãos

também revestidos da côr que distingue a Irmandade, seguram os cordões que escudam o pesado guião. Dois outros irmãos empunham tochas fazendo guarda ao sagrado estandarte. Clarins de dragões enchem os ares com seus sons estridentes.

Irmandades que ainda hoje subsistem guardando a tradição, através de sucessivas gerações, jámais faltavam no longo préstito. N. S. do Rosário com elevado número de irmãos, ópas brancas orladas de azul, todos empunhando tochas e, ao centro, grave e solene, o provedor, tendo à dextra o bastão de prata lavrada, distintivo de mando.

Senhor dos Passos, São Francisco Xavier, duas poderosas forças religiosas, com seu patrono já entronisado em séde própria, duas capelas que ainda hoje aí estão a atestar o sentimento religioso do povo dantânho; não faltavam, igualmente, os homens de côr, fôrros ou libertos, na humildade de sua posição social, filhos também de Jesus, com o espirito voltado para o céu, entoando préces a São Benedito, seu protetor e intercessor junto ao trôno celeste.

De espaço a espaço o sanjinhos, mãos postas, azas artísticas abertas ao ciciar da aragem, vão desfilando, enquanto que outras galantes crianças evocam santos que vivem no seio do Senhor: Santo Antônio, São Francisco, o **Poverelo**, São João, São Pedro, Santa Cecilia, Santa Rita de Cassia, Senhora do Carmo — e longo é o desfile e quanto evocação e quanta préce naqueles momentos vão ter à ara santa do Senhor!

Em seguida a parte mais solene da grande parada de fé: a Irmandade do Santíssimo precedendo o pátio — peça esta finíssima do mais rico damasco, todo franjado a ouro, bordado por mãos piedosas de irmãs carmelitas entre os muros de um covento da ordem no velho Portugal.

A Irmandade do Santíssimo era, em tempos remotos, constituída pelos elementos de maior representação social e, nas procissões eucarísticas, a ela tocava a organização e articulação do préstito.

Precedia a cruz de prata, obra de alto valor artístico, mangas de seda finíssima, lampêjos de ouro, ladeado por dois irmãos empunhando tochas; o provedor, homem de prôl, levava à dextra o seu bastão, peça finíssima, distintivo de sua autoridade de chefe.

Anjos conduziam custosas bandejas de prata e iam espargindo flôres pelo caminho, precedendo o pátio. Sob êste o vigário, alva de linho bordada a crivo, estóla, riquíssima capa de asperge, vêu ao ômbros, segurava a custódia em que ia o Santíssimo Sacramento. Ladeando-o, os vigários de Encruzilhada, a velha freguezia, e São João da Cachoeira, esta logo depois, em 1819, elevada à dignidade de vila, ambos ostentando os melhores paramentos de suas paróquias.

O sacristão agita o turíbulo e nuvens de incenso levam até a ára santa do Senhor as orações que, à baixa voz, vai recitando aquela multidão de fiéis.

Atrás do pátio as mais altas autoridades, graudadas figuras da épo-

ca, o comandante da fronteira, o juiz de paz, funcionários da Provedoria Real, o capitão-mór, milicianos agaloados, os oficiais do Regimento de Dragões ostentando os seus ricos uniformes azul-ouro, botas de polimento, banda escarlata, à mãos luzidios capacetes, o Senado da Câmara, homens de pról, tudo, enfim, que de mais seletto havia no meio social.

Por último a banda do Regimento, em festivas marchas, fechava a grande procissão.

E' preciso compulsar esses amarelecidos papeis que chegam até nós envoltos em nuvens de poeira e decifrá-los com beneditina paciência, para se ter uma idéia aproximada do que era uma Procissão Eucarística naqueles tempos, quando Jesus-Hóstia saia à rua, triunfalmente, e sob arcos, os mais variados, as ruas alcatifadas de flôres e folhagens, canticos religiosos enchendo o espaço, os sinos repicando e o reboar dos morteiros, uma inteira população, enfim que nesse dia tinha um só pensar, uma única preocupação: o seu culto religioso, a sua vassalagem ao Senhor Sacramentado!

E de tudo isso, como um exemplo a imitar nos dias que correm, releva notar o edificante espírito de devoção com que todos acompanhavam o Senhor, o silêncio, o recolhimento, a externa contrição guardada em todo o trajeto. Braços cruzados, cabeça baixa, nem risos nem palavras inúteis, pois que a boca só se abria para a oração e os cânticos sagrados. Que belos exemplos nos legaram os nossos antepassados, as gerações que fizeram o nosso Rio Grande, que nos transmitiram tudo isso que a mão dadivosa da Providência lhes deu, veio até nós e que devemos legar intacto aqueles que nos sucederem.

Tenhamos esse propósito, ponhamo-lo em prática, cultuemos a memória dos nossos maiores, elevando o nosso espírito na mais pura contrição religiosa — essa contrição tão edificante que elles sabiam ter, e o meigo Jesus da Judéa estenderá até nós o manto de sua misericórdia, bondade, doçura, meiguice e perdão para as nossas fraquezas.

E será êsse o nosso pensamento, o sentir de todos nós quando amanhã, ao fechar este Congresso, na comunhão coletiva no interior de vossa matriz, dêsse formoso templo, legado de pessadas gerações, ajoelhar-mos para receber das mãos ungidas do sacerdote a sagrada Eucaristia, o "pão vivo que desce do céu" e nos fortalece para a vida eterna.

—o—

E agora, Jesus-Hóstia, que chegamos a termo desta tarefa que nos foi imposta, quero a Ti dirigir minhas últimas palavras, preito sincero de quem vai dando os derradeiros passos no caminho da vida objetiva, e que, confiante no Teu perdão, espera encontra-Te um dia na felicidade da verdadeira vida — a vida eterna.

Sim, porque Tu és a felicidade suprema das almas cristãs, perfumada flôr que sempre se volta para o sol que desponta no horizonte,

viatico de amor, de paz e de perdão, manancial perene de graças, vida de milhões de vidas, alma de milhões de almas, alegria de todos os corações e que só em Ti se sublimam, Hóstia-Divina, os ideais de pureza, perfeição e formosura.

Um dia, séculos têm perpassado, com Pedro Alvares Cabral, chegaste á brasileira terra para que, nas selvas e planícies, nos vales e nas tabas e depois nas aldeias, vilas e cidades, resplendecesse a Tua redentora luz, Hóstia-Divina.

Ao Teu influxo benéfico e construtor o Brasil se fez grande e feliz; edificaste a escola, o asilo, o hospital e contigo os lares se tornaram abençoados e afortunadamente prósperos.

Onde Tu não estás, Hóstia-Divina, tudo é cáos, trévas, escuridão, e a pior de todas as noites — a noite eterna.

Onde brilha e refulge Teu sol nunca anoitetece, porque a Tua luz não dá lugar à treva, escuridão, sombra.

Para que Te conhecessem no resplendor dos Teus raios solares, quantas dores e sacrifícios foram precisos, Hóstia-Divina, e quantos ministros do Senhor caíram aos golpes impiedosos dos infiéis.

Aos filhos de Inácio de Loyola coube os maiores sofrimentos, martírios e sacrifícios, a vida enfim, para que Te conhecesse e Te amasse o selvagem bruto da floresta virgem.

E o nosso povo, a nossa gente, a nossa vida social, que seria, Hóstia-Divina, sem o Teu amparo onipotente?

Dás forças, animas, encorajas, vitalizas para a terra e para o céu os que Te guardam no santuário do seu coração e Te amam com as veras do seu sentir.

E's a bussola infalível dos que atravessam este vale de lagrimas, de tropeços e dificuldades, quantas vezes gemendo e chorando, certos porém de que no fim do seu desterro, são e salvos os levarás, Hóstia-Divina, ao pôrto da segurança.

Nenhum dos que Te recebem com humildade e fé pode ser vítima das ciladas do espirito tentador: Jesus os vem assistir na hora extrema e protegê-los quando a alma se libertar do cárcere material.

Foste e has de ser por séculos em fóra, Hóstia-Divina, enquanto a terra não fôr um mundo morto, a escada de Jacó por onde ascenderemos ao céu.

Anjos e arcanjos, querubins e serafins, martires e confessores e santos, profetas, beatos e virgens, cânticos de louvor e adoração elevam, Hóstia-Divina, nas harpas celestiais Tua excelsa grandeza.

E no cimo do Corcovado, abrindo os braços misericordiosamente grandes à humanidade que redimiu com seu sangue, na estatua grandiosa de Cristo-Rei, abençôas e proteges o Brasil, Hóstia-Divina.

Bendita sejas! Bendita sejas!

(*) Estudo versado no Congresso Paroquial de Rio Pardo.

A Galeria dos Comandantes do Salão de Honra do Quartel General da 3.^a Região Militar (*)

Major ANTONIO DA ROCHA ALMEIDA

A galeria, ainda em organização, porque uma obra baseada na História nunca está definitivamente terminada, tem seu início com o comando do Capitão General da Capitania de São Pedro Brigadeiro Dom DIOGO DE SOUZA, Conde do Rio Pardo.

Muitas vezes temos ouvido que a galeria devia começar com o Brigadeiro JOSÉ DA SILVA PAES, que aportou às praias do continente de São Pedro em 19 de Fevereiro de 1737, iniciando desde logo o traçado da fortificação de Jesus, Maria e José e lançando os fundamentos de nova povoação, que foi residência de governadores, senado da câmara, provedoria da fazenda real e, por consequência, capital até 24 de Abril de 1763, quando houve a invasão das tropas espanholas.

Seguiram-se-lhe o Mestre de Campo ANDRÉ RIBEIRO COUTINHO, o Coronel de Dragões DIOGO OSÓRIO CARDOSO, o Tenente Coronel PASCOAL DE AZEVEDO, o Brigadeiro INÁCIO ELÓI DE MADUREIRA, o Tenente Coronel LUIZ MANOEL DA SILVA PAES, o Tenente Coronel JOSÉ CUSTÓDIO DE SÁ E FARIA, o Coronel MANOEL JORGE GOMES DE SEPÚLVEDA, o Tenente Coronel ANTONIO DA VEIGA DE ANDRADE, o Brigadeiro SEBASTIAO XAVIER DA VEIGA CABRAL DA CÂMARA, o Coronel RAFAEL PINTO BANDEIRA, o Coronel JOAQUIM JOSÉ RIBEIRO DA COSTA, o Brigadeiro FRANCISCO JOÃO ROSCIO e o Chefe de Esquadra PAULO JOSÉ DA SILVA GAMA.

No término da gestão desse último Governador, foi que o Brigadeiro D. DIOGO DE SOUZA tomou posse na Casa da Câmara da vila de Porto Alegre, do cargo de primeiro Governador e Capitão General da Capitania de São Pedro, apresentando carta-patente datada em Lisboa, de 19 de Setembro de 1807. O respetivo termo de posse transcrito do

(*) Memória justificativa da organização de uma galeria dos comandantes da actual 3.^a Região Militar (Rio Grande do Sul). A essa coleção iconográfica sómente estão a faltar três retratos, para a obtenção dos quais espera o autor merecer a cooperação dos leitores: Brigadeiro Massena Rosado (n.º 8); Ten. Gal. Chagas Santos (n.º 15); e Mal. de Campo Elzeário (n.º 16).

livro existente no Conselho Municipal de Pôrto Alegre, tem o seguinte teor:

“Auto de posse que toma o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Conselheiro Dom Diogo de Souza, de primeiro Capitão General e Governador desta Capitania de São Pedro.

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e nove aos nove dias do mês de Outubro do dito ano, nesta Vila de Porto Alegre, Capitania de São Pedro, na Casa da Camara, presentes o Desembargador Ouvidor da Comarca, pela Lei, Juiz e Officiais da mesma Camara, com a Nobreza e Povo e o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Paulo José da Silva Gama, Vice-Almirante e Governador desta Capitania, com o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Conselheiro Dom Diogo de Souza, por este foi apresentada a sua carta-patente datada em Lisboa e dezenove de Setembro de mil oitocentos e sete, pela qual Sua Alteza Real foi servido nomeá-lo primeiro Governador e Capitão-General desta Capitania de São Pedro, que foi por mim, Escrivão da Câmara, lida neste Acto e adiante vai registrada, por virtude da qual e da Carta Régia de participação da mesma data dirigida a esta Câmara e sobredito Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Vice-Almirante Governador Paulo José da Silva Gama deu posse deste Governo ao dito Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Conselheiro Dom Diogo de Souza a quem esta Câmara, Nobreza e Povo reconhecerão por seu Governador e Capitão General desta Capitania de São Pedro; conforme Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor manda. Do que, para constar, se lavrou o presente Auto, que assinarão os ditos Ilustrissimos e Excelentissimos Senhores, com a Câmara e Nobreza. Eu Tomaz Francisco Flores, Escrivão da Câmara, o escrevi.”

Dom DIOGO, cujo comando e administração civil foram dos mais dignos e proveitosos, sustentou, com bravura, as campanhas de 1811 e 1812, como Comandante em Chefe do Exército Pacificador da Banda Oriental. Exerceu a elevada função até 13 de Novembro de 1814, data em que já era Tenente General Graduado.

Nesse dia tomou posse seu sucessor Marechal de Campo Dom LUIZ TELES DA SILVA CAMINHA E MENEZES, 5.º Marquês de Alegrete, que dirigiu, como Comandante em Chefe a Campanha de 1816, ganhando, em 4 de Janeiro de 1817, a batalha de Catalão. O termo de sua posse está assim redigido:

“Auto de posse do Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquês de Alegrete de Governador e Capitão — General desta Capitania.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quatorze anos, aos treze dias do mês de Novembro do dito ano, nesta Vila de Porto Alegre, Capital da Capitania de São Pedro do Sul, deste Estado do Brasil, nas Casas da Câmara em Vereança a que presidia o Doutor e Juiz de Fóra da mesma, e seu termo. Domingos Francisco Pereira de Andrade, com os mais Officiaes da mesma Câmara baixo assinados, aí compareceram o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Conselheiro Dom Diogo de Souza, Governador e Capitão General desta Capitania, para fazer entrega do Governo da mesma ao Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquês de Alegrete e este para ser empossado pela sobredita Câmara do mencionado governo e logo em presença do dito Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Dom Diogo de Souza, Clero, Nobreza e Povo, que neste acto haviam concorrido na forma do estilo; depois de apresentadas e lidas as cartas patente e credencial, foi lida e conferida a posse do Governo de toda esta Capitania ao dito Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquês de Alegrete, ficando assim reconhecido, como Governador e Capitão General, como manda o Principe Regente Nosso Senhor. Do que, para constar, se levou o presente Auto, que assinarão os ditos Ilustrissimos e Excelentissimos Senhores, Clero, Nobreza e Povo e eu, Lourenço Junior de Castro, Escrivão da Câmara que escreví”.

Foi seu substituto o Marechal de Campo Dom JOSÉ DE CASTELO BRANCO CORREA E CUNHA VASCONCELOS E SOUZA — Conde da Figueira. cuja administração foi altamente proveitosa para o Rio Grande. Era filho do Marquês de Belas e em homenagem a seu pai foi dada, no dia de sua posse, a denominação de Praia de Belas à avenida que contorna a cidade de Porto Alegre. E’ do teor abaixo o seu termo de posse:

“Auto de posse que toma o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde da Figueira de Capitão General e Governador desta Capitania.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e dezoito, aos dezoito dias do mês de Outubro do dito ano, nesta Vila de Porto Alegre, Capital da Capitania de São Pedro do Rio Grande, nas Casas da Câmara, em vereança, a que presidiu o Doutor Juiz de Fóra da mesma e seu termo José Maria de Sales Gameiro de Mendonça Peçanha, com os officiaes da mesma Câmara ao adiante assinados, aí compareceram o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquês de Alegrete, Governador e Capitão General

desta Capitania e o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde da Figueira e por este foi apresentada a carta régia datada do primeiro de Agosto deste ano pela qual Sua Magestade Fidelissima El Rei Nosso Senhor, que Deus guarde, foi servido nomeá-lo Governador e Capitão General desta dita Capitania, que por mim foi lida neste acto e ao adiante vai registrada, por virtude da qual e da Credencial Carta Régia de participação dirigida a esta Câmara, na mesma data deu o sobredito Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquês de Alegrete posse de Governo desta mesma Capitania ao referido Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde da Figueira, a quem esta Câmara, Nobreza e Povo ficarão reconhecendo por seu Governador e Capitão General desta dita Capitania, conforme Sua Magestade El Rei Nosso Senhor manda. Do que, para constar, se lavrou o presente auto, que assinarão os ditos Ilustrissimos e Excelentissimos Senhores com a Câmara, Clero e Nobreza, Libânio Pereira da Silva, escrivão da Executoria da Real Fazenda, que interinamente sirvo de escrivão da Câmara, o escrevi."

Sucedeu-lhe, em 22 de Setembro de 1820, o Tenente General MANOEL MARQUES DE SOUZA, que foi avô do Conde de Porto Alegre. Foi o Capitão General durante o triunvirato organizado por ter tido o Conde da Figueira permissão para se ausentar da Capitania e do qual fazia parte ao lado do Ouvidor JOAQUIM BERNARDINO DE SENA RIBEIRO DA COSTA e do Vereador ANTONIO JOSÉ RODRIGUES FERREIRA.

A carta régia de 13 de Abril de 1821 nomeou Governador e Capitão General da Capitania o Brigadeiro Dom JOÃO CARLOS DE SALDANHA DE OLIVEIRA E DAUN, que tomou posse em 20 de Agosto.

Saldanha, Brigadeiro aos 27 anos e neto do Marquês de Pombal, era, em sua época, o mais notável dos militares lusitanos. Sua atuação no Rio Grande foi muito discutida por se ter colocado ao lado da Corôa de Portugal, contra os interesses de nossa Pátria, que ansiava pela independência política, sendo finalmente preso e conduzido ao Rio de Janeiro.

Durante sua administração, as Côrtes Constituintes de Lisboa instituíram, por Decreto de 19 de Setembro de 1821, o cargo de Governador das Armas da Província, em substituição ao de Governador e Capitão General da Capitania.

Foi seu sucessor —, em 25 de Fevereiro de 1822, o Marechal de Campo JOÃO DE DEUS MENA BARRETO, mais tarde Barão e Visconde, com grandeza, de São Gabriel, que foi o primeiro Comandante no Brasil independente, pois sua administração se estende até 4 de Novembro de 1822.

Nessa data, assumiu o comando o bravo e desditoso Marechal de

Campo Graduado JOSÉ DE ABREU, Barão de Cerro Largo, que viria a morrer cinco anos depois na batalha do Passo do Rosário.

O desastre de Sarandí decidiu de sua substituição. — Parece que quem não devia continuar em suas funções era Lecor, Visconde da Laguna, mas o Império já lhe era devedor de tantos serviços quando da cisão dos Voluntários Reais, colocando-se ele ao lado dos interesses brasileiros contra Dom Alvaro da Costa, que acharam melhor sacrificar o bravo José de Abreu.

A nomeação recaiu no Brigadeiro FRANCISCO DE PAULA MASSENA ROSADO, que viera de Portugal entre os veteranos da campanha peninsular, mas que não teve atuação destacada no Sul, como Comandante das tropas brasileiras. Demorou-se muito em Santa Catarina e aqui chegou concentrou suas tropas na região da atual cidade de Santana do Livramento, sem resultados práticos para a vitória.

* * *

Estas são, Sr. General, as primeiras notas tomadas para uma memória descritiva que se deverá escrever sobre a importante galeria de Comandantes da nossa Região Militar e que nos comprometemos a dar início logo que possamos dispor de algumas horas de lazer.

A questão de termos começado com D. DIOGO DE SOUZA parece definitivamente esclarecida, desde que foi ele o primeiro Capitão General da Capitania e, portanto, o primeiro Comandante Militar. Os demais eram governadores. Ademais, a Capitania de São Pedro pertencia a Santa Catarina e só na época de seu comando passaria o território que hoje compreende o Estado do Rio Grande do Sul a constituir um comando independente, que permaneceu imutável desde então até os nossos dias, com as denominações de Capitão General da Capitania, Governador das Armas, Comandante das Armas, Comandante do 6.º Distrito Militar, Inspetor da XII Região de Inspeção Permanente, Comandante da 7.ª Região Militar e, finalmente, da 3.ª Região Militar.

RELAÇÃO DOS COMANDANTES DA 3.ª REGIÃO MILITAR

CAPITÃES-GERAIS DA CAPITANIA DE SÃO PEDRO

I — BRASIL — SEDE DO REINO

A) Reinado de Dona Maria I

1. Tenente General Graduado Dom Diogo de Souza — Conde do Rio Pardo 9.10.1809 a 13.11.1814
2. Marechal de Campo Dom Luiz Teles da Silva Caminha e Menezes — 5.º Marquês de Alegrete 13.11.1814 a

B) Reinado de Dom João VI

- Marechal de Campo Dom Luiz Teles da Silva Caminha e Menezes — 5.^o Marquês de Alegrete 19.10.1818
3. Marechal de Campo Dom José de Castello Branco Corrêa e Cunha Vasconcelos e Souza — Conde da Figueira 19.10.1818 a 22. 9.1820
4. Tenente General Manoel Marques de Souza 22. 9.1820 a 20. 8.1821
5. Brigadeiro Dom João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun 20. 8.1821 a

II — GOVERNO PROVISÓRIO DO REINO DO BRASIL

Regência de Dom Pedro — Principe Real

Brigadeiro Dom João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun Continúa

GOVERNADORES DE ARMAS DA PROVINCIA DE SÃO PEDRO

(Cargo instituido por Decreto de 19.9.1821 das Côrtes Constituintes de Lisboa)

- Brigadeiro Dom João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun 25. 2.1822
6. Marechal de Campo João de Deus Mena Barreto — Visconde de São Gabriel 25. 2.1822 a

III — IMPÉRIO DO BRASIL

Governo de Dom Pedro I — Fundador do Império

- Marechal de Campo João de Deus Mena Barreto — Visconde de São Gabriel 4.11.1822
7. Marechal de Campo José de Abreu — Barrão de Cerro Largo 4.11.1822 a 3. 2.1826
8. Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado 3. 2.1826 a 11. 1.1827

COMANDANTES DO EXÉRCITO DO SUL

9. Tenente General Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta-Mar-

	quês de Barbacena	11. 1.1827 a 20. 6.1827
	Marechal de Campo Gustavo Henrique Brown (interino)	20. 6.1827 a 26.11.1827
10.	Tenente General Carlos Frederico Lecor — Barão da Laguna	26.11.1827 a 5. 2.1829
11.	Marechal de Campo Graduado Sebastião Barreto Pereira Pinto	5. 2.1829 a 19. 3.1829
12.	Marechal de Campo Manoel Jorge Rodrigues — Barão de Taquarí	19. 3.1829 a 1. 3.1830
	Marechal de Campo Graduado Sebastião Barreto Pereira Pinto	1. 3.1830 a

COMANDANTES DAS ARMAS DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

(O Decreto de 28.6.1830 declarou que nenhuma autoridade militar teria dali em diante o título de Governador e criou os Comandos das Armas)

Marechal de Campo Graduado Sebastião Barreto Pereira Pinto	Continúa
--	----------

Governo da Regência

	Marechal de Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto	a 12.10.1835
13.	Coronel Bento Manoel Ribeiro	27.10.1835 a 14. 2.1836
14.	General João Manoel de Lima e Silva ..	14. 2.1836 a 15.12.1836
	Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro	15.12.1836 a 1. 3.1837
	Coronel João Crisóstimo da Silva (Interino)	1. 3.1837 a 14. 4.1837
15.	Tenente General Reformado Francisco das Chagas Santos	14. 4.1837 a 6. 6.1837
16.	Marechal de Campo Graduado Antonio Elzeário de Miranda e Brito	6. 6.1837 a 24. 6.1839
	Tenente General Manoel Jorge Rodrigues — Barão de Taquarí	24. 6.1839 a 14. 7.1840
17.	Marechal de Campo Graduado Francisco José de Souza Soares de Andréa — Barão de Caçapava	14. 7.1840 a

Governo de S. M. o Sr. Dom Pedro II

	Marechal de Campo Graduado Francisco José de Souza Soares de Andréa — Barão de Caçapava	30.11.1840
18.	Brigadeiro João Paulo dos Santos Bar-	

	reto	30.11.1840 a 21. 8.1841
	Brigadeiro Antonio Correia Seara (Interino)	21. 8.1841 a 17. 9.1841
19.	Marechal de Campo Tomaz Joaquim Pereira Valente — Conde do Rio Pardo ..	17. 9.1841 a 21. 5.1842
20.	Brigadeiro José Maria da Silva Biten-court	21. 5.1842 a 9.11.1842
21.	Marechal de Campo Luiz Alves de Lima e Silva — Barão de Caxias	9.11.1842 a 11. 3.1846
22.	Brigadeiro José Joaquim Coelho — Barão da Vitória	11. 3.1846 a 20.10.1847
23.	Marechal de Campo João Frederico Caldwell	20.10.1847 a 10. 4.1848
	Marechal de Campo Francisco José de Souza Soares de Andréa — Barão de Caçapava	10. 4.1848 a 21. 3.1850
	Marechal de Campo João Frederico Caldwell	21. 3.1850 a 7. 1.1851
24.	Marechal de Campo Antonio Correia Seara	7. 1.1851 a 30. 6.1851
	Marechal de Campo Luiz Alves de Lima e Silva — Conde de Caxias	30. 6.1851 a 26. 6.1852
25.	Marechal de Campo Manoel Marques de Souza — Barão de Porto Alegre	26. 6.1852 a 5. 3.1853
	Marechal de Campo João Frederico Caldwell	5. 3.1853 a 28. 4.1856
26.	Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho... ..	28. 4.1856 a 13. 5.1857
	Marechal de Campo João Frederico Caldwell	13. 5.1857 a 21. 1.1860
27.	Marechal de Campo Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto	21. 1.1860 a 23.11.1860
	Marechal de Campo João Frederico Caldwell	23.11.1860 a 29. 6.1864
28.	Marechal de Campo João Propício Mena Barreto — Barão de São Gabriel	29. 6.1864 a 23. 3.1865
	Marechal de Campo Lopo de Almeida Henriques Botelho e Melo (Interino) ..	23. 3.1865 a 21. 4.1865
	Marechal de Campo João Frederico Caldwell	21. 4.1865 a 22. 7.1865
29.	Brigadeiro Reformado Francisco do Rego Barros — Visconde da Boa Vista	22. 7.1865 a 16. 4.1866
30.	Tenente General Reformado José Fernandes dos Santos Pereira	16. 4.1866 a 4.10.1866
31.	Coronel João Manoel Mena Barreto ...	4.10.1866 a 19.11.1866
32.	Marechal de Campo Manoel Luiz Osório	

—	Marquês do Herval	19.11.1866 a 23. 3.1867
	Brigadeiro Francisco de Paula Macedo Rangel (Interino)	23. 3.1867 a 11. 4.1867
33.	Tenente General Graduado Francisco Antonio da Silva Bitencourt	11. 4.1867 a 14. 4.1868
34.	Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza	14. 4.1868 a 1. 1.1869
	Tenente General Graduado Francisco Antonio da Silva Bitencourt	1. 1.1869 a 5. 4.1871
	Coronel Luiz José Pereira de Carvalho (Interino)	5. 4.1871 a 10. 4.1871
35.	Marechal de Campo Vitorino José Carneiro Monteiro — Barão de São Borja ..	10. 4.1871 a 19. 4.1876
36.	Marechal de Campo José Auto da Silva Guimarães — Barão de Jaguarão	19. 4.1876 a 19. 6.1878
37.	Marechal de Campo José Luiz Mena Barreto	19. 6.1878 a 10.10.1879
	Marechal de Campo Salustiano Jerônimo dos Reis — Barão de Camaquam (Interino)	10.10.1879 a 7.11.1879
38.	Marechal de Campo Emílio Luiz Mallet — Barão de Itapevi	7.11.1879 a 15. 5.1880
39.	Marechal de Campo Frederico Augusto de Mesquita — Barão de Cacequi	15. 5.1880 a 24. 3.1883
40.	Brigadeiro Manoel Deodoro da Fonseca..	24. 3.1883 a 2. 6.1883
	Coronel Sebastião Francisco de Oliveira Chagas (Interino)	2. 6.1883 a 13. 6.1883
	Brigadeiro Augusto Frederico Pacheco (Interino)	13. 6.1883 a 18. 7.1883
41.	Marechal de Campo Luiz José Pereira de Carvalho — Barão de São Sepé	18. 7.1883 a 9. 6.1884
42.	Marechal de Campo Augusto César da Silva	9. 6.1884 a 12.10.1885
	Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca	12.10.1885 a 22.12.1886
43.	Brigadeiro João Antonio de Oliveira Valporto	22.12.1886 a 5. 2.1887
	Marechal de Campo Augusto César da Silva	5. 2.1887 a 25. 2.1887
44.	Brigadeiro Antonio Enéas Gustavo Galvão — Barão do Rio Apa	25 2.1887 a 14. 4.1888
45.	Tenente General Salustiano Jerônimo dos Reis — Barão de Camaquam	14. 4.1888 a 16.11.1889

IV — PERÍODO REPUBLICANO

Marechal de Campo Augusto César da

	Silva (Interino)	16.11.1889 a 11. 2.1890
	Brigadeiro Carlos Resin Filho (Interino)	11. 2.1890 a 11. 3.1890
46.	Brigadeiro Carlos Machado Bittencourt..	11. 3.1890 a 24. 5.1890
47.	General de Divisão Cândido Costa	24. 5.1890 a 16. 3.1891
48.	General de Divisão Júlio Anacleto Falcão da Frota	16. 3.1891 a 10. 4.1891
	Marechal Salustiano Jerônimo dos Reis.	14. 4.1891 a 18. 7.1891

COMANDANTES DO 6.º DISTRITO MILITAR

(O Decreto 431, de 2.7.1891, extinguiu os Comandos das Armas e criou os de Distrito Militar)

	Marechal Salustiano Jerônimo dos Reis.	18. 7.1891 a 12.11.1891
	General de Brigada Antonio Joaquim Baccelar (Interino)	12.11.1891 a 20.11.1891
49.	General de Brigada Manoel Luiz da Rocha Osório	20.11.1891 a 19.12.1891
50.	Marechal Graduado Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça	19.12.1891 a 27. 1.1892
51.	Marechal José Antonio Corrêa da Câmara General de Brigada Antonio Joaquim Baccelar (Interino)	27. 1.1892 a 2. 2.1892
		2. 2.1892 a 15. 2.1892
52.	General de Brigada Bernardo Vasques..	15. 2.1892 a 16. 8.1892
53.	General de Brigada Antonio José Maria Pêgo Júnior	16. 8.1892 a 1. 5.1893
54.	General de Divisão Antonio Joaquim Baccelar	1. 5.1893 a 23. 9.1894
	General de Brigada Jorge Diniz Santiago (Interino)	23. 9.1894 a 7. 1.1895
55.	General de Divisão Francisco Antonio de Moura	7. 1.1895 a 6. 5.1895
	General de Brigada Jorge Diniz Santiago (Interino)	6. 5.1895 a 8. 6.1895
56.	General de Divisão Inocêncio Galvão de Queiroz	8. 6.1895 a 16.12.1895
	General de Brigada Cláudio do Amaral Savaget (Interino)	16.12.1895 a 13. 1.1896
	Coronel Tomaz Thompson Flores (Interino)	13. 1.1896 a 27. 1.1896
57.	General de Divisão João Tomaz da Cantuária	27. 1.1896 a 17. 6.1896
	Coronel Tomaz Thompson Flores (Interino)	17. 6.1896 a 27. 7.1896
	Coronel Francisco Maria Pinheiro Bit-	

tencourt (Interino)	27. 7.1896 a 31. 7.1896
General de Brigada Carlos Eugênio de Andrade Guimarães (Interino)	31. 7.1896 a 11. 7.1897
58. General de Brigada José Maria Marinho da Silva	11. 7.1897 a 2. 3.1899
59. General de Divisão Cláudio do Amaral Savaget	2. 3.1899 a 14.11.1900
Coronel Francisco Maria Pinheiro Bit- tencourt (Interino)	14.11.1900 a 22.12.1900
60. General de Divisão Francisco Antonio Rodrigues de Sales	22.12.1900 a 7. 1.1905
General de Brigada Manoel Joaquim Go- dolfim (Interino)	7. 1.1905 a 1. 3.1907
61. General de Divisão Carlos Eugênio de Andrade Guimarães	1. 3.1907 a 15. 4.1908
62. General de Divisão Manoel Joaquim Go- dolfim	15. 4.1908 a 16. 1.1909

INSPETORES DA XII REGIÃO PERMANENTE

(A Lei 1860, de 4.1.1908, extinguiu os Distritos Militares e criou Coman-
dos de Região de Inspeção Permanente)

83. General de Divisão José Bernardino Bor- man	16. 1.1909 a 21. 6.1909
General de Divisão Manoel Joaquim Go- dolfim	21. 6.1909 a 1. 4.1911
General de Brigada Alfredo Barbosa (In- terino)	1. 4.1911 a 20. 6.1911
64. General de Divisão Vespasiano Gonçal- ves de Albuquerque e Silva	20. 6.1911 a 20. 9.1911
General de Brigada Júlio Fernandes Bar- bosa (Interino)	20. 9.1911 a 6.11.1911
65. General de Divisão Belarmino Mendonça General de Brigada Roberto Trompowski Leitão de Almeida (Interino)	6.11.1911 a 20. 3.1912
General de Brigada Júlio Fernandes Bar- bosa (Interino)	20. 3.1912 a 11. 4.1912
11. 4.1912 a 5. 5.1912	
66. General de Divisão Pedro Augusto Pi- nheiro Bittencourt	5. 5.1912 a 3. 7.1914
General de Brigada João José da Luz (Interino)	3. 7.1914 a 5.12.1914
General de Brigada Celestino Alves Bas- tos (Interino)	5.12.1914 a 3. 3.1915

COMANDANTES DA 7.^a REGIÃO MILITAR

(O Decreto 11.497, de 23.2.1915, dividiu o território em sete R. Militares)

	General de Brigada Celestino Alves Bastos (Interino)	4. 3.1915 a 18. 3.1915
	General de Brigada Carlos Frederico de Mesquita (Interino)	18. 3.1915 a 1. 9.1915
67.	General de Brigada Gabino Besouro	1. 9.1915 a 23. 2.1916
	General de Brigada Belo Augusto Brandão (Interino)	23. 2.1916 a 6. 3.1916
	General de Divisão Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt	6. 3.1916 a 30. 3.1917
	General de Brigada Belo Augusto Brandão (Interino)	30. 3.1917 a 9. 4.1917
	General de Brigada Carlos Frederico de Mesquita (Interino)	9. 4.1917 a 12. 5.1917
68.	General de Brigada Carlos Frederico de Mesquita	12. 5.1917 a 14. 1.1918
	General de Brigada Ildefonso Pires de Moraes Castro (Interino)	14. 1.1918 a 14. 2.1918
69.	General de Divisão Tito Pedro Escobar ..	14. 2.1918 a 12. 2.1919
	General de Brigada Ildefonso Pires de Moraes Castro (Interino)	12. 2.1919 a 12. 7.1919

COMANDANTES DA 3.^a REGIÃO MILITAR

(O Decreto 13.681, de 18.6.1919, alterou a divisão territorial militar)

	General de Brigada Ildefonso Pires de Moraes Castro (Interino)	15. 7.1919 a 25. 8.1919
70.	General de Divisão Antonio Ilha Moreira	25. 8.1919 a 19. 3.1921
	General de Brigada Clodoaldo da Fonseca (Interino)	19. 3.1921 a 11. 6.1921
71.	General de Divisão Cipriano da Costa Ferreira	11. 6.1921 a 21. 6.1922
	General de Brigada Fábio Patricio de Azambuja (Interino)	21. 6.1922 a 5. 8.1922
	General de Divisão Cipriano da Costa Ferreira (reassumindo)	5. 8.1922 a 23.12.1922
	Coronel Bernardino Antonio do Amaral (Interino)	23.12.1922 a 6. 1.1923
	Coronel Tito Villas Lobo (Interino)	6. 1.1923 a 18. 1.1923
72.	General de Divisão Eurico de Andrade	

Neves	18. 1.1923 a 28. 3.1927
General de Brigada Eduardo Monteiro de Barros (Interino)	28. 3.1927 a 18. 5.1927
General de Brigada Firmino Antonio Borba (Interino)	18. 5.1927 a 31. 5.1927
73. General de Brigada Gil Antonio Dias de Almeida	31. 5.1927 a 3.10.1930
74. Capitão Newton Estillac Leal (Período revolucionário)	3.10.1930 a 9.10.1930
75. Coronel João Carlos Toledo Bordini (Período revolucionário)	9.10.1930 a 27. 1.1931
76. General de Divisão Francisco Ramos de Andrade Neves	27. 1.1931 a 27. 8.1932
77. General de Brigada José Maria Franco Ferreira	27. 8.1932 a 21. 5.1934
78. General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho	21. 5.1934 a 7. 8.1934
Coronel João Cândido Pereira de Castro Júnior (Interino)	7. 8.1934 a 12. 9.1934
79. General de Divisão César Augusto Parga Rodrigues	12. 9.1934 a 18. 8.1936
General de Brigada João Carlos Toledo Bordini (Interino)	18. 8.1936 a 5.10.1936
80. General de Brigada Emilio Lúcio Esteves	5.10.1936 a 4. 8.1937
General de Brigada João Carlos Toledo Bordini (Interino)	4. 8.1937 a 17. 8.1937
81. General de Divisão Manoel de Cerqueira Daltro Filho	17. 8.1937 a 19. 1.1938
General de Brigada Boanerges Lopes de Souza (Interino)	19. 1.1938 a 21. 3.1938
82. General de Divisão José Joaquim de Andrade	21. 3.1938 a 28. 2.1939
General de Brigada João Marcelino Ferreira e Silva (Interino)	28. 2.1939 a 6. 4.1939
83. General de Divisão Estevão Leitão de Carvalho	6. 4.1939 a 5. 3.1942
General de Brigada Manoel Alexandrino Ferreira da Cunha (Interino)	5. 3.1942 a 22. 4.1942
84. General de Divisão Valentim Benício da Silva	22. 4.1942 a 8. 1.1944
General de Brigada José Silvestre de Melo (Interino)	8. 1.1944 a 15. 1.1944
85. General de Divisão Salvador César Obino	15. 1.1944 a 7. 1.1946
General de Brigada Newton Estillac Leal (Interino)	7. 1.1946 a 14. 3.1946
86. General de Divisão Amaro Soares Bitten-	

	court	14. 3.1946 a 29. 4.1946
	General de Brigada Newton Estillac Leal (Interino)	29. 4.1946 a 13. 7.1946
87.	General de Divisão Gustavo Cordeiro de Farias	13. 7.1946 a